



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de São José do Rio Preto

MICHEL GUSTAVO FONTES

**AS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO NA
HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA
ABORDAGEM DISCURSIVO-FUNCIONAL**

São José do Rio Preto
2012

MICHEL GUSTAVO FONTES

**AS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO NA HISTÓRIA DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM
DISCURSIVO-FUNCIONAL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística)

Orientador: Profa. Dra. Erolde Goreti Pezatti
Bolsa: FAPESP (Processo nº 2009/11676-0)

São José do Rio Preto
2012

Fontes, Michel Gustavo.

As interrogativas de conteúdo na história do português brasileiro: uma abordagem discursivo-funcional / Michel Gustavo Fontes. - São José do Rio Preto: [s.n.], 2012.
180 f. ; 30 cm.

Orientador: Erotilde Goreti Pezatti

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Linguística - História. 3. Língua portuguesa – História. 4. Funcionalismo (Linguística). 5. Gramática funcional. I. Pezatti, Erotilde Goreti. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 81'1

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
Campus de São José do Rio Preto – UNESP

COMISSÃO JULGADORA

Titulares:

Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti – Orientador

UNESP – Universidade Estadual Paulista – *campus* de São José do Rio Preto

Profa. Dra. Maria Célia Pereira Lima-Hernandes

USP – Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck

UNESP – Universidade Estadual Paulista – *campus* de Araraquara

Suplentes:

Profa. Dra. Mariangela Rios de Oliveira

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

UNESP – Universidade Estadual Paulista – *campus* de São José do Rio Preto

DEDICATÓRIA

*A meus pais, Antônio e Valdelice, responsáveis pelos principais
e mais sábios ensinamentos de minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar, aqui, meus sinceros sentimentos e agradecimentos a algumas pessoas que, durante o percurso que tracei até aqui, tornaram algumas situações mais fáceis e fizeram os dias mais agradáveis e prazerosos.

A minha querida orientadora, Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti (ou *Erô*), quem me apontou os caminhos da linguística e me orientou, cuidadosamente, dentro deles, ajudando nas minhas escolhas e decisões. Nesses seis anos de trabalho juntos, tive o privilégio de estar acompanhado de uma pessoa que não só me ensinou grandes lições de linguística e de funcionalismo, mas também grandes lições de vida, de moral e de fé.

A meus pais, Antônio e Valdelice, a quem dedico este trabalho, por serem os meus maiores exemplos de luta, de superação e de vitória. A minha mãe, Valdelice, por ter tido o cuidado e a perspicácia de me ensinar as primeiras letras e o prazer da leitura, combinação que me trouxe até aqui. A meu pai, Antônio, por ter me ensinado princípios que carregarei por toda a vida, como a humildade e a honestidade. Aos dois, gostaria de agradecer não só por terem me oferecido as condições necessárias para a concretização de meus objetivos, mas também por terem me apoiado incondicionalmente nas minhas escolhas e decisões.

A minha avó, Lionete, que, na sua simplicidade, escutou meus desabafos e soube dizer palavras de carinho e de conforto.

Aos professores que tive ao longo de toda minha vida escolar, profissionais que souberam me apontar os caminhos do saber. Em especial, queria registrar meus agradecimentos aos Profs. Drs. Anna Flora Brunelli, Clélia Jubran, Fabiana Komesu, Gisele Cássia de Sousa, Lourenço Chacon, Luciani Tenani, Marize M. Dall’Aglio-Hattner, Melissa Baffi Bonvino, Roberto Gomes Camacho, Sanderléia Longhin-Thomazi, Sandra Gasparini-Bastos e Sebastião Carlos Leite Gonçalves, excelentes professores e pesquisadores com quem tenho a oportunidade de aprender muitas lições nesse trajeto dentro da universidade.

Aos Profs. Drs. Anna Christina Bentes, Daniel García Velasco, Elena M. Caro, Evelien Keizer, Flávia B. Hirata-Vale, Hella Olbertz, Kees Hengeveld, Lachan Mackenzie, Maria Célia Lima Hernandez, Maria Luiza Braga, Mariângela Rios de Oliveira, Rosane de Andrade Berlinck e Taísa Peres de Oliveira, professores com quem pude discutir alguns pontos deste trabalho e que me aclararam algumas ideias.

Aos meus familiares, pelo apoio e incentivo. Em especial, a minha irmã, Lígia, que, inconscientemente, sempre me mostra que eu não tenho razão em tudo. Aos meus tios, em especial a João, Ivone e Gilmar, meus padrinhos, e a Laércio, Creuza, Neusa, Humberto, Maria Inês e Nelson, pela torcida e pela compreensão quando me ausentei. E, por fim, aos meus primos e primas, por contribuírem com a alegria de cada dia.

A meus amigos, por sempre estarem ao meu lado quando mais preciso, por acreditarem em mim e me apoiarem nos momentos de desânimo e de cansaço e por tornarem os dias mais alegres e divertidos. Simplesmente, por serem eternos.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), pelas discussões teóricas em torno da GDF e pelas contribuições a este trabalho.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão da bolsa.

Aos funcionários da seção da pós-graduação do IBILCE.

“Devemos julgar um homem mais pelas suas perguntas que pelas respostas”
(Voltaire)

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	Funcionalismo e formalismo (HENGEVELD, 1998 <i>apud</i> CAMACHO, 2006)	p. 26
Quadro 02:	Categorias semânticas do Nível Representacional	45
Quadro 03:	Tipos de Propriedades Configuracionais	49
Quadro 04:	Peças de teatro selecionadas e períodos de análise	71
Quadro 05:	<i>Corpus</i> diacrônico de cartas	74
Quadro 06:	<i>Corpus</i> mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado	74
Quadro 07:	Proposta de classificação para as interrogativas	95
Quadro 08:	Tipologia tripartida das Interrogativas de Conteúdo	106
Quadro 09:	Correlação entre categoria e estatuto semânticos dos constituintes interrogativos	124
Quadro 10:	Correlação entre categoria semântica e expressão dos constituintes interrogativos	124
Quadro 11:	Padrões de ordenação do constituinte interrogativo	140
Quadro 12:	Padrões de ordenação de constituintes em Interrogativas de Conteúdo	144

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Modelo de interação verbal (cf. DIK, 1997a, p. 08)	p. 21
Figura 02:	A GDF como parte de uma teoria da interação verbal (cf. HENGEVELD & MACKENZIE, 2010)	28
Figura 03:	Arquitetura geral da GDF (cf. HENGELVED & MACKENZIE, no prelo)	31
Figura 04:	Relações hierárquicas do Nível Interpessoal (cf. HENGELVED & MACKENZIE, no prelo)	33
Figura 05:	Relações hierárquicas do Nível Representacional (cf. HENGELVED & MACKENZIE, no prelo)	45
Figura 06:	Relações hierárquicas do Nível Morfossintático (cf. HENGELVED & MACKENZIE, no prelo)	52
Figura 07:	Relações hierárquicas do Nível Fonológico (cf. HENGELVED & MACKENZIE, no prelo)	57
Figura 08:	Posições absolutas e relativas da oração	116
Figura 09:	Ordenação de constituintes em português	116
Figura 10:	Tipos de construções interrogativas (DIK, 1997b, p. 260)	119
Figura 11:	Tipos de construções interrogativas II (cf. LIONG, 1999, p. 03)	120
Figura 12:	Mudanças nos padrões de ordenação das Interrogativas de Conteúdo no PB	159

	p.
INTRODUÇÃO	11
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
1.1. Introdução	18
1.2. A abordagem funcionalista	20
1.3. Discurso & Gramática: a Gramática Discursivo-Funcional	24
1.3.1. Princípios básicos	27
1.3.2. Níveis e camadas de organização da GDF	31
1.3.2.1. O Nível Interpessoal	32
1.3.2.2. O Nível Representacional	43
1.3.2.3. O Nível Morfossintático	50
1.3.2.4. O Nível Fonológico	56
1.4. Considerações finais	59
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
2.1. Introdução	60
2.2. A composição do <i>corpus</i> de análise	62
2.2.1. Primeiro passo: o recorte temporal	63
2.2.2. Segundo passo: gêneros textuais e a seleção do material de análise	66
2.2.3. Terceiro passo: constituição e organização do <i>corpus</i> de análise	69
2.2.3.1. Peças de teatro	69
2.2.3.2. Cartas pessoais	71
2.2.3.3. Língua falada	74
2.3. A definição dos critérios de análise	74
2.3.1. O constituinte interrogativo e seus grupos de fatores	75
2.3.2. O sujeito e seus grupos de fatores	78
2.4. Considerações finais	80
3. UMA TIPOLOGIA PARA AS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO	81
3.1. Introdução	81
3.2. Pressupostos teóricos	83
3.2.1. Interrogação e pergunta: encontros e desencontros	83
3.2.2. Referenciação na GDF: o operador de identificabilidade	89
3.3. Uma tipologia tripartida para as Interrogativas de Conteúdo	93
3.3.1. As perguntas típicas	95
3.3.2. As perguntas retóricas	99
3.3.3. As perguntas meditativas	103
3.4. Considerações finais	104

4. PADRÕES DE ORDENAÇÃO E CLIVAGEM NAS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	107
4.1. Introdução	107
4.2. Pressupostos teórico	108
4.2.1 Funções pragmáticas na GDF	108
4.2.2. Ênfase na GDF	111
4.2.3. Ordenação de constituintes segundo a GDF	115
4.3. Padrões de ordenação nas Interrogativas de Conteúdo do Português Brasileiro	117
4.3.1. A ordem do constituinte interrogativo nas Interrogativas de Conteúdo	118
4.3.1.1. Natureza semântica e expressão morfossintática do constituinte interrogativo	118
4.3.1.2. Natureza focal e posições oracionais do constituinte interrogativo	124
4.3.2. Natureza tópica e posições oracionais do Sujeito em Interrogativas de Conteúdo	142
4.4. A clivagem nas Interrogativas de Conteúdo do Português Brasileiro: natureza enfática e estrutura morfossintática	145
4.5. A história das Interrogativas de Conteúdo do Português Brasileiro: variação e mudança na diacronia	149
4.5.1. Ordenação de constituintes em Interrogativas de Conteúdo na história do PB ..	152
4.5.2. A clivagem do constituinte interrogativo numa abordagem diacrônica	161
4.6. Considerações finais	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

FONTES, M. G. As Interrogativas de Conteúdo na história do português brasileiro: uma abordagem discursivo-funcional. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista.

RESUMO

Este trabalho toma como objeto de estudo estruturas interrogativas do português brasileiro (doravante PB), exclusivamente as *Interrogativas de Conteúdo* ou, como comumente são conhecidas na literatura linguística, Interrogativas-Qu. No geral, procuramos, a partir de um ponto de vista funcional, observar e explicar o comportamento morfossintático, semântico e pragmático das Interrogativas de Conteúdo na história do PB e, especificamente, buscamos explicitar os condicionamentos semânticos e pragmáticos por trás da ocorrência de dois principais fenômenos estruturais presentes na forma das Interrogativas de Conteúdo: (i) o posicionamento no campo inicial ou final do constituinte interrogativo e do sujeito e (ii) a clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial por meio dos expletivos *é que* e *que*. A abordagem diacrônica presente neste trabalho se justifica à medida que evidenciamos as mudanças que afetam a estrutura das Interrogativas de Conteúdo ao longo da história do PB, assim como os fatores que as condicionaram. Na verdade, acreditamos que a possibilidade de se posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração e a de se clivar esse constituinte quando em posição inicial são fenômenos inovadores na língua e casos de uma mudança na estruturação das Interrogativas de Conteúdo que se relacionam, principalmente, ao enrijecimento da ordem anteposta do sujeito em relação ao verbo.

Para tanto, fundamentamo-nos no aparato teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional conforme concebida por Hengeveld e Mackenzie (2008) e selecionamos os séculos XIX e XX como período de análise, tomando como material de análise textos escritos, como peças de teatro e cartas pessoais, e textos falados, especificamente os inquéritos que compõem o *corpus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado.

Palavras-chave: interrogativas de conteúdo; ordenação de constituintes; clivagem; diacronia.

FONTES, M. G. Content Interrogatives in Brazilian Portuguese history: a functional-discourse approach. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista.

ABSTRACT

In this dissertation we deal with interrogative structures of Brazilian Portuguese (BP), exclusively *Content Interrogatives* or, as it is broadly known in linguistic literature, Wh-interrogatives. Parting from a functionalist perspective of analysis, we want to investigate the morphosyntactic, semantic and pragmatic behavior of Content Interrogatives in BP history and, specifically, try to characterize the semantic and pragmatic motivations which influence two main structural phenomena present in the form of Content Interrogatives: (i) the initial or final position of the interrogative constituent and of the subject, and (ii) the clefting of the interrogative constituent when in initial position with *é que* and *que* expletives.

The diachronic approach in this research is justified since it allows us to perceive some changes which affect the structure of Content Interrogatives along BP history and the factors that influence these changes. In fact, we believe that the possibility to place the interrogative constituent in final position and the possibility to cleft the initial interrogative constituent are innovative phenomena in BP and they are related to some changes in the structure of Content Interrogatives, such as the rigidifying of the initial position of the subject in relation to the verb.

To do so, we follow the theoretical model of Functional Discourse Grammar as organized by Hengeveld and Mackenzie (2008) and select 19th and 20th centuries as the period of analysis, taking as material for the analysis written texts, like theater plays and personal letters, and spoken texts, that is, the minimum sample of the *Gramática do Português Falado* project.

Keywords: content interrogatives; constituent ordering; clefting; diachrony.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada investiga o uso e a estrutura morfossintática de sentenças interrogativas do português brasileiro (doravante PB), especificamente de sentenças interrogativas diretas que contêm um pronome ou advérbio interrogativo (cf. (01)), tradicionalmente denominadas de *Interrogativas-Qu* (cf. LOPES-ROSSI, 1996; KATO; MIOTO, 2005) e, neste trabalho, denominadas de *Interrogativas de Conteúdo*.

- (01) a. **o que** a senhora gostaria de fazer? (SP-D2-360)
b. **que** é que um professor faz...? (SA-DID-231)
c. **qual** é o problema? (PA-EF-278)
d. **quem** é que vai comprar? (RJ-EF-379)
e. elas têm origem...**onde**? (SA-EF-049)
f. **quando** é que o aluno evidencia conhecimento? (PA-EF-278)
g. **quantos** o senhor deseja? (RE-EF-337)
h. **como** que nós chegamos a ela? (SP-EF-405)
i. não poderia **por quê**? (RJ-EF-379)

De acordo com o modelo da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008), as Interrogativas de Conteúdo consistem em Atos Ilocutivos dotados de uma Ilocução Interrogativa. Com uma Ilocução Interrogativa, o Falante requer do Ouvinte uma resposta para o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado. Essa resposta pode ser uma confirmação ou não do Ouvinte em relação a um conteúdo cuja verdade não era muito clara para o Falante, o que define uma Interrogativa Polar (cf. (02)), ou pode conter uma informação nova trazida pelo Ouvinte que preencha uma lacuna de informação existente na informação pragmática do Falante, o que define uma Interrogativa de Conteúdo (cf. (03)).

- (02) então vocês ahh:: têm irmãos pequenos? (SP-EF-405)

- (03) como ela desenha? (SP-EF-405)

Na estrutura formal das Interrogativas de Conteúdo, dois fenômenos morfossintáticos se destacam - a ordenação de constituintes e a clivagem – e estão articulados a dois constituintes dessa estrutura: o pronome ou advérbio interrogativo, a partir de agora denominado de *constituente interrogativo*, e o sujeito, quando expresso.

Um dos focos de nossa análise, dessa forma, é o constituinte interrogativo, especificamente sua natureza semântico-pragmática e sua disposição linear na estrutura morfossintática, já que tal constituinte pode situar-se (i) na margem esquerda da oração interrogativa, ocupando a posição inicial (cf. (04)), ou (ii) na margem direita da oração interrogativa, ocupando a posição final (cf. (05)).

(04) **o que** significa isso? (REC-EF-337)

(05) ele também pode fazer **o quê?** (SA-DID-231)

Além disso, quando em posição inicial, o constituinte interrogativo pode ser clivado por meio dos expletivos *é que* (cf. (06)) e *que* (cf. (07)).

(06) **como é que** ela funciona? (REC-EF-337)

(07) **que que** a senhora acha das Olimpíadas? (PA-DID-45)

Merece nossa atenção, por fim, a natureza do sujeito nas Interrogativas de Conteúdo e a sua disposição em relação ao verbo, uma vez que este constituinte sentencial pode (i) anteceder o verbo, ocupando o campo inicial da oração junto ao constituinte interrogativo (cf. (08)) ou (ii) pospor o verbo, ocupando o campo final da oração (cf. (09)).

(08) o que **a senhora** gostaria de fazer? (SP-D2-360)

(09) o que significa **isso?** (REC-EF-337)

Neste trabalho, buscamos caracterizar, com base no aparato teórico-metodológico da GDF, os condicionamentos discursivo-pragmáticos envolvidos (i) na ordenação do constituinte interrogativo e do sujeito e (ii) na clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial. Com base em Lopes-Rossi (1996), acreditamos que a disposição linear do constituinte interrogativo em posição final e a possibilidade de clivagem desse mesmo constituinte em posição inicial são fenômenos inovadores na história do PB. Tal hipótese justifica a abordagem diacrônica deste trabalho.

Ao adotar uma abordagem diacrônica, objetivamos verificar como os diferentes padrões de estruturação das Interrogativas de Conteúdo se processam ao longo da história do PB de forma que recuperemos as mudanças que atingiram a estrutura das Interrogativas de Conteúdo. Dessa forma, é possível mostrar que a ordenação do constituinte interrogativo em posição final e a possibilidade de clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial são frutos de uma mudança no sistema de estruturação das Interrogativas de Conteúdo ligada, essencialmente, à mudança na disposição linear do sujeito no PB (cf. BERLINCK, 1989; RIBEIRO, 2001). Tal mudança, de acordo com Berlinck (1989, p. 97), consiste no “progressivo ‘enrijecimento’ da ordem SN V, que começa a dominar, aos poucos, os contextos antes divididos com V SN”, e, segundo Ribeiro (2001), essa mudança sintática do PB se caracteriza pela perda da ordem VS em relação ao português europeu (doravante PE).

Para que fosse viável o cumprimento de tais objetivos, fizemos alguns recortes em relação ao nosso objeto de estudo e, assim, excluímos: (i) casos como (10) e (11) abaixo, em que o constituinte interrogativo é parte de um sintagma mais complexo e, então, submete-se aos padrões de ordenação sintagmática, (ii) casos como (12) abaixo, em que o constituinte interrogativo, apesar de estar no início do período, pertence à oração subordinada e, por fim, (iii) casos como (13), que representam interrogativas indiretas.

(10) é uma transferência **a partir de quê?** (PA-EF-278)

- (11) **em que ocasiões** você costuma visitar seus amigos? (PA-DID-45)
- (12) **quem** a senhora acha que é responsável pra::por um bom sucesso de um filme? (SP-DID-234)
- (13) ele pode simplesmente me dizer **o que foi que o conferencista disse** (PA-EF-278)

Focamos, portanto, os casos de Interrogativas de Conteúdo diretas, que configuram períodos absolutos, cujo constituinte interrogativo atua na camada da oração, isto é, não faz parte de sintagmas interrogativos.

As gramáticas normativas do PB, conforme já assinalam Sikansi (1994) e Oushiro (2011), pouco, ou praticamente nada, trazem a respeito da estrutura das Interrogativas de Conteúdo. No máximo, limitam-se a citar os pronomes e advérbios interrogativos. Neves (2000), numa gramática referencial de uso do PB escrito, aborda a questão das Interrogativas de Conteúdo ao afirmar que alguns pronomes indefinidos operam atos ilocucionários, definindo a natureza interativa do enunciado. Além disso, a autora faz menção às Interrogativas de Conteúdo clivadas, sem, entretanto, tecer maiores comentários.

Na literatura linguística brasileira, a investigação acerca das Interrogativas de Conteúdo tem despertado a atenção de alguns pesquisadores, que enfocam as possibilidades de ordenação de constituintes dentro dessas sentenças, principalmente as possíveis inversões entre sujeito e verbo, e a ocorrência de clivagem. Destacam-se os trabalhos de Duarte (1992), Mioto (1989, 1994), Sikansi (1994), Mioto e Figueiredo Silva (1995), Lopes-Rossi (1996; 1998), Kato *et al* (2002) e Kato e Mioto (2005), todos de orientação gerativista.

Diferentemente desses estudos, este trabalho adota a perspectiva funcional da linguagem e os pressupostos teórico-metodológicos da GDF, e procura explicar as diferentes formas assumidas pelas Interrogativas de Conteúdo com base no alinhamento entre sua codificação no nível Morfossintático e as formulações ocorridas nos níveis Interpessoal e Representacional.

Na verdade, como este trabalho se insere no campo dos estudos funcionalistas, torna-se improvável conceber as diferentes ordens de constituintes e a ocorrência de clivagem nas Interrogativas de Conteúdo como decorrentes de operações transformacionais/ derivacionais, ou de processo de extração-WH, de elevação de verbos, de apagamento de constituintes. Julgamos, aqui, que a estrutura subjacente da oração, uma vez construída, permanece intocável em todas as representações pertinentes até receber a sua forma final na expressão morfossintática. (cf. DIK, 1997a).

No campo funcionalista, são poucos os estudos sobre as Interrogativas de Conteúdo, destacando-se algumas considerações em Dik (1997b) e Hengeveld *et al* (2007) e o estudo tipológico de Mackenzie (2008). Estes trabalhos, no entanto, apresentam preocupações que se voltam prioritariamente aos estudos tipológicos, analisando, portanto, várias línguas. Do trabalho de Mackenzie (2008), é interessante destacar que as Interrogativas de Conteúdo codificam categorias semânticas distintas, as quais se enquadram numa escala de abstraticidade, ou melhor, numa escala que vai do mais concreto ao mais abstrato: indivíduo(x) > locação(l) > tempo(t) > modo(m) > quantidade(q) > razão(r). Assim, ao se selecionar, no nível Representacional, uma determinada categoria semântica, será selecionado, no nível Morfossintático, um pronome ou advérbio interrogativo correspondente. Desta forma, pode-se construir a seguinte correspondência:

- (14) a. indivíduo(x) > locação(l) > tempo(t) > modo(m) > quantidade(q) > razão(r)
 b. {quê; o quê; qual; quem} > {onde} > {quando} > {como} > {quanto} > {por que; por quê}

Pezatti e Fontes (2010), com base em dados das variedades lusófonas, e seguindo o aparato teórico-metodológico da GDF, demonstram que, na estruturação das Interrogativas de Conteúdo, o peso de propriedades pragmáticas, como a aplicação da função pragmática Foco e do operador de Ênfase ao constituinte interrogativo, um Subato Referencial no Nível

Interpessoal, sobrepuja o das categorias do Nível Representacional. A partir desse trabalho, estabelecemos as seguintes hipóteses:

- (i) A diferença entre a ordenação inicial e final do constituinte interrogativo associa-se à atribuição de Ênfase: enquanto ao constituinte interrogativo em posição inicial é atribuída somente a função pragmática de Foco, ao constituinte interrogativo em posição final se atribui, além da função pragmática de Foco, o operador de Ênfase;
- (ii) A ocorrência de clivagem em estruturas interrogativas é, também, determinada no Nível Interpessoal, já que, em estruturas interrogativas clivadas, há a estratégia pragmática de Ênfase;
- (iii) Ao Sujeito, nas Interrogativas de Conteúdo, é atribuído a função pragmática de Tópico, o que licencia tanto a posição final, posposta ao Verbo, como a posição inicial, anteposta ao Verbo.

Para demonstrar as conclusões a que chegamos e, assim, confirmar essas hipóteses de investigação, este trabalho está dividido em cinco capítulos resumidos a seguir.

Nos dois primeiros capítulos, preocupamo-nos em mostrar os fundamentos teóricos e metodológicos que guiam nossa pesquisa. O **primeiro capítulo** apresenta o arcabouço teórico da GDF. Já o **segundo capítulo** trata dos aspectos metodológicos envolvidos na constituição do *corpus* de análise e na definição dos critérios de análise dos dados.

Os dois capítulos seguintes são dedicados à análise dos dados. No **terceiro capítulo**, propomos uma tipologia para as Interrogativas de Conteúdo com base no uso que os falantes da língua fazem dessa estrutura. Já no **quarto capítulo**, analisamos as diferentes estratégias morfossintáticas que estruturam as Interrogativas de Conteúdo, no caso, a ordenação de constituintes e a clivagem, buscando as motivações semânticas e pragmáticas para a

ocorrência de tais fenômenos. Além disso, nesse capítulo, observamos o comportamento diacrônico das diferentes formas de se estruturar as Interrogativas de Conteúdo do PB, lançando a hipótese de que são fenômenos inovadores na estruturação das Interrogativas de Conteúdo: (i) a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração, (ii) a possibilidade de clivar o constituinte interrogativo posicionado no campo inicial da oração por meio do expletivo *é que* ou *que* e (iii) a mudança na ordem do sujeito em relação ao verbo.

Por fim, nas **considerações finais**, fazemos um apanhado do que o trabalho aqui desenvolvido e apresentado propõe. As referências bibliográficas fecham este trabalho.

CAPÍTULO 01

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho, como já exposto anteriormente, é o de analisar o uso das Interrogativas de Conteúdo na história do PB de forma a caracterizar as motivações semântico-pragmáticas e as mudanças linguísticas envolvidas em sua estruturação, focando, principalmente, (i) a ordenação do constituinte interrogativo e do constituinte em função de sujeito e (ii) a ocorrência de clivagem, por meio dos expletivos “é que” e “que”, do constituinte interrogativo em posição inicial. Este trabalho, portanto, integra, preferencialmente, o campo de estudos sobre a (morfos)sintaxe do PB.

Conforme expõem Berlinck *et al* (2001), há duas vias para se encarar os fenômenos (morfos)sintáticos da língua a depender da concepção de língua/linguagem que permeia a visão do analista. Esse fato é tão inerente à Linguística que Saussure (1960, p. 15) já postulava que “é o ponto de vista que cria o objeto”. Logo, a concepção de língua é um ponto chave no trabalho dos linguistas já que, a partir dela, orienta-se a abordagem teórico-metodológica adotada para as análises.

Percebendo a língua enquanto instância condicionada por estados mentais e propondo que o falante dispõe de um conhecimento inato sobre os mecanismos que regem a estrutura da gramática, concebe-se, conforme afirma Neves (1994, p. 114), a linguagem como “um sistema abstrato autônomo em relação aos modos de uso”, o que caracteriza a gramática como um empreendimento que procura caracterizar a língua, um objeto formal, a partir de regras da sintaxe formal aplicadas independentemente do sentido e do uso das construções descritas. A Sintaxe, assim, é vista como autônoma, ou seja, livre de pressões semânticas e discursivas,

desligada do uso. Como a língua é um “sistema de conhecimentos interiorizados na mente humana” (BERLINCK *et al*, 2001, p. 211), os fenômenos linguísticos são tratados de forma modular a partir de um método dedutivo que se baseia na introspecção do linguista. A tais concepções subjaz uma **abordagem formalista** da linguagem.

Por outro lado, se concebemos a linguagem como um instrumento de comunicação e de interação verbal, focamos a sua instrumentalidade em relação ao que os seus usuários fazem para atingir seus propósitos comunicativos. As expressões linguísticas, então, não são tratadas como objetos funcionais arbitrários, mas como detentoras de propriedades sensíveis a determinantes semânticos e pragmáticos, ou melhor, codeterminadas por questões de uso e de função comunicativa (cf. NEVES, 1994, p. 114). A gramática da língua, dessa forma, constrói-se a partir da interação entre os níveis de análise linguística: o pragmático, o semântico, o morfossintático e o fonológico. Sob tal enfoque, seguindo as palavras de Pezatti (2004, p. 168), a pragmática é o nível mais abrangente ao qual se subordina a semântica e a sintaxe; é no interior da pragmática que devemos enxergar a semântica, a sintaxe e, também, a fonologia. Tais concepções caracterizam uma **abordagem funcionalista** da linguagem.

Os objetivos e as hipóteses levantados neste estudo já evidenciam que adotamos a perspectiva funcionalista para guiar nossas análises e considerações. Dessa forma, os diferentes mecanismos envolvidos na estruturação das Interrogativas de Conteúdo são vistos a partir de um alinhamento entre codificação morfossintática e fonológica e formulações semânticas e pragmáticas. Isso revela nossa opção, dentro das variadas tendências que compõem o paradigma funcionalista, pela linha holandesa, especificamente pela Gramática Discursivo-Funcional, modelo gramatical concebido por Hengeveld e Mackenzie (2008) como expansão da Gramática Funcional de Simon Dik (1997a; 1997b).

Este capítulo divide-se em duas partes: (i) primeiramente, discutimos as concepções que definem o paradigma funcionalista como um todo para, então, (ii) caracterizar, de forma geral, o modelo da GDF, focando apenas seus níveis e camadas de análise.

2. A ABORDAGEM FUNCIONALISTA

De acordo com Butler (2003), o ponto de partida para os funcionalistas está na definição de língua como um instrumento de comunicação entre os seres humanos, ou seja, a língua é concebida em sua instrumentalidade perante o ato de se comunicar. Segundo Neves (1994, p. 109), “a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua” é um apontamento que sintetiza bem o pensamento básico das teorias funcionalistas, o que, para Dik (1997a), coloca a língua como um instrumento de interação social cujo objetivo está em se estabelecer relações comunicativas. Para a abordagem funcionalista, portanto, a língua é revelada em sua instrumentalidade em relação ao que as pessoas fazem e alcançam por meio de seu manuseio na interação verbal.

Embora concebam a língua em sua instrumentalidade comunicativa e interativa, os funcionalistas não excluem seu caráter cognitivo e elencam, como aponta Nuyts (1993 *apud* BUTLER, 2003, p. 03), algumas funções subsidiárias que não se restringem apenas à função primordial de estabelecer a comunicação, como (i) a informativa (com a qual o usuário da língua explicita um conteúdo necessário para o contexto comunicativo em que se insere), (ii) a intencional (com a qual o usuário da língua intenciona alcançar seus objetivos com determinada mensagem), (iii) a socialização (com a qual o usuário da língua entende as normas e regras da sociedade e se conforma com elas de forma a se relacionar interpessoal e socialmente com seus parceiros de interação) e, por fim, (iv) a contextualização (com a qual o usuário da língua é capaz de adaptar sua mensagem às diferentes situações comunicativas).

Segundo Butler (2003), a comunicação consiste em qualquer evento discursivo das sociedades humanas, de forma que até o ato de falar sozinho pode ser visto como uma forma de comunicação: o falante, dotado de um propósito comunicacional e reflexivo, desdobra seu papel, sendo falante e destinatário ao mesmo tempo. Já a interação verbal, segundo Dik (1997a), é uma atividade cooperativa e regrada: (i) cooperativa pois envolve a participação de duas ou mais pessoas cooperando entre si na tentativa de alcançar seus propósitos interacionais e (ii) regrada por ser governada por regras linguísticas (construção formal da expressão linguística) e não-linguísticas (normas e convenções sociais).

Na interação verbal, falante e destinatário dispõem, cada um, de um amontoado de informações pragmáticas, as quais, segundo Dik (1997a), compreendem o arranjo completo de conhecimento, crenças, suposições, opiniões e sentimentos disponíveis a um indivíduo em qualquer momento da interação. A informação pragmática do falante e do destinatário normalmente coincide (informação partilhada), porém também haverá informações que só estão disponíveis para um dos participantes (informações não-partilhadas). Com base nessa distinção, pode-se dizer que a função primordial do falante, durante a interação, é traçar algumas modificações na informação pragmática do destinatário.

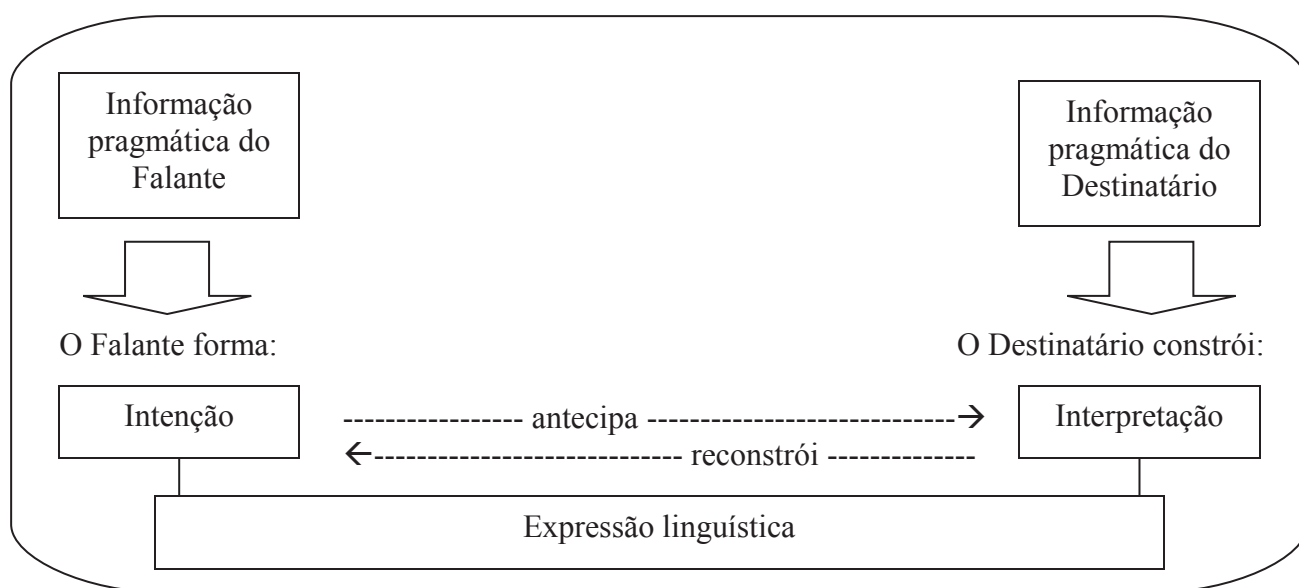


Figura 01: Modelo de interação verbal (cf. DIK, 1997a, p. 08)

Esta figura, que representa o modelo de interação verbal apresentado por Dik (1997a), caracteriza bem a cooperatividade da interação verbal: o falante forma sua intenção com base em sua informação pragmática, levando em consideração não só seu conhecimento de mundo, mas também a previsão da informação pragmática do destinatário. Ao elaborar sua expressão linguística, o falante pretende modificar a informação pragmática de seu destinatário e, assim, antecipa a possível interpretação que o destinatário poderá ter de sua expressão linguística. O destinatário, por sua vez, interpreta a expressão linguística do falante com base em sua informação pragmática, ou melhor, com base em seu conhecimento geral de mundo e com base na avaliação que faz da informação pragmática desse Falante. Assim, o destinatário tenta reconstruir a intenção comunicativa do falante. Como se percebe, a relação entre intenção do falante e interpretação do destinatário é mediada pela expressão linguística.

As expressões linguísticas são entidades estruturadas uma vez que sua construção formal é governada por algumas regras e princípios. Se a perspectiva funcionalista considera a língua em sua instrumentalidade em relação à interação social e em relação aos propósitos comunicativos de seu usuário, as expressões linguísticas devem ser entendidas, conforme propõe Dik (1997a), com base em dois tipos de sistemas de regras, ambos ratificados pela convenção social: (i) as regras que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, morfossintáticas e fonológicas), e (ii) as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas).

O sistema de regra (i) é visto como instrumental com relação aos objetivos e propósitos do sistema de regra (ii): o requisito básico do paradigma funcional é que as expressões linguísticas sejam descritas e explicadas em termos da organização geral estabelecida pelo sistema pragmático de interação verbal, ou seja, para os funcionalistas, a pragmática representa o componente mais abrangente, no interior do qual se consideram a semântica e a sintaxe: a semântica é dependente da pragmática e a sintaxe da semântica. Essa

metodologia, conforme aponta Pezatti (2004), parte do princípio de que toda explicação linguística deve estar ancorada na relação entre linguagem e uso, ou melhor, na linguagem em uso no contexto social. Especificamente, o funcionalismo clama que o estudo do sistema linguístico deve subordinar-se ao uso e, assim, qualquer explicação funcional verá seu fenômeno linguístico inserido numa complexa rede de determinações que amalgama, dentro de um contexto sócio-histórico, falante, destinatário e a informação pragmática de ambos.

A subordinação das propriedades das expressões linguísticas às regras que regem a interação verbal define o princípio de adequação pragmática, um dos princípios de adequação explanatória que, segundo Dik (1997a), devem estar presentes em uma Gramática Funcional. Como se pôde observar, a adequação pragmática é o que dá maior peso à teoria: a intenção de uma Gramática Funcional é a de construir um Modelo de Usuário de Língua Natural (MULN), ou seja, está integrada a esse modelo e a uma teoria pragmática da interação verbal.

Além desse princípio, Dik (1997a) prevê outros dois para a construção de uma Gramática Funcional: (i) adequação psicológica e (ii) adequação tipológica. O primeiro prevê que uma descrição gramatical deve ser compatível com hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento linguístico, isto é, deve levar em conta tanto o modo como o falante constrói sua expressão (modelos de produção) como a maneira pela qual o destinatário processa a expressão de forma a interpretá-la (modelos de compreensão). Já o segundo prevê que uma Gramática Funcional deve ser capaz de fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes e, além disso, deve ser capaz de explicitar as similaridades e as diferenças entre os diferentes sistemas linguísticos (cf. PEZATTI, 2004, p. 171-172).

Com base se expôs, observa-se que o funcionalismo, aliando-se a uma concepção de linguagem enquanto instrumento de interação verbal, observa as expressões linguísticas como mediadoras da comunicação e da interação estabelecida entre os interlocutores e, assim, relaciona a configuração morfossintática de uma sentença a questões de uso. É no uso e na

interação entre pragmática, semântica e sintaxe que um funcionalista buscará as explicações para um determinado fenômeno linguístico e, dessa forma, buscará estar em conformidade com os princípios de adequação pragmática, psicológica e tipológica.

3. DISCURSO & GRAMÁTICA: A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Hengeveld e Mackenzie (2008) definem a GDF como uma teoria gramatical que ocupa uma posição intermediária entre funcionalismo e formalismo radicais¹. Segundo Camacho (2006), os rótulos “formal” e “funcional” não são esclarecedores, uma vez que, primeiramente, conforme já apontava Newmeyer (1998 *apud* CAMACHO, 2006, p. 04), há uma ambiguidade por trás do uso do termo “formal”:

ele pode referir-se tanto à forma ou estrutura gramatical em oposição ao significado ou uso, quanto à utilização de um sistema notacional para expressar de modo preciso e exato as observações e as generalizações linguísticas.

Em segundo lugar, Camacho (2006) esclarece que a formalização não é um traço metodológico restrito apenas às teorias formalistas; ao contrário, muitas teorias funcionalistas, como a GF e a GDF, utilizam-se de um alto grau de formalismo e explicitude notacional para fundamentar suas análises. A diferença entre “formal” e “funcional”, portanto, não está na utilização de notações formais, mas associa-se ao “grau de independência ou de autonomia das relações formais ou gramaticais em relação ao significado e ao uso que os falantes fazem delas no contexto comunicativo” (CAMACHO, 2006, p. 04-05). A esse respeito, Butler (2003) afirma que o coração do debate entre formalistas e funcionalistas se relaciona à questão de até que ponto as gramáticas são autônomas em relação a fatores externos a elas ou se podem ser explicadas com base nesses fatores.

¹ Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 26): “FDG occupies a position halfway between radically functional and radically formal approaches to grammatical analysis”.

Recorrendo a Croft (1995 *apud* BUTLER, 2003, p. 05), Butler (2003) mostra três maneiras de se entender a autonomia:

- (i) autonomia da sintaxe: os fenômenos sintáticos são essencialmente independentes das funções pragmáticas, semânticas e sintáticas desses fenômenos;
- (ii) autonomia da gramática: a gramática de uma língua é essencialmente independente de fatores funcionais externos relacionados ao uso da linguagem como um instrumento comunicativo em contextos sociais;
- (iii) autonomia da faculdade da linguagem: as capacidades linguísticas constituem um módulo essencialmente independente de outras capacidades cognitivas.

Além desses três caminhos de se compreender a autonomia, Croft (1995 *apud* BUTLER, 2003, p. 06) distingue dois aspectos que perpassam o conceito de autonomia:

- (i) arbitrariedade: no caso da autonomia da sintaxe, a arbitrariedade significa que elementos ou regras sintáticas não derivam de propriedades semânticas ou pragmáticas; já no caso da autonomia da gramática, a arbitrariedade concebe que propriedades gramaticais não se relacionam a funções sociais e comunicativas;
- (ii) auto-suficiência²: com relação à autonomia da sintaxe, prevê-se que os sistemas sintáticos das línguas apresentam elementos e regras que interagem entre si, porém não com propriedades pragmáticas e discursivas; já com relação à autonomia da gramática, esta é auto-suficiente com relação aos fatores comunicativos e sociais.

² No original, em inglês, o termo é “*self-containedness*” (cf. BUTLER, 2003, p. 06).

Com base nesses princípios, Croft (2003 *apud* BUTLER, 2003, p. 07) caracteriza três tipos de posicionamentos tomados pelas vertentes funcionalistas a partir da aceitação ou rejeição da arbitrariedade e da auto-suficiência:

- (i) funcionalismo autônomo: a sintaxe é arbitrária e auto-suficiente;
- (ii) funcionalismo misto (formal/funcional) e tipológico: a sintaxe é arbitrária, mas não auto-suficiente;
- (iii) funcionalismo extremo: a sintaxe não é arbitrária e nem auto-suficiente.

Camacho (2006), estabelecendo distinções semelhantes às demonstradas por Butler (2003), visualiza dois sistemas de oposições teóricas que conjugam quatro perspectivas segundo as quais se pode entender a gramática de uma língua: (i) numa primeira oposição, a gramática pode ser considerada como um sistema estrutural autônomo, o que caracteriza uma teoria autônoma da gramática, ou como um instrumento de interação social, o que caracteriza uma teoria funcionalista da gramática; (ii) já num segundo sistema de oposição, se, por um lado, há teorias que manifestam um desejo claro em construir sistemas de representação formal, o que é característico de uma abordagem formalizada da gramática, por outro lado, existem enfoques cujo objetivo não está em construir esses tipos de formalização, o que caracteriza uma abordagem não-formalizada da gramática. Esses parâmetros podem ser perfeitamente associados, criando-se o seguinte quadro:

	Formalizada	Não-formalizada
Autônoma	A	B
Funcional	C	D

Quadro 01: Funcionalismo e formalismo (HENGEVELD, 1998 *apud* CAMACHO, 2006)

Com este quadro, visualizam-se quatro diferentes tipos de teorias linguísticas que estão na base de dois sistemas de oposição: (i) o tipo A, autônoma e formalizada, caracterizando a abordagem gerativista, e seu tipo oposto, D, representando uma teoria funcional não-formalizada, como os enfoques de Halliday e de Givón; (ii) o tipo B, uma teoria autônoma não-formalizada, para a qual não se encontra um enfoque representante, e seu tipo oposto, C, cujos expoentes, além da Gramática de Papel e Referência, são a GF e a GDF.

A GDF, portanto, como uma teoria gramatical intermediária entre o funcionalismo radical e o formalismo radical, postula que as propriedades de expressões linguísticas são adaptadas aos objetivos comunicativos que os usuários da língua pretendem atingir na interação e, além disso, está fortemente ligada à existência de uma estrutura mental: a estrutura de uma expressão linguística reflete um sistema subjacente que é governado por regras que predizem a forma tomada por unidades linguísticas idealizadas. De certa forma, a pretensão da GDF está em estudar o grau em que uma descrição linguística é relevante para explicar o uso da língua com objetivos comunicativos na interação verbal e o grau em que uma descrição linguística é compatível com o conhecimento sobre o processamento mental envolvido na interpretação e na produção das expressões linguísticas.

3.1. Princípios básicos

A GDF aborda a linguagem enquanto um instrumento de interação verbal e, assim, captura as propriedades formais das unidades linguísticas e as descreve em termos da intenção comunicativa em que são produzidas. A figura 02 abaixo mostra a GDF como o Componente Gramatical de um modelo mais global de interação verbal que se liga a um Componente Conceitual, a um Componente Contextual e a um Componente de Saída.

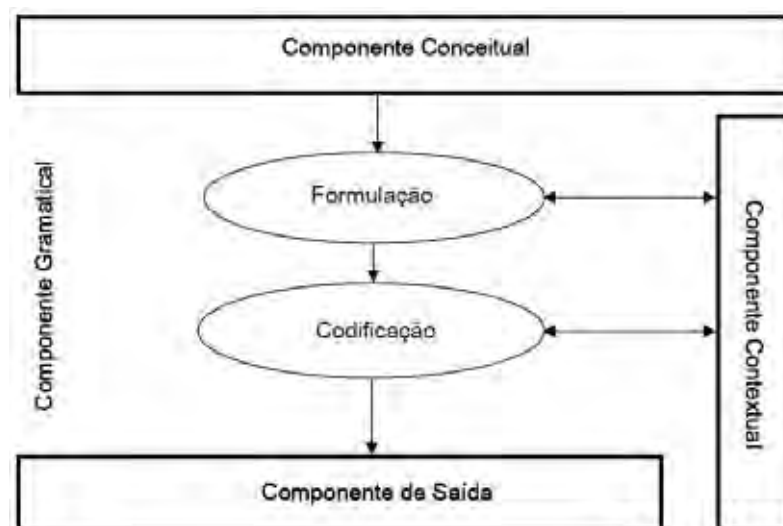


Figura 02: A GDF como parte de uma teoria da interação verbal (cf. HENGVELD & MACKENZIE, no prelo)

O Componente Conceitual, além de ser responsável pelo desenvolvimento da intenção comunicativa e das conceituações relevantes em determinado evento comunicativo, oferece o *input* necessário para o Componente Gramatical, representando, assim, a força motriz desse. É junto a esse componente não-verbal que é representado o material ideacional e interativo pressuposto por cada unidade discursiva sob análise.

Já o Componente Contextual contém informações a respeito do conteúdo e da forma do discurso anterior, do cenário real em que o evento comunicativo ocorre e das relações sociais entre os Participantes da interação. A GDF assume que a intenção do Falante³ não surge no vácuo, mas sim em um multifacetado contexto comunicativo e, dessa forma, esse segundo componente não-verbal pode conter dois tipos de informação: (i) a informação imediata (de curto prazo) recebida do Componente Gramatical relativa a um enunciado particular que é relevante para a forma que os enunciados subsequentes assumem e (ii) a informações de longo prazo sobre a interação corrente que é relevante para as distinções que são requeridas na língua em uso e que influenciam a formulação e a codificação nesta língua.

³ Para nos referirmos aos participantes da interação, usamos, nas seções anteriores, os termos “falante e destinatário”. A partir de agora, passamos a usar “Falante e Ouvinte” por aludirmos aos participantes conforme concebe a GDF.

Por fim, o último componente não-verbal, o Componente de Saída, é o que gera expressões acústicas, simbólicas ou ortográficas com base nas informações provenientes do Componente Gramatical. É, portanto, o Componente Gramatical que gera *input* para o Componente de Saída. Há variadas maneiras de esses três componentes não-verbais interagirem com a GDF, especificamente, com o Componente Gramatical da interação verbal. Para a GDF, um meio muito importante de interação entre os quatro componentes se dá com os processos de Formulação e de Codificação.

Partindo da idéia de que um modelo gramatical é mais eficiente à medida que reflete o processamento linguístico individual e de que, segundo alguns estudos psicolinguísticos, a produção linguística é um processo *top-down*, que começa com as intenções e termina com a articulação da expressão linguística, a implementação dinâmica da GDF reflete esse processo de produção linguística e está devidamente organizada num modelo *top-down*, isto é, num modelo descendente. Isso quer dizer que a GDF é um modelo do Falante: as intenções comunicativas de um Falante são processadas em direção descendente até chegar à articulação da expressão linguística, ou melhor, o Falante primeiro decide um propósito comunicativo, seleciona a informação mais adequada para alcançar seu propósito, codifica, então, esta informação gramaticalmente e fonologicamente, e, por fim, progride para a articulação. Por conseguinte, como afirma Pezatti (no prelo), “a GDF, adota uma perspectiva orientada para a produção do falante (ou escritor) e não uma perspectiva orientada para a interpretação do destinatário (ou leitor)”.

Para a GDF, no nível pré-linguístico, ou seja, no Componente Conceitual, uma intenção comunicativa e sua representação mental são convertidas, por meio da operação de Formulação, em representações interpessoais e representacionais, que, transportadas para o nível morfossintático e fonológico por meio da operação de Codificação, recebem diferentes

representações. Portanto, é dentro desta organização descendente descrita que se devem distinguir as operações principais de Formulação e de Codificação.

A Formulação abriga as regras que determinam o que constitui a representação semântica e pragmática subjacente na língua. Estas regras são chamadas de “regras de mapeamento”. Já a Codificação envolve regras que convertem a representação pragmática e semântica em representações morfológicas e fonológicas. Estas regras são denominadas “regras de expressão”. Desta forma, ao adotar um modelo teórico de arquitetura modular cuja organização é orientada de cima para baixo, a GDF, enquanto teoria da gramática, toma como proposta a descrição de unidades discursivas, os atos discursivos, tornando-se, então, um modelo orientado para o discurso.

Uma gramática orientada para o discurso necessita tanto do reconhecimento de vários níveis de análise como da aplicação de uma organização em camadas que se estendam ao nível do discurso. A GDF, então, incorpora a estrutura hierárquica em camadas da oração da GF e combina uma neutralidade tipológica com rigor formal. Além disso, Hengeveld & Mackenzie (2008) reconhecem a necessidade de uma gramática organizada a partir de quatro níveis: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. Cada nível é concebido como um módulo separado e internamente organizado em camadas.

Na figura 03 a seguir, encontra-se um quadro no qual é demonstrada a organização geral da GDF. As elipses correspondem às operações (formulação ou codificação), os retângulos são os níveis de representação produzidos pelas operações e os quadrados contêm os primitivos usados nas duas operações citadas. Primitivos, grosso modo, são blocos construtores usados pelas operações para construir seus respectivos níveis de atuação.

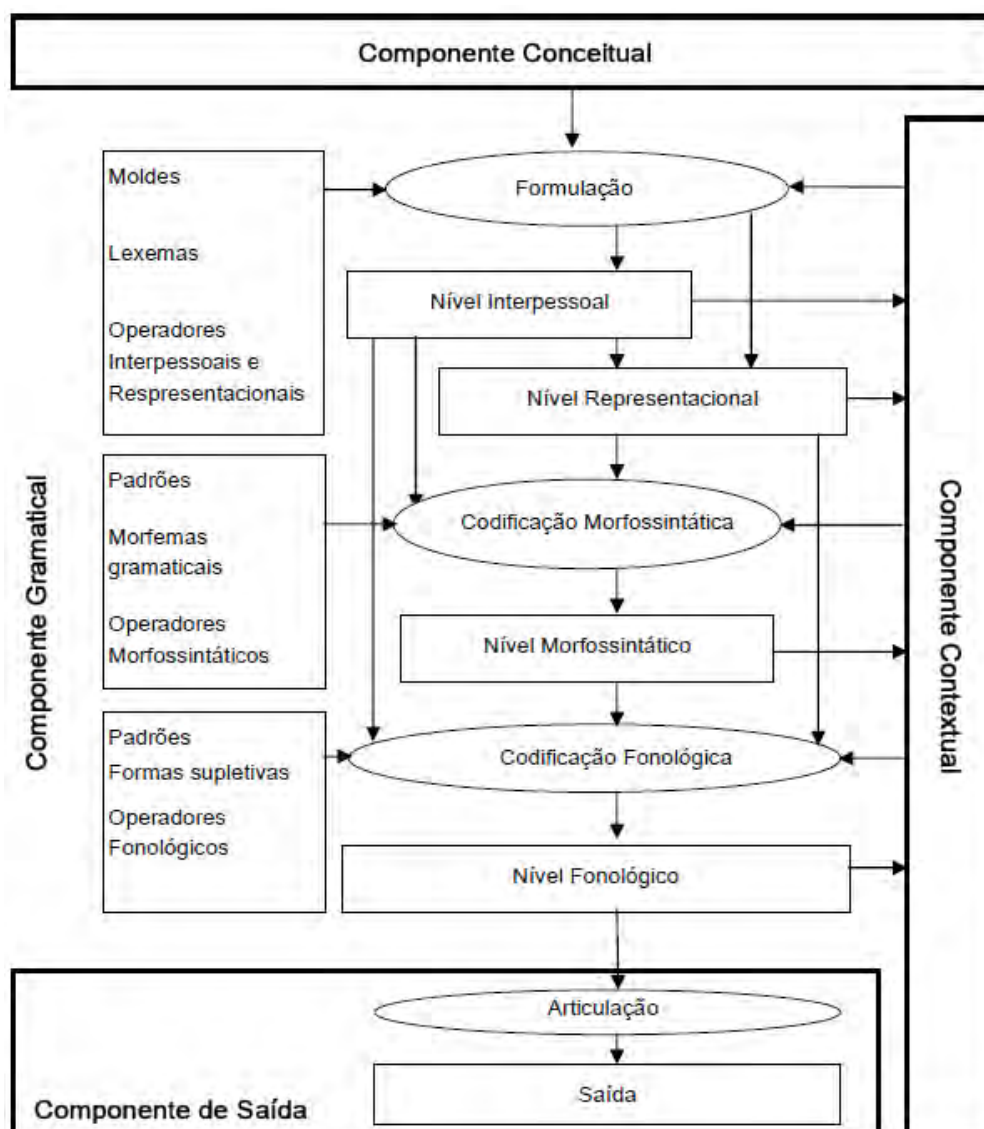


Figura 03: Arquitetura geral da GDF (cf. HENGELVED & MACKENZIE, 2010)

3.2. Níveis e camadas de organização da GDF

Cada um dos níveis distinguidos na GDF (Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico) corresponde, respectivamente, aos níveis de análise linguística: pragmática, semântica, morfossintaxe e fonologia. Além disso, cada um se estrutura de um modo particular; entretanto, todos apresentam uma organização hierarquicamente ordenada em camadas. Assim, em (15), dispõe-se uma estrutura geral das camadas dentro dos níveis.

$$(15) \quad (\pi \, v_1: [\text{núcleo } (v_1)_\Phi]: [\sigma \, (v_1)_\Phi])$$

Nesse esquema em (15), a variável v_1 corresponde à camada relevante restringida por um núcleo que a toma como seu argumento. O modificador σ , por um lado, toma a variável como seu argumento de forma a restringi-la ainda mais, enquanto o operador π a especifica. A camada, ainda, pode conter uma função Φ . Núcleos e modificadores são estratégias lexicais, enquanto operadores e funções representam estratégias gramaticais. A diferença entre operadores e funções reside no fato de que estas são relacionais, atuando entre uma unidade inteira e outras unidades da mesma camada, enquanto aqueles se aplicam apenas à própria unidade (HENGEVELD & MACKENZIE, no prelo).

A seguir, traçamos uma caracterização geral dos níveis que compõem a GDF. Destacamos alguns aspectos teóricos fundamentais para a análise e interpretação dos dados e os levamos para os capítulos de análise, especificamente os capítulos 03 e 04, na seção de fundamentos teóricos⁴.

3.2.1. O Nível Interpessoal

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o Nível Interpessoal trata dos aspectos formais que refletem o papel de uma unidade linguística dentro da interação. Cabe, dessa forma, a esse nível captar as distinções que envolvem o processo de Formulação e que dizem respeito ao modo como Falante e Ouvinte interagem entre si.

A camada mais alta dentro da hierarquia do Nível Interpessoal é o *Movimento* (M), estruturado por um ou mais *Atos Discursivos* (A). O Ato é organizado a partir de quatro posições, sendo que nem todas precisam estar presentes: a *Ilocução* (F), que combina o ato de fala dos *Participantes* (Falante e Ouvinte), e o *Conteúdo Comunicado* (C) evocado pelo

⁴ Os exemplos apresentados nesta seção foram retirados do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha, intitulado “Português oral”, que abriga amostragens das variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Macau.

Falante. O Conteúdo comunicado pode conter *Subatos de Atribuição* (T) e de *Referência* (R).

Dispõem-se, na figura 04 abaixo, as relações hierárquicas que se aplicam a esse nível.

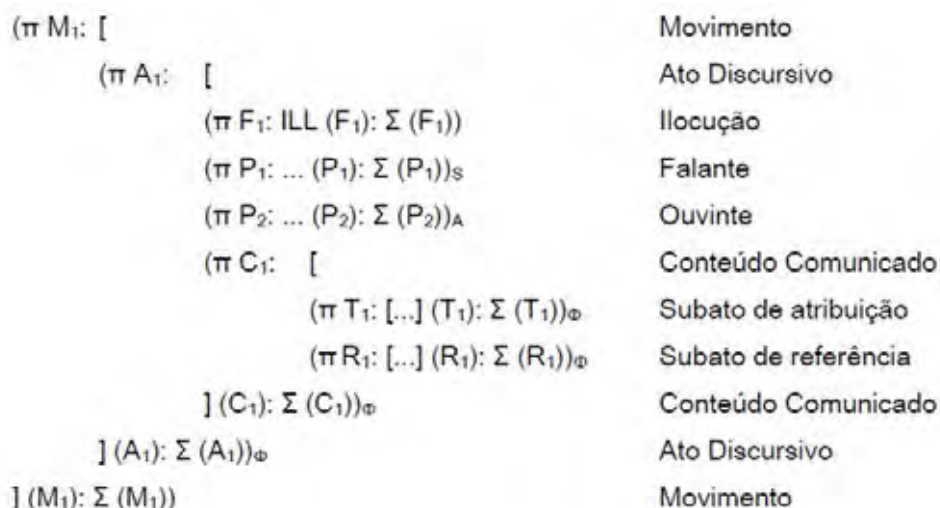


Figura 04: Relações hierárquicas do Nível Interpessoal (cf. HENGVELD & MACKENZIE, no prelo)

O Movimento, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), corresponde a uma contribuição autônoma para o avanço da interação ou a uma reação, já que tem um efeito perlocucionário. Enquanto o Ato pode provocar uma conversação (no inglês, um *backchannel*), ou seja, uma resposta que encoraje o Falante a continuar a interação, somente o Movimento pode provocar uma reação por parte do interlocutor. O Movimento, dessa forma, associa-se a uma ação dentro da interação.

Na verdade, o Movimento corresponde a contribuições para a interação que podem tanto exigir uma reação, no caso dos Movimentos de Iniciação (cf. (16a)), como ser a própria reação, no caso dos Movimentos de Reação (cf. (16b)).

- (16) a. L₁: vocês nunca entraram lá? M1
 b. L₂: a gente entra, a gente faz aposta, sabe, de passar tempo lá, etc., etc. M2
 (Bras80: Fazenda)⁵

⁵ Este é um exemplo extraído do banco de dados “Português oral”. Ao final de cada exemplo, há a indicação de sua fonte entre parênteses, com a sigla do país representado, o ano do documento e o título do texto. A seguir, dispõe-se a correspondência entre siglas e países: Bra: Brasil; PT: Portugal; Ang: Angola; CV: Cabo Verde; GB: Guiné-Bissau; Moç: Moçambique; To-Pr: São Tomé e Príncipe; TL: Timor Leste.

Em (16), o turno de L_1 é, claramente, um Movimento de Iniciação, uma vez que dá abertura para a troca conversacional; já o turno de L_2 encerra, de certa forma, essa troca, uma vez que responde adequadamente à informação solicitada por L_1 , o que dá a ele o estatuto de Movimento de Reação. Desta forma, nos termos de Hengeveld (2004), o Movimento é o veículo de expressão de uma simples intenção comunicativa do falante e, nos termos de Kroon (1995, p. 66 *apud* HENGEVELD, 2004, p. 05), uma unidade discursiva mínima e livre capaz de entrar em uma estrutura de troca.

O núcleo do Movimento pode ser um único Ato Discursivo, como acontece em (17), exemplo em que tanto os Movimentos de L_1 como de L_2 constituem-se de um único Ato, ou mais de um Ato, como acontece no Movimento de L_2 em (18) e no exemplo (19).

- (17) L_1 : [e você lembra alguma festa na escola?] A_1 M_1
 L_2 : [esse ano?] A_2 M_2
 L_1 : [que aconteceu assim de bom?] A_3 M_3
 L_2 : [lembro sim.] A_4 M_4
 (Bras93: FestaEstudante)

- (18) L_1 : [vocês nunca entraram lá?] A_1 M_1
 L_2 : [a gente entra] A_2 , [a gente faz aposta, sabe, de passar tempo lá, etc., etc.] A_3 M_2
 (Bras80: Fazenda)

- (19) [o macarrão] A_1 , [eu faço com bastante carne] A_2 M_1
 (Bras80: Macarronada)

Os Atos Discursivos, segundo Kroon (1995 *apud* HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 60), correspondem a unidades minimamente identificáveis do comportamento comunicativo que não necessariamente promovem a conversação na tentativa de se alcançar um objetivo comunicativo⁶. Assim como os Movimentos não apresentam um correlato linguístico na expressão formal, não há nenhuma relação unívoca entre Atos Discursivos e

⁶ No original: “the smallest identifiable units of communicative behaviour. In contrast to the higher-order units called Moves they do not necessarily further the communication in terms of approaching a conversational goal” (KROON, 1995, p. 65 *apud* HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 60).

qualquer unidade linguística. Qualquer elemento linguístico que seja capaz de transmitir, num determinado contexto, a intenção do Falante pode funcionar como um Ato Discursivo.

Os Atos Discursivos se constituem de no máximo quatro componentes: uma Ilocução (F_1), um Falante ($(P_1)_S$), um Destinatário ($(P_2)_A$) e um Conteúdo Comunicado (C_1). A partir desses componentes, distinguem-se três diferentes esquemas para os Atos (cf. (20) a (22)):

- (20) $(A_I: [F_1: \blacklozenge (F_1)] (P_1)_S] (A_I))$, para Atos Expressivos;
- (21) $(A_I: [(F_1: \blacklozenge (F_1) (P_1)_S (P_2)_A] (A_I))$, para Atos Interativos;
- (22) $(A_I: [(F_1: \blacklozenge/ILL (F_1))(P_1)_S (P_2)_A (C_1)] (A_I))$, para Atos Ilocutivos.

Como podemos observar, primeiramente, em (20), o Ato pode conter, minimamente, uma Ilocução e um único Participante, no caso, o Falante. Essa disposição estrutura o Ato Expressivo, que revela uma expressão direta do sentimento do Falante sem um propósito comunicativo, quer dizer, o Falante, ao utilizar-se de tal categoria, deseja prioritariamente realçar sua emoção em vez de comunicar ao Ouvinte alguma informação (cf. (23)).

- (23) L_1 : não come menos que dois, três [ovos], o garoto
 L_2 : **poxa**, é muito ovo, heim? (Bras80: Macarronada)
 A_I : $[F_1: poxa (F_1)] (P_1)_F] (A_I))$

Conforme defendem Hengeveld e Mackenzie (2008) e demonstra Fontes (2010), é da classe de interjeições da língua que se originam os Atos Expressivos. No exemplo em (23), o Ato Expressivo em destaque assinala o sentimento de surpresa do Falante sem necessariamente transmitir uma informação ao Destinatário. Dessa forma, o Ato Expressivo não contém posições para o Conteúdo Comunicado e para o Ouvinte, mas somente para a Ilocução e para o Falante, o que dá a ele a qualidade de autodirecionado.

Em segundo lugar, conforme disposto em (21), o Ato discursivo só tem preenchidas as posições da Ilocução, do Falante e do Destinatário, não preenchendo, por conseguinte, a

posição do Conteúdo Comunicado. Tal disposição é observada no exemplo em (24), com a saudação em destaque.

- (24) **Boa tarde!**
 (A_I: [(F_I: *boa tarde* (F_I) (P₁)_F (P₂)_O] (A_I))

Conforme assinalam Fontes e Pezatti (2011b), enquanto os Atos Expressivos estão subordinados à transmissão de emoções, os Atos Interativos são os responsáveis pela manutenção da interação verbal, ou seja, subordinam-se a um uso interacional. Precisamente, os Atos Interativos constituem pistas linguísticas da presença dos interlocutores e de sua relação comunicativa na interação verbal. Dessa forma, aos Atos Interativos cabe a manutenção do canal interlocutivo estabelecido entre os enunciadoreis, o que nos leva a enxergar, no uso de tal categoria, uma constante busca, por parte do Falante (aquele que toma o ato enunciativo para si), do Ouvinte (aquele a quem se dirige o ato). Em outras palavras, os Atos Interativos envolvem-se numa estratégia do Falante para chamar a atenção do Ouvinte. É essa propriedade que faz com que os Atos Interativos se caracterizem como nitidamente orientados para o Ouvinte, ou para a interação entre Falante e Ouvinte, propriedade que exemplarmente demonstra o aspecto interacional desse tipo de Ato.

Em português (cf. FONTES E PEZATTI, 2011b), os Atos Interativos formam uma classe bastante heterogênea por se constituírem a partir de diversos elementos lexicais da língua. São eles: (i) as formas de saudação, de despedida e de polidez (cf. (25)), (ii) alguns MDs, principalmente aqueles denominados por Risso *et al* (2006) de orientadores da interação (cf. (26), (27) e (28)), e, por fim, (iii) as expressões vocativas (cf. (29)).

- (25) L₁: **boa tarde!**
 L₂: **viva**, dona Conceição! (PT97:TrabalhoPosseTerra)
- (26) L₁: o senhor não se importaria se ela trabalhasse?
 L₂: **olha**, eu acho que é, se ela fosse trabalhar fora, ela teria que ganhar muito dinheiro. (Bras80: CriarFilhos)

- (27) L₁: mas não acha que agora dá mais apoio, se calhar, que os irmãos, não?
 L₂: sim! agora está aqui
 L₁: **ah!**
 L₂: na, mora aqui pegado mesmo
 L₁: **hum, hum.** (PT95: JuventudeOntemHoje)
- (28) L₁: Toni, como é que era este trabalho, vocês saíam às noites, iam ao encontro dos grupos de meninos de rua, meninas de rua, também, **não é**, (Ang97: Meninos de Rua)
- (29) - eh, **ó padre Francisco**, há aí um, um ponto que de facto, eh, a mim surge-me, pessoalmente, algumas dúvidas: havia alguns casos em que a língua portuguesa era ensinada como língua materna? portanto, eu digo, antigamente, ou o português era aprendido mais tarde como língua estrangeira? (TL99: Regras)

Os Atos Interativos comportam-se como os Atos Expressivos na visão hierárquica de gramática da GDF: são gerados no Nível Interpessoal e, por não apresentarem um Conteúdo Comunicado, não têm representação no Nível Representacional. Além disso, pelo fato de serem formas invariáveis, não passam pelo Nível Morfossintático, sendo enviados do Nível Interpessoal diretamente para o Nível Fonológico, onde recebem propriedades fonéticas, fonológicas e prosódicas para a sua articulação.

Por fim, como se demonstra em (22) acima e nos exemplos abaixo (cf. (30) a (32)), um Ato pode ter preenchidas todas as posições disponíveis no Nível Interpessoal: Ilocução, Participantes (Falante e Ouvinte) e Conteúdo Comunicado. Esses Atos são denominados Atos Ilocutivos e estão relacionados à transmissão de alguma informação por parte do Falante para seu Ouvinte, o que condiciona a presença de um Conteúdo Comunicado em sua estrutura. Dessa forma, sua produção no componente gramatical envolve a passagem por todos os níveis: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico.

- (30) - e quem cozinha, você ou seu marido?
 - **eu que cozinheiro mesmo.** Ele não sabe fazer nada, sabe nem fritar um ovo!
 (Bras80: Macarronada)
- (31) - **é. o salário satisfaz?**
 -> sim, sim. de facto. satisfaz. (Ang97: JovemGaspar)
- (32) - mas como é que foi? **conte-me tudo!** (PT97:NamoroOutrosTempos)

Os exemplos de (30) a (32) estão relacionados, de alguma forma, à transmissão de uma informação: em (30), o Falante declara um determinado Conteúdo Comunicado de forma que o Ouvinte adicione tal informação à sua informação pragmática; já em (31), o Falante deseja obter uma resposta do Ouvinte para uma informação que ainda não está totalmente clara para ele (o Falante) e, por fim, em (32), o Falante transmite uma ordem ao Ouvinte.

O Ato tem como núcleo a Ilocução, que pode ser expressiva ou comunicativa. É a Ilocução que captura as propriedades lexicais e formais que podem ser atribuídas ao uso interpessoal convencionalizado do Ato para atingir uma determinada intenção comunicativa. O esquema geral de representação da Ilocução está disposto em (33):

$$(33) \quad (\pi F_I: \diamond/ILL (F_I): \Sigma (F_I))$$

O núcleo de uma Ilocução pode ser preenchido por (i) verbos performativos, (ii) ilocuições abstratas e (iii) expressões fixas ou interjeições que compõem o quadro dos Atos Expressivos e Interativos.

A distinção entre performativos implícitos e explícitos implica, na GDF, a escolha entre uma expansão verbal ou abstrata da variável da Ilocução. Em (34), observam-se Atos discursivos cujas Ilocuções são especificadas por meio de verbos performativos:

- (34) a. Eu **prometo** que não faltarei mais às reuniões.
b. Estou te **informando** que desejo reconciliar-me.

Dik (1997a), seguindo Austin (1962), afirma que as construções performativas explícitas são caracterizadas, principalmente, por conter um verbo matriz como *perguntar*, *prometer*, *advertir* que indicam algum tipo de ato comunicativo e que sempre estão no presente do indicativo. O autor ainda acrescenta que os performativos explícitos só ocorrem em contextos pragmaticamente marcados, ou seja, eles são usados em interações espontâneas e, geralmente, constituem repetições enfáticas de atos comunicativos já ditos.

Por sua vez, Atos discursivos sem qualquer especificação lexical da Ilocução são chamados de “performativos implícitos” e envolvem a escolha de uma Ilocução abstrata, definida por Sadock e Zwick (1985, p. 155 *apud* HENGVELD & MACKENZIE, 2008, p. 70) como “a coincidência entre estrutura gramatical e uso conversacional convencionalizado”. Na visão da GDF, de um conjunto de Ilocuções abstratas, cada língua inclui em sua gramática apenas as que têm reflexos nos níveis Morfossintáticos e Fonológicos. A lista a seguir contém um conjunto de Ilocuções possíveis⁷:

DECLarativas: o Falante informa ao Ouvinte um Conteúdo proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

- (35) L₁: você disse que tem uma piscina de água natural, quer dizer, a, a água vem de, de onde?
L₂: **a água vem de um rio...** (Bras80: Fazenda)

INTERrogativas: o Falante solicita ao Ouvinte uma resposta para o Conteúdo proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

- (36) L₁: **e o senhor daria liberdade para o seu filho furar, fumar?**
L₂: dou! (Bras80: CriarFilhos)

- (37) L₁: **onde é que aprendeu a coser?**
L₂: aprendi a coser cá em São Tomé, nas madres canossianas. (To-Pr96: Costureira)

IMPERativas: o Falante conduz o Ouvinte a realizar a ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (38) L₁: **conte esse acidente.** como foi esse acidente? (Bras80: Acidente)

⁷ Com base em estudo desenvolvido anteriormente (FONTES, 2009), pôde-se observar que o português dispõe de especificações morfossintáticas para algumas das ilocuções abstratas disponíveis. Para as ilocuções não codificadas no português, trazemos exemplos retirados de Hengeveld & Mackenzie (2008).

PROIBitivas: o Falante proíbe o Ouvinte de realizar a ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (39) É proibido fumar neste local!

OPTativas: o Falante demonstra ao Ouvinte seu desejo de que a situação positiva evocada pelo Conteúdo Comunicado venha a ocorrer.

- (40) L₁: uma vez ia... devagarinho, ali... perto dum cruzamento, veio um ciclista - **oxalá não vão pôr isto no computador**, não deve haver muitos q[...], a dizer ciclista (PT72: AoVolante)

IMPREcativas: o Falante indica ao Ouvinte seu desejo de que situação negativa evocada pelo Conteúdo Comunicado venha a acontecer.

- (41) Geber-*esi*!
morrer.com.um.cachorro-IMPR.3.SG
Que morra como um cachorro! (cf. HENGVELD & MACKENZIE, 2008, p. 72)

EXORTativas: o Falante encoraja a si próprio ou a um Ouvinte para que, junto a ele, realizem uma ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (42) L₁: **vamos à conversa com o jovem Gaspar**, com... um jovem de vinte e dois anos que em Luanda como outros jovens tem uma situação particular. (Ang97: Jovem Gaspar)

DESEXORTativas: o Falante desencoraja a si próprio ou a um Ouvinte de realizar uma ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (43) L₁: **não vamos dizer que é o pensamento moçambicano**. é um sentimento de desportista. porque toda a pessoa que vai para o campo espera ganhar. (Moç97: SentimentoDesport0o)

ADMOESTativas: o Falante aconselha o Ouvinte a realizar a ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (44) L₁: mas eu nunca dei um tapa nele. eu só prometo. "ó! **tu se cuida**, malandro! **te cuida** que eu vou, eu, eu vou te achar, heim! (Bras80: CriarFilhos)

COMPROMissivas: o Falante se compromete com a realização de uma situação futura evocada pelo Conteúdo Comunicado em que Falante e Ouvinte estão envolvidos.

- (45) L₁: **a próxima vez eu venho almoçar**.
L₂: pode vir. (Bras80: Macarronada)

SUPLICATivas: o Falante pede permissão ao Ouvinte para realizar a situação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

- (46) L₁: espera aí, **deixa eu pensar**, do samba. eh, teve uma vez que, eh, numa constituição, eles lançaram que o samba era proibido no território nacional, aqui, certo, (Bras80: MundoDireito)

ADMIRATivas: o Falante expressa sua surpresa em relação ao Conteúdo proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

- (47) H-ajme-ma'e te' an pa
3SG-ter.corte.NMLZ FOC PROX MIR.MS
Nossa, **como (essa faca) corta!** (cf. HENGVELD & MACKENZIE, 2008, p. 73)

Por fim, o núcleo da Ilocução pode ser ocupado por interjeições e expressões similares, o que gera os Atos Expressivos (cf. (48)) e Interativos (cf. (49)):

- (48) L₁: **epa**, eu tenho várias histórias, tenho várias histórias de caça. concretamente agora dessa, não estou a ver exactamente qual é que a história...

- (49) L₁: **boa tarde**.
L₂: **viva**, dona Conceição.
L₁: diga.

O Conteúdo Comunicado, por fim, contém a totalidade do que o Falante deseja evocar na comunicação com o seu Ouvinte, ou melhor, corresponde, em termos acionais, às escolhas que o Falante faz para evocar uma imagem do mundo exterior sobre a qual deseja falar (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 87). É com o Conteúdo Comunicado que se tem o *input* necessário para a passagem pelo Nível Representacional, tanto que, em alguns Atos, como os Expressivos e os Interativos, a sua ausência faz com que, do Nível Interpessoal, sejam enviados diretamente para o Nível Interpessoal.

Em cada Conteúdo Comunicado, pode haver um ou mais Subatos, hierarquicamente subordinados aos Atos Discursivos. Esses Subatos são de dois tipos: Atributivo, que representa a tentativa do Falante em evocar uma propriedade, e Referencial, que, por sua vez, representa a tentativa do Falante em evocar um referente. Um Conteúdo Comunicado deve conter no mínimo um subato, sendo o número máximo não delimitado.

A camada dos Subatos traz em si o tipo de abordagem feita pela GDF em relação aos processos de referência e de atribuição: uma abordagem acional. Dik (1997a; 1997b), na construção da GF, já assumia que o ato de referir deve ser tomado como uma atividade cooperativa e pragmática, sendo a pragmática entendida como a função primária da linguagem: realizar mudanças na informação pragmática do Ouvinte. Para a GDF, segundo Hengeveld & Mackenzie (2008), não só a referência como a atribuição envolvem uma tentativa do Falante em influenciar, de alguma forma, a informação pragmática do Ouvinte. Essas duas operações, portanto, fazem parte de uma ação mais global: a de evocação. Pode-se dizer, assim, que o Falante evoca um Conteúdo Comunicado por meio da realização dos Subatos de Atribuição e de Referência.

Como se explicitou acima, o Subato de Atribuição corresponde à tentativa do Falante em evocar uma propriedade. Seu núcleo é, em princípio, vazio, já que a Propriedade designada por ele será representada no Nível Representacional.

Enquanto o Subato Atributivo está envolvido na evocação de uma Propriedade, o Falante realiza Subatos Referencias ao evocar uma entidade, ou melhor, o Subato Referencial corresponde à tentativa do Falante de evocar um referente. O núcleo de um Subato Referencial pode ser um Subato Atributivo (cf. (50)), um nome próprio (cf. (51)) ou, até mesmo, um núcleo abstrato, correspondente aos pronomes pessoais e aos afixos que se referem aos participantes da interação ou à não-pessoa discursiva, por meios dêiticos ou fóricos (cf. (52)):

- (50) A: O que você comprou nesta loja?
B: *O chapéu.*

- (51) *Maria* estava na festa.

- (52) Eu comprei um carro novo. *Ele* é muito bonito.

Em síntese, notamos como o Nível Interpessoal lida com os aspectos pragmáticos da língua que tem um reflexo formal em sua gramática. É o Nível Interpessoal que dá conta da operação de Formulação, e, assim, oferece o *input* inicial para os outros três níveis envolvidos na produção linguística: o Nível Representacional, o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico. Além disso, este nível abriga a unidade básica de análise da GDF, o Ato Discursivo, o que define o caráter discursivo e funcional desse modelo de gramática. Deste nível, é-nos importante três processos pragmáticos que serão tratados mais a frente: a Ênfase, a Referenciação e a Atribuição de Funções Pragmáticas.

3.2.2. O Nível Representacional

O Nível Representacional explica todos os aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginário que ela descreve e, desse modo, refere-se mais a uma designação do que a uma

evocação, tarefa do Nível Interpessoal. Portanto, é função do Nível Representacional dar conta dos aspectos semânticos de uma unidade linguística.

Na GDF, a semântica pode ser compreendida em duas vias: (i) limitada ao modo como a linguagem se relaciona com o mundo extralinguístico que descreve, lembrando a função ideacional de Halliday (1978), ou (ii) restrita aos significados de unidades lexicais (semântica lexical) ou unidades complexas (semântica composicional) isoladas do modo como são utilizadas na comunicação.

Como as unidades do Nível Representacional são caracterizadas de acordo com os fatos que designam, as diferenças entre essas unidades estão nas categorias ontológicas que elas representam. Assim, à medida que essas categorias ontológicas apresentam um reflexo na gramática da língua, elas serão denominadas de *categorias semânticas*, cada uma contendo sua própria variável, assim como as unidades pragmáticas do Nível Interpessoal.

Na distinção das categorias semânticas, Hengeveld e Mackenzie (2008) tomam como ponto de partida a tripartição de Lyons (1977): (i) Indivíduo, ou entidade de primeira ordem, pode ser localizado no espaço e avaliado em termos de sua existência, (ii) Estado-de-Coisas, ou entidade de segunda ordem, pode ser localizado no tempo e no espaço e avaliado em termos de realidade e, por fim, (iii) Conteúdo proposicional, ou entidade de terceira ordem, um construto mental, não pode ser localizado no tempo, nem no espaço, e pode ser avaliado em termos de verdade. A essas três entidades, a GDF, com base em investigações de línguas variadas do mundo, acrescenta outras que assumem um papel determinante para a gramática da língua: (i) Propriedade, uma entidade de ordem mais baixa que as três acima definidas, não tem existência independente e nem pode ser situada com base nos parâmetros de tempo e espaço, sendo avaliada em termos de sua aplicabilidade; (ii) Localização e (iii) Tempo, entidades que, mesmo especificando dimensões das outras categorias semânticas, constituem categorias independentes; (iv) Episódio, categoria semântica que corresponde à combinação

tematicamente coerente das unidades de Tempo, Localização e Indivíduo; (v) Modo, (vi) Quantidade e (vii) Razão. As categorias semânticas relevantes no Nível Representacional estão sumarizadas no Quadro 02 abaixo.

Descrição	Variável	Exemplo
Propriedade	f	colorir
Indivíduo	x	cadeira
Estado-de-Coisas	e	encontro
Conteúdo proposicional	p	ideia
Localização	l	topo
Tempo	t	semana
Episódio	ep	incidente
Modo	m	maneira
Razão	r	razão
Quantidade	q	litro

Quadro 02: Categorias semânticas do Nível Representacional

Dessa forma, com base nessa distribuição das categorias semânticas, a estrutura do Nível Representacional está organizada de acordo com a seguinte hierarquia:

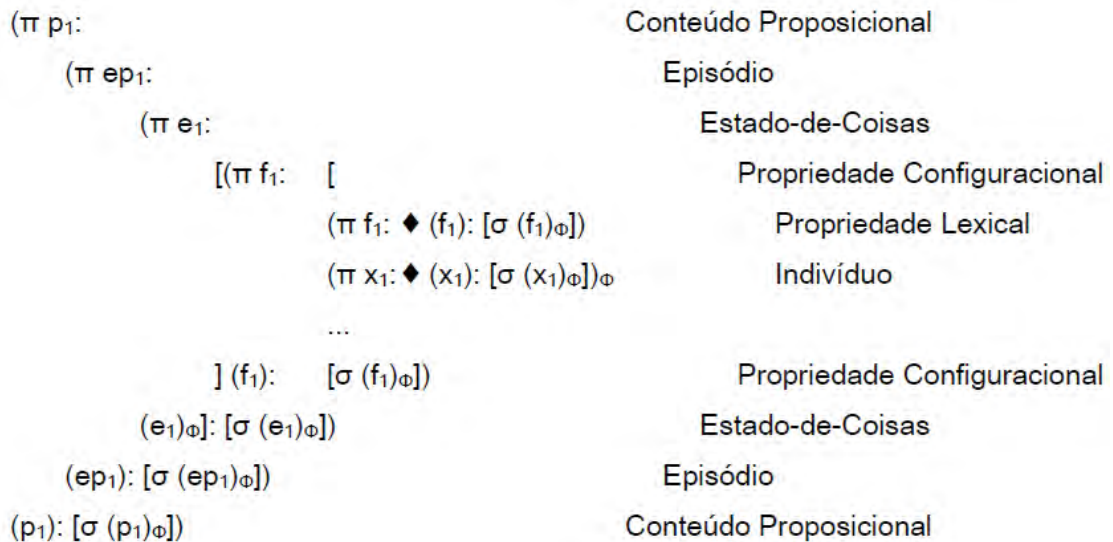


Figura 05: Relações hierárquicas do Nível Representacional (cf. HENGELVED & MACKENZIE, no prelo)

Conteúdos Proposicionais, camada mais alta do Nível Representacional, são construtos mentais que não podem ser localizados no espaço ou no tempo, mas existem na mente dos interlocutores da interação verbal. Especificamente, representam conhecimentos,

crenças e desejos e podem ser factuais, quando correspondem a conhecimentos ou crenças sobre o mundo real, ou não-factuais, quando correspondem a desejos ou expectativas em relação a um mundo imaginário.

Não se pode confundir a camada do Conteúdo Proposicional com a do Conteúdo Comunicado, já que este corresponde ao conteúdo da mensagem do Ato Discursivo sem necessariamente ser de natureza proposicional. Uma diferença marcante entre eles, conforme apontam Hengeveld e Mackenzie (2008), reside no fato de o Conteúdo Comunicado ser atribuído ao Falante, enquanto o Conteúdo Proposicional não, ou seja, o Conteúdo Proposicional pode ser atribuído a qualquer outra pessoa que não seja o Falante.

Souza (2009, p. 49) ilustra bem essa diferença ao analisar as seguintes orações:

(53) João viu pela expressão do rosto que Maria estava triste.

(54) João viu no Jornal que o preço do petróleo subiu.

Segundo o autor, em (53), o complemento do verbo *ver* constitui um Conteúdo Proposicional, manifesto na forma de uma oração finita [que Maria estava triste], pois João chega a essa conclusão com base na informação visual expressa no rosto de Maria, ou melhor, a partir da expressão triste de Maria, João tira sua conclusão. Já em (54), o complemento do verbo *ver*, manifesto por meio da oração finita [que o preço do petróleo subiu], constitui um Conteúdo Comunicado devido ao fato de essa informação não passar pelo filtro do Falante, quer dizer, a informação é comunicada da mesma forma como foi veiculada ou expressa na fonte da informação, a qual é explicitada na sentença.

De acordo com a hierarquia acima disposta, Conteúdos Proposicionais contêm Episódios que correspondem a um conjunto de um ou mais Estados-de-Coisas tematicamente coerentes, no sentido de que apresentam uma unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l) e Indivíduo (x). O Episódio consiste minimamente de um Estado-de-Coisas,

podendo conter mais de um, e, além disso, pode conter modificadores e operadores, como está representado em (55):

$$(55) \quad (\pi \text{ ep}_1: [(e_1) \dots (e_{1+N})_{\{\Phi_i\}}] (\text{ep}_1): [\sigma (\text{ep}_1)_{\Phi}])$$

A categoria semântica de Episódio tem se mostrado pertinente na gramática de várias línguas, principalmente naquelas que apresentam a ligação *Tail-Head*. Em português, o seguinte período em (56), retirado de Hengeveld e Mackenzie (no prelo), mostra também a necessidade de distinção dessa categoria na gramática da língua:

- (56) Ao sair, parando para verificar a caixa de correio, dando uma olhada para a calça e parando para ajustar o seu chapéu, ele caminhou até seu carro.

Esse trecho, como parte de uma narrativa maior, consiste numa série de formas verbais não-finitas e finitas que, juntas, descrevem um Episódio. Basta notar que todos os eventos conectados apresentam a mesma unidade de tempo, de espaço e de indivíduo. Esse trecho também mostra um aspecto importante dos Episódios capaz de diferenciá-los dos Estados-de-Coisas: a localização em tempo absoluto. Todas as orações do exemplo em (56) representam Estados-de-Coisas que, ao integrar um conjunto único, são localizados temporalmente de forma absoluta, ou seja, a localização temporal ocorre apenas uma vez para a série como um todo (cf. HENGVELD & MACKENZIE, no prelo).

Portanto, a diferença, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), entre Episódios e Estados-de-Coisas reside na modificação temporal: enquanto este só admite modificadores de tempo relativo (cf. (57)), aquele só admite modificadores de tempo absoluto (cf. (58)).

- (57) a. *hoje* tinha um problema que era ver se amanhã a chapa do carro (PF-438: 18)
b. ...eu tive *uma vez* com ele em casa (PF-589:51)
- (58) a. embora eu *nessa altura* ainda esteja com uma dúvida (PF-416: 35)
b. e a prova de que ele era responsável é que ele foi *no dia seguinte* à companhia (PF-383:45)

A partir dessas explicações e dos exemplos dispostos, é fácil ver que o Estado-de-Coisas representa uma categoria semântica que inclui eventos e estados caracterizados pelo fato de serem localizados no tempo e no espaço e poderem ser avaliados em termos de seu estatuto de realidade. No exemplo a seguir (cf. (59)), Hengeveld e Mackenzie (no prelo) mostram como o tempo absoluto, característico do Episódio, pode se combinar com o tempo relativo, característico do Estado-de-Coisas:

(59) Ontem Sheila saiu antes de jantar.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (no prelo), a noção de tempo absoluto indicado pelo modificador adverbial *ontem* se relaciona aos dois Estados-de-Coisas presentes no exemplo, ambos constituindo o mesmo Episódio. A locução prepositiva *antes de* marca a relação temporal relativa entre esses dois Estado-de-Coisas.

O núcleo de um Estado-de-Coisas pode ser uma Propriedade lexical ou (uma combinação de) Propriedades configuracionais, quer dizer, “o Estado-de-Coisas é caracterizado por uma Propriedade Configuracional (f)” (HENGEVELD & MACKENZIE, no prelo). A Propriedade Configuracional tem uma natureza composicional e contém uma combinação de unidades semânticas que não estabelecem uma relação hierárquica entre si. Na verdade, constituem o inventário de esquemas de predicação relevantes numa língua, enquanto as camadas das Propriedades Não-Configuracionais abrigam os lexemas da língua.

Entre as línguas, a natureza e o número de esquemas de predicação podem variar bastante de acordo com a valência quantitativa e qualitativa de cada língua. A possibilidade de combinação de categorias semânticas não é universal e deve ser determinada para cada língua individualmente. As restrições quantitativas dizem respeito ao número mínimo e máximo de unidades que compõem um esquema de predicação; já as restrições qualitativas cuidam das categorias semânticas que compõem as unidades e do modo como essas unidades

se relacionam em termos de funções semânticas. A GDF estabelece os seguintes tipos de Propriedades Configuracionais:

Tipo de Propriedade Configuracional	Representação geral nos Níveis Interpessoal e Representacional	Exemplos
Propriedades de zero-lugar	T (f ₁ : ... (f ₁))	➤ Choveu.
Propriedades de um-lugar	T R (f ₁ : (f ₂) (v ₁) _Φ] (f ₁))	➤ O garoto nadou. ➤ Esta cor é feia. ➤ É uma pena que ele não vir.
Propriedades de dois-lugares	T R R (f ₁ : [(f ₂) (v ₁) _Φ (v ₂) _Φ] (f ₁))	➤ O homem chutou o bandido. ➤ O encontro levou duas horas.
Propriedades de três-lugares	T R R R (f ₁ : [(f ₂) (v ₁) _Φ (v ₂) _Φ (v ₃) _Φ] (f ₁))	➤ A mulher forçou o homem a sair. ➤ João emprestou o livro a Maria.
Propriedades Relacionais	T R R (f ₁ : [(f ₂ : (v ₁) _Φ (f ₂)) (v ₂) _Φ] (f ₁))	➤ Esta peça é de Shakespeare. ➤ O encontro é às sete da noite. ➤ A reunião é na sala de jantar. ➤ John é de Londres.
Propriedades Classificacionais	T R (f ₁ : [(v ₁) (v ₂) _Φ] (f ₁))	➤ Este homem é um pintor. ➤ John é um professor.
Propriedades Identificacionais	R R (f ₁ : [(v ₁) (v ₁)] (f ₁))	➤ Meu professor é John. ➤ John é meu melhor amigo.
Propriedades Existenciais	R (f ₁ : [(v ₁)] (f ₁))	➤ Há leões no zoológico. ➤ Há curso de verão aqui.

Quadro 03: Tipos de Propriedades Configuracionais

Na camada das Propriedades Configuracionais, nos esquemas de predicação é que podemos determinar as *funções semânticas* exercidas pelos argumentos. As *funções semânticas* são reflexos gramaticais da consciência cognitiva de que os participantes de um Estado-de-Coisas desempenham (i) diferentes papéis, (ii) o mesmo papel, ou (iii) nenhum papel no estado-de-coisas. A GDF considera três macro-funções: (i) Ativo (*Actor*), quando a entidade designa um participante que apresenta um papel ativo, (ii) Inativo (*Undergoer*), quando a entidade designa um participante com papel passivo dentro do Estado-de-Coisas, e (iii) Locativo (*Locative*), quando um constituinte argumental tem a função de localizar o estado-de-coisas. No exemplo abaixo (cf. (60)), que constitui uma propriedade de três-

lugares, podemos ver os três argumentos desempenhando as funções semânticas representadas no Nível Representacional:

- (60) a. os fluxos migratórios [...] teriam provocado graves consequências ao ambiente
(Ang97:Guerra e Ambiente)
b. [os fluxos migratórios] = Argumento Ativo
[graves consequências] = Argumento Inativo
[ao ambiente] = Argumento Locativo

Hengeveld e Mackenzie (no prelo) afirmam que as Propriedades Configuracionais são construídas por meio de categorias semânticas que estabelecem uma relação hierárquica entre si e que podem ser de vários tipos, especificamente (i) Indivíduos (x), ou seja, objetos concretos que podem ser localizados no espaço e (ii) Propriedades Lexicais (f), que não têm existência autônoma e só podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outras entidades. Outras categorias semânticas podem entrar na composição das Propriedades Configuracionais a depender do reflexo formal que elas tiverem para a gramática dessa língua: (i) Localização, (ii) Tempo, (iii) Modo, (iv) Razão e (v) Quantidade.

3.2.3. O Nível Morfossintático

Os dois níveis explicitados até aqui se preocupam com a operação de formulação, isto é, com a tradução das intenções conceituais em estruturas específicas da língua que subjazem a forma linguística. A operação de codificação fica a cargo dos Níveis Morfossintático e Fonológico, sendo tarefa do Nível Morfossintático tomar o duplo *input* vindo dos Níveis Interpessoal e Representacional e amalgamá-los numa representação estrutural simples a qual, por sua vez, será convertida num construto fonológico no próximo nível.

Dessa forma, o Nível Morfossintático é dependente do *input* que lhe é fornecido, já que é esse *input* que fornece a informação necessária para que o Nível Morfossintático aplique seus princípios de organização. O *input* contém informações lexicais, que devem ser

preservadas no *output*, e informações não-lexicais, como (i) informações a respeito de *dependência* (entre modificadores e núcleos ou entre atos), (ii) informações sobre *funções* (como as funções retóricas, pragmáticas e semânticas), (iii) informações sobre *operadores* e, por fim, (iv) informações abstratas do tipo que devem ser convertidas em proformas de várias espécies. O Nível Morfossintático deve estar organizado de forma a preservar todas essas informações e representá-las corretamente na estrutura sintática e morfológica.

A relação entre o Nível Morfossintático e os *inputs* oferecidos pelos dois níveis anteriores é governada por três princípios: (i) Iconicidade, (ii) Integridade de domínio e (iii) Estabilidade funcional. Segundo o princípio de iconicidade, uma expressão linguística tende a refletir a ordem natural dos elementos no mundo extralinguístico, como se vê no exemplo (61), em que os dois Atos Discursivos estão ordenados de forma a refletir a sequência cronológica dos Estados-de-Coisas evocados por cada Ato Discursivo.

(61) O jogo começou às 07:30 e terminou com empate.

Já o princípio de integridade de domínio estabelece que elementos de um mesmo domínio, ou, na GDF, de um mesmo nível ou camada, tendem a permanecer juntos na expressão linguística; por exemplo, modificadores tendem a se posicionar próximos aos núcleos que modificam, assim como funções e operadores tendem a ser realizados por expressões que se encontram próximas às unidades morfossintáticas a que eles se aplicam. Por fim, o princípio de estabilidade funcional, ou melhor, de preservação das relações de escopo, exige que os elementos de mesma especificação, interpessoal ou representacional, sejam alocados na mesma posição relativa a outras categorias; em algumas línguas, por exemplo, a ordem dos constituintes que carregam a função de Foco é determinada pela posição relativa ao verbo.

As camadas que compõem o Nível Morfossintático e o estruturam estão dispostas na Figura 06 abaixo. Como se pode observar, no Nível Morfossintático, a unidade linguística mais alta é a Expressão Linguística, estruturada a partir de Orações, as quais, por sua vez, se estruturam a partir de Sintagmas e de Palavras. Além disso, segundo Hengeveld & Mackenzie (2008), é possível, ainda, distinguir, dentro de cada palavra, Morfemas e Afixos.

(Le ₁ :	Expressão Linguística
(Cl ₁ :	Oração
(Xp ₁ :	Sintagma
(Xw ₁ :	Palavra
(Xs ₁)	Raiz
(Aff ₁)	Afixo
(Xw ₁))	Palavra
(Xp ₁))	Sintagma
(Cl ₁))	Oração
(Le ₁))	Expressão Linguística

Figura 06: Relações hierárquicas do Nível Morfossintático (cf. HENGELVED & MACKENZIE, no prelo)

Uma Expressão Linguística é qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática que pode ser usada independentemente; quando houver mais de uma unidade dentro da Expressão Linguísticas, elas compartilharão entre si propriedades morfossintáticas sem, necessariamente, serem parte uma da outra. As unidades que podem se combinar dentro de uma Expressão Linguística são Orações e Sintagmas.

Assim como assinala Souza (2009), a introdução da camada da Expressão Linguística cria, dentro da GDF, a possibilidade de se investigar melhor expressões menores que a oração, como as holófrases e frases nominais, já que estas estarão sob o escopo de estruturas linguísticas completas. Por exemplo, (62) abaixo representa uma Expressão Linguística constituída de dois Sintagmas adjetivais arranjados numa estrutura correlativa sem a presença de qualquer expressão verbal (cf. SOUZA, 2009, p. 52):

(62) Quanto menor, melhor!

Esse exemplo, assim como os exemplos (63) e (64) abaixo, ilustra casos de dependência mútua, já que, por meio do uso dos elementos correlativos, nenhuma das duas unidades que constituem a Expressão Linguística poderia ser usada independentemente. Além disso, uma unidade não é constituinte da outra. Casos assim são chamados, na GDF, de Equiordenação.

(63) Ela canta tão bem como seu pai costumava cantar.

(64) O discípulo é como o mestre.

Em (62), os dois Sintagmas que compõem a Expressão Linguística estão sob uma relação de mútua dependência, constituindo um caso de Equiordenação Sintagmática. Já em (63) e (64), por envolverem o uso de expressões verbais numa relação de mútua dependência, temos casos de Equiordenação Oracional.

Além dos exemplos de dependência mútua, Expressões Linguísticas podem ser construídas a partir de unidades que têm um estatuto independente conjuntamente com outras que não podem ser usadas independentemente. Denominam-se esses casos de Cossubordinação, como exemplifica (65) abaixo.

(65) Se for jogado cuidadosamente, o copo não vai quebrar.

Nesse exemplo, a primeira oração, uma oração condicional, não é autônoma, já que não pode ocorrer sozinha, independentemente, e, além disso, não constitui um constituinte da segunda oração, a qual, por sua vez, pode ser usada independentemente. Esses casos são classificados como Cossubordinação.

Uma terceira situação diz respeito a casos em que duas ou mais unidades são combinadas de forma a compor uma unidade, uma Expressão Linguística, mas essas unidades

não são dependentes entre si, nem são constituintes uma das outras. São casos de Coordenação (cf. (66)) e de Lista (cf. (67)).

(66) O professor começou a aula e não liberou mais cedo para o intervalo.

(67) (o que é que eu não sei fazer na cozinha?) **feijão, arroz, fritar um bife.**

Por fim, há a Extraoracionalidade, que dá conta dos casos de Constituintes Extraoracionais de Dik (1997b), os quais se situam em posições não-oracionais, chamadas, na GDF, de $P^{Pré}$ ou $P^{Pós}$ (cf. (68)).

(68) Jogo do bicho, isso é um roubo, rapaz!

(68a)	$P^{Pré}$	P^M			$P^{Pós}$
	jogo do bicho	isso	é	um roubo	rapaz

Todos esses casos podem ser representados da seguinte forma:

- | | | |
|-------|---|----------------------------|
| (i) | $(Le_1: [(^{dep}Cl_1) (^{dep}Cl_2)] (Le_1))$ | Equiordenação oracional |
| (ii) | $(Le_1: [(Xp_1) (Xp_2)] (Le_1))$ | Equiordenação sintagmática |
| (iii) | $(Le_1: [(^{dep}Cl_1) (^{dep}Cl_{n-1}) (Cl_n)] (Le_1))$ | Cossubordinação |
| (iv) | $(Le_1: [(Xp_1) (Cl_1)] (Le_1))$ | Extra-oracionalidade |
| (v) | $(Le_1: [(Cl_1) (Cl_{n-1}) (Gw_1) (Cl_n)] (Le_1))$ | Coordenação |
| (vi) | $(Le_1: [(Xp_1) (Xp_{n-1}) (Gw_1) (Xp_n)] (Le_1))$ | Listagem |

A Oração (Cl), por sua vez, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), consiste no agrupamento de um ou mais Sintagmas (X_p), Palavras (X_w) e, possivelmente, de outras Orações (as encaixadas), conforme demonstra (69) abaixo. Além disso, Orações (Cl) e Sintagmas (X_p) podem carregar funções sintáticas (Φ). A oração é caracterizada por um padrão de ordenação dos Sintagmas e, também, por conter expressões morfológicas de conexão, em especial, para aqueles que marcam regência e concordância.

$$(69) \quad (Cl_1: [(X_w) (X_p)_{\{\Phi\}} (Cl)_{\{\Phi\}}] (Cl_1))$$

É na camada da oração que concentraremos nossa atenção no estudo da ordenação do constituinte interrogativo e do sujeito. Conforme se demonstrou em (68a) acima, na Expressão Linguística, os Constituintes Extraoracionais ocupam posições periféricas, especificamente as posições $P^{pré}$ e $P^{pós}$, e a Oração ocupa a posição medial (P^M). Na camada da Oração, Hengeveld e Mackenzie distinguem três posições absolutas – P^I , P^M e P^F – e, assim, a frase em (68) poderia ser analisada como em (68b). O Sintagma, por fim, também apresenta um padrão de ordenação baseado em três posições absolutas: P^I , P^M e P^F . Dessa forma, podemos notar que, na GDF, a ordenação de constituintes se concentra no Nível Morfossintático e que as três camadas mais altas (Expressão Linguística, Oração e Sintagma) apresentam, cada uma, seu próprio padrão de ordenação.

(68b)	Expressão Linguística	$P^{pré}$	P^M			$P^{pós}$
		jogo do bicho	isso	é	um roubo	rapaz
	Oração	$P^{pré}$	P^I	P^M	P^F	$P^{pós}$

O Sintagma (X_p) apresenta, segundo Hengeveld e Mackenzie (no prelo), um núcleo lexical que é transmitido a partir do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional e, além disso, consiste numa sequência de Palavras (X_w), ou, também, de outros Sintagmas ou Orações (Cl) (encaixadas, como as relativas), conforme se observa no esquema (70) abaixo:

$$(70) \quad (X_{p1}: [(X_w) (X_p) (Cl)] (X_{p1}))$$

A GDF distingue os seguintes tipos de Sintagmas: Sintagma Verbal (V_p), Sintagma Nominal (N_p), Sintagma Adjetival (Adj_p), Sintagma Adverbial (Adv_p) e Sintagma Adposicional (Adp). Quanto aos Sintagmas, há um ponto em que a GDF se difere da corrente tradicionalista: por Sintagma Verbal, a GDF compreende um Sintagma que contém apenas uma Palavra Verbal como núcleo e não a combinação de um verbo e seu objeto.

Uma Palavra, por fim, consiste basicamente numa sequência de Morfemas (X_m), outras Palavras (X_w), Sintagmas (X_p) e Orações (Cl). Como se vê, a Palavra apresenta-se como uma categoria bastante complexa e, em algumas línguas, especialmente as polissintéticas, a Palavra pode encaixar camadas superiores, como o Sintagma e a Oração. Uma representação possível para a Palavra está em (71):

$$(71) \quad (X_{w1}: [(X_m) (X_w) (X_p) (Cl)] (X_{w1}))$$

A GDF faz uma distinção entre Lexemas e Palavras: enquanto os Lexemas operam no Nível Representacional, as Palavras operam no Nível Morfossintático. Há várias razões que levaram Hengeveld e Mackenzie (2008) a distinguir essas duas categorias, entre elas: (i) uma simples Palavra pode corresponder, no Nível Morfossintático, a vários Lexemas no Nível Representacional; (ii) o contrário também é verdade, um simples Lexema, no Nível Representacional, pode corresponder, no Nível Morfossintático, a várias Palavras; (iii) uma terceira razão consiste no fato de que, nas línguas, mesmo as que não fazem uma distinção muito clara entre os Lexemas, há uma variedade de classes de Palavras, e, por fim, (iv) há muitas Palavras que não apresentam um Lexema correspondente.

3.2.4. O Nível Fonológico

É no Nível Fonológico que todos os aspectos linguísticos não codificados no Nível Morfossintático serão abrigados e receberão uma representação fonológica: ele recebe o *input* de todos os três outros níveis e fornece o *input* para o Componente de Saída. O Nível Fonológico, como parte do Componente Gramatical da interação verbal, é “digital” no sentido de que contém representações em fonemas baseadas, em última análise, em oposições binárias fonológicas; já o Componente de Saída lida com questões análogas como frequência dos formantes, intensidade, duração e outras características espectrais. Em síntese, a diferença

entre o Nível Fonológico e o Componente de Saída está no fato de que aquele não se preocupa em mostrar a “melodia” da frase entoacional, mas sim em fornecer um número de indicações com relação a cada camada gramatical as quais serão convertidas pelo Componente de Saída em um resultado articulatório final (cf. HENGVELD & MACKENZIE, no prelo).

O Nível Fonológico lida com os seguintes aspectos fonológicos: (i) padrões prosódicos que se aplicam a cada camada sob análise; (ii) inventário de sequências segmentais que expressam configurações específicas de morfemas ou marcadores de posição e, por fim, (iii) aspectos prosódicos que apresentam um efeito final no Componente de Saída.

O Nível Fonológico abriga, por conseguinte, tanto a representação segmental quanto a representação suprasegmental de um Ato Discursivo e, assim como acontece nos outros níveis da GDF, as suas representações fonológicas são de natureza hierárquica, refletindo, basicamente, a tradição da Fonologia Prosódica proposta por Nespor e Vogel (1986). Na Figura 09 a seguir, demonstra-se a estratificação do Nível Fonológico:

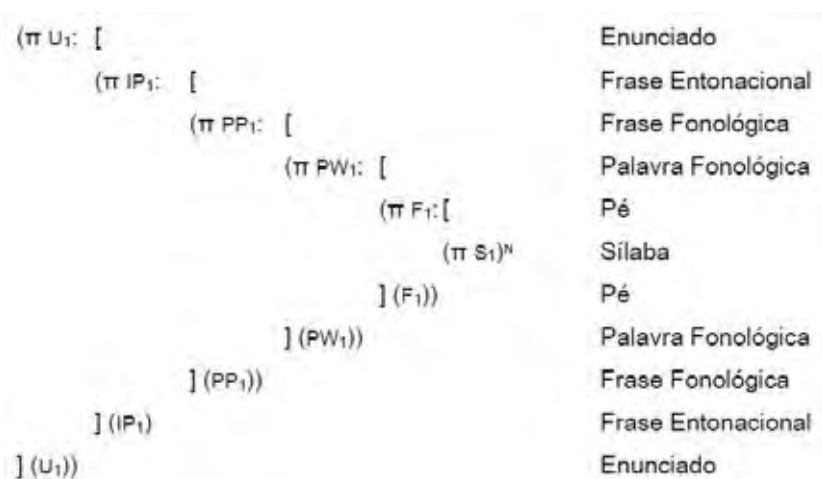


Figura 07: Relações hierárquicas do Nível Fonológico (cf. HENGVELD & MACKENZIE, no prelo)

Hengeveld & Mackenzie (2008) propõem que a Expressão Linguística, no Nível Fonológico, deve ser analisada com base em suas unidades fonológicas, que são (i) o Enunciado (U), a camada mais alta desse nível, (ii) a Frase Entoacional (IP), (iii) a Frase Fonológica (PP), (iv) a Palavra Fonológica (PW), (v) o Pé (F) e (vi) a Sílabas (S). Conforme

apontam os autores, e reafirma Souza (2009, p. 55), mesmo reconhecendo a importância dessas duas últimas camadas para as línguas, a GDF observa os reflexos da prosódia nas expressões linguísticas, já que é nas expressões linguísticas que ocorre boa parte dos fenômenos funcionais relevantes para o modelo e codificados pela língua.

O Enunciado é o maior trecho discursivo abrangido pelo Nível Fonológico. Ele tende a se separar de outros Enunciados por meio de pausa mais substanciais que aquelas que separam Frases Entoacionais de outras. Hengeveld e Mackenzie (2008) tomam a proposta de Hayes (1989 *apud* HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 430) de que as pausas mais longas, atuantes na definição e distinção de um Enunciado, nunca serão interpretadas pelo Ouvinte como hesitações. O Enunciado pode, ainda, ser marcado por distinções de altura que ajudam a defini-lo como um grupo autônomo de Frase Entoacional.

A Frase Entoacional, que estrutura o Enunciado, é caracterizada por apresentar propriedades internas e externas: (i) internamente, ela contém um núcleo, isto é, um movimento tonal localizado em uma ou mais sílabas, já (ii) externamente, a Frase Entoacional é separada de outras Frases Entoacionais por meio de pausas, menos longas do que as pausas usadas na separação de Enunciados. Frases Entoacionais, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), tipicamente correspondem a Atos Discursivos no Nível Interpessoal.

Já a Frase Fonológica pode corresponder a um Subato. Em línguas acentuais, na Frase Fonológica, há sílabas mais fortemente acentuadas do que outras. Essas sílabas fortemente marcadas são o núcleo da Frase Fonológica e constituem locais principais para a queda ou subida global dentro da Frase Entoacional. Já em língua tonais, segundo Hengeveld e Mackenzie (no prelo), como o movimento tonal é utilizado para distinções lexicais, as Frases Fonológicas têm uma *raison d'être* diferente, o domínio de sândi tonal.

Para as línguas que necessitam distingui-la, a Palavra Fonológica é um segmento da estrutura fonológica que exhibe pelo menos uma característica fonológica capaz de defini-la

como Palavra Fonológica e, junto a outras Palavras Fonológicas, forma um Sintagma Fonológico. Essa característica pode estar associada ao número de segmentos, aos recursos prosódicos ou ao domínio das regras fonológicas. Por fim, as Palavras Fonológicas são divididas em Sílabas que, em línguas acentuais, agrupam-se em Pés.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo e qualquer estudo linguístico deve, primeiramente, levar em conta a concepção de língua que o norteia. Este trabalho, que objetiva depreender a gramática dos Atos Interrogativos de Conteúdo na história do PB, considera a língua um instrumento de comunicação e, sobretudo, de interação verbal. Não é de se estranhar, portanto, que, aqui, entenda-se por gramática a conjugação de quatro níveis de análise – pragmática, semântica, morfossintaxe e fonologia – sendo que um domina sobre o outro: a pragmática sobre a semântica e a semântica sobre os demais.

Especificamente, ao filiar-se aos tratados teóricos e metodológicos da GDF, este trabalho leva a gramática a ser compreendida como um componente da interação verbal que se liga a outros componentes (conceitual, contextual e saída) e que apresenta uma estrutura interna organizada hierarquicamente em níveis, que, por sua vez, são estruturados em camadas. Tal fato nos mostra uma via de análise do fenômeno abordado: toda a estruturação formal dos Atos Interrogativos de Conteúdo está subordinada a aspectos da semântica (Nível Representacional) e da pragmática (Nível Interpessoal). Tal fato nos aponta um viés de análise psicológica e pragmaticamente adequada, já que se considera a formulação e a codificação dessa estrutura linguística com base nas intenções de um Falante da língua que está situado num contexto de vivência de sua língua.

CAPÍTULO 02

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. INTRODUÇÃO

Ao tomar como objeto de estudo as Interrogativas de Conteúdo, objetivamos descrevê-las com base em seu uso em situações reais de comunicação e de interação. É assim que justificamos a abordagem funcionalista aqui adotada: ao conceber a língua enquanto instrumento de que se utilizam seus usuários para estabelecer a comunicação e, assim, interagirem entre si, assumimos que a expressão formal de uma estrutura decorre das pressões semântico-pragmáticas relacionadas ao uso que fazem os Falantes da língua.

Por outro lado, com base nessas concepções, não podemos considerar a língua como uma realidade estática, mas, ao contrário, concebemos que a configuração estrutural das línguas se altera continuamente com o passar do tempo. Conforme afirma Faraco (2005), as línguas têm história, ou seja, constituem uma realidade em constante transformação ao longo do tempo; e é com essa realidade e com esse material empírico que se preocupa a linguística histórica. A linguística histórica, portanto, procura dar uma base científica para o fato de que as línguas mudam no eixo do tempo e, para tanto, utiliza-se, dentro de quadros teóricos definidos, da descrição de diferentes processos de mudança acontecidos na história de uma língua e da construção de hipóteses de caráter explicativo para os fenômenos descritos, com base em pressupostos mais gerais a respeito da mudança linguística (cf. FARACO, 2005).

Labov (1994), ao defender que a linguística histórica deve perseguir os fatos de mudança linguística, enfatiza que o objetivo primeiro desse campo de investigação é o de determinar o que mudou na história de uma língua. Entretanto, o próprio autor reconhece que

a linguística histórica é marcada por contradições e paradoxos, que resultam em problemas a serem enfrentados pelos pesquisadores.

O primeiro problema relaciona-se à documentação e à constituição do *corpus* de análise. Conforme elucida Mattos e Silva (2004), os dados sincrônicos atuais oferecem a possibilidade de contato com o falante e, além disso, de controle de algumas variáveis, como o espaço geográfico, o tipo de texto; os dados diacrônicos, por sua vez, não dispõem de tal controle. Como afirma Labov (1994), documentos históricos sobrevivem por acaso e os que estão disponíveis são frutos de uma série de acidentes históricos imprevisíveis. É com base nessa constatação que Labov (1994, p. 11) considera a linguística histórica como a arte de se fazer o bom uso de maus dados.

Outro problema levantado por Mattos e Silva (2008) é a relação *fala/escrita* na documentação do passado. Muitos teóricos insistem em afirmar que a linguística histórica é a história da língua escrita. Mattos e Silva (2008) argumenta que o ato de escrever não é totalmente independente do ato de falar e acredita que, por meio dos textos escritos, é-se capaz de recuperar aspectos da língua falada de uma determinada época, uma tarefa difícil e apenas aproximativa. Para a autora, a ausência de normatização em épocas escritas contribuía para que os textos escritos se aproximassem do uso convencional da língua, refletindo, dessa forma, aspectos da fala. Mattos e Silva (2008) acredita que, se por meio das teorias da linguística histórica e das teorias linguísticas gerais, pode-se chegar a caracterizações esquemáticas de momentos da história passada de uma língua, os dados empíricos que os documentos antigos remanescentes exibem confirmarão ou não as teorias e permitirão a reconstrução do uso vivo da língua.

De toda essa discussão a respeito do campo de atuação e das problemáticas da linguística histórica, devemos focar, para o desenvolvimento deste trabalho, os seguintes pontos: (i) primeiramente, desejamos observar o comportamento das Interrogativas de

Conteúdo num âmbito histórico, ou diacrônico, de forma a entender a constituição e a dinâmica temporal dessas estruturas linguísticas; (ii) em segundo lugar, nossa reflexão no âmbito histórico se atém, também, à descrição e interpretação da(s) mundaça(s) que afeta(m) a estrutura das Interrogativas de Conteúdo; e, por fim, (iii) ao fazermos uma pesquisa diacrônica, não descartamos as problemáticas que constituem a linguística histórica, ao contrário, na composição do *corpus* e na análise dos dados, surgiram tais problemas, os quais tentamos sanar com o suporte de quadros teórico-metodológicos adequados.

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: (i) primeiramente, fazemos considerações acerca da composição de nosso *corpus*, comentando os critérios utilizados na determinação do período de análise e na seleção dos materiais para a coleta de dados; (ii) em seguida, com base na organização modular e hierárquica da GDF, comentamos e discutimos os fatores de análise selecionados e sua utilização no desenvolvimento do trabalho.

2. A COMPOSIÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

A composição de um *corpus* diacrônico envolve diversas opções metodológicas que devem correlacionar-se com a perspectiva teórica adotada. Berlinck *et al* (2008), ao apresentar o paradoxo constitutivo da linguística histórica, afirma que o pesquisador da história de uma língua deve avaliar bem os dados que a língua lhe legou e essa avaliação deve condizer com as perguntas que a perspectiva teórica assumida lhe incute.

Acreditamos, além disso, que a pesquisa em linguística histórica deve levar em conta um fator a mais: a natureza do fenômeno investigado. Opções metodológicas como o gênero textual e o recorte temporal estão, de certa forma, relacionados à natureza linguística do fenômeno abordado. Esta pesquisa é claramente um exemplo desse tipo de opção: conforme demonstraremos mais adiante, para que fosse possível analisarmos as Interrogativas de Conteúdo na história do PB, necessitamos recorrer a algumas opções metodológicas, como:

(i) controle de gêneros textuais, (ii) recorte temporal, ou seja, a seleção de um período da história do PB para análise e, por fim, (iii) determinação de critérios para a organização do *corpus* e de coleta de dados. Essas questões, ao longo da pesquisa, foram pensadas com relação à perspectiva teórica adotada, isto é, com base nos princípios que subjazem a um paradigma funcionalista, e com relação à natureza do fenômeno abordado, ou seja, com base nas características de uso das Interrogativas de Conteúdo.

2.1. Primeiro passo: o recorte temporal

Segundo Mattos e Silva (2004), desde o seu descobrimento, em 1500, até meados do século XVIII, o território brasileiro foi caracterizado por um multilinguismo generalizado já que o contato com línguas africanas e indígenas era constante. Teyssier (2001, p. 94) descreve da seguinte forma a situação linguística do Brasil no período colonial:

os colonos de origem portuguesa falam o português europeu, mas evidentemente com traços específicos que se acentuam no decorrer do tempo. As populações de origem indígenas, africanas ou mestiças aprendem o português, mas manejam-no de uma forma imperfeita. Ao lado do português, existe a língua geral, que é o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras, mas um tupi simplificado, tornado uma língua comum.

É a partir de meados do século XVIII, na visão de Mattos e Silva (2004), que começa a emergir uma língua nacional no Brasil. Teyssier (2001, p. 95) elucida, ainda, que é “no decorrer do século XVIII que se documentam as primeiras alusões aos traços específicos que caracterizam o português falado no Brasil”. A esse respeito, Pinto (1988) afirma que a realidade brasileira do século XVIII é muito pouco conhecida devido à pouca atividade cultural e ao fato de os escritores refletirem as tendências da metrópole portuguesa. Entretanto, segundo o autor, o movimento árcade insere nessa realidade um sentimento nativista e patriótico que traz reflexos para o léxico (na expressão de realidades brasileiras e na adoção de termos tupis), para a sintaxe e para a morfologia (na simplificação das estruturas

frásicas: abandona-se a frase clássica ou vernacular, evitando o emprego da ordem inversa e buscando a expressão simples do pensamento).

Segundo Mattos e Silva (2004, p. 20-21), a partir da segunda metade do século XVIII, um conjunto de fatores de história externa define o Brasil como um país de língua nem indígena nem africana. A autora enfatiza a afirmação de Houais de que o PB nasce em meio à diversidade na segunda metade do século XVIII.

Primeiramente, em 1757, Marquês de Pombal define uma política linguística e cultural para o Brasil e, além disso, define o português como língua da colônia, obrigando seu uso nas documentações da época e implementando seu ensino leigo. É nesse período que a língua geral, conforme comenta Teyssier (2001), entra em decadência. Um segundo fator, conforme expõe Mattos e Silva (2004), é o decréscimo demográfico da população africana e indígena, e o aumento da população de mulatos e de brancos brasileiros. Um terceiro fator, citado por Teyssier (2001), relaciona-se à chegada da Família Real ao Brasil: o Rio de Janeiro torna-se a capital e o Brasil entra em contato com o mundo exterior, acelerando seu progresso material e cultural. Além disso, a independência, em 1822, valoriza tudo aquilo que é brasileiro, que diferencia o Brasil da metrópole. Portanto, como se pode perceber acima, Mattos e Silva (2004) defende que o PB começa a se definir na segunda metade do século XVIII e lança a seguinte hipótese:

a gramática brasileira não se definiu do século XIX para o século XX, como propôs Tarallo, mas, antes, sobretudo entre aqueles, que sempre formam a maioria, que adquiriram o português na situação natural de oralidade e que, recuando-se no passado do Brasil, tiveram como contexto familiar falantes de outras línguas, indígenas ou africanas, mais recentemente nos contextos sociais da emigração (MATTOS E SILVA, 2004, p. 64).

A posição de Tarallo (1996), conforme já se antecipa na citação acima, é diferente: para o autor, a definição de uma gramática brasileira concentra-se no século XIX; na verdade, para o autor, que analisa, junto a seus orientandos, quantitativa e qualitativamente, quatro

casos sintáticos do português em sua diacronia, as “mudanças drásticas aconteceram na passagem do século XIX para o atual” (TARALLO, 1996, p. 99), no caso, o século XX. Para ele, com a análise dos dados oferecidas ao longo de seu texto, fica claro que um novo sistema gramatical (a possível gramática brasileira) emerge ao final do século XIX, estabelecendo uma nova gramática radicalmente diferente da modalidade européia.

Na conjunção desses dois posicionamentos, encontra-se Martins (1988, p. 09), para quem “a bifurcação do português nas variantes de Portugal e do Brasil, que se vinha processando mais perceptivelmente no século XVIII, acentua-se no século XIX”.

Portanto, em síntese, podemos elucidar nosso posicionamento da seguinte forma: a formação do PB está condicionada a um multilinguismo decorrente do contato entre portugueses, índios, negros africanos e outros povos colonizadores e emigrantes de outros países. A forte presença do reinado português no país (cuja independência ocorreu em 1822), junto a outros fatores, faz-nos ver que podemos chamar de brasileira a situação linguística que se define a partir do início do século XIX. Tarallo (1996) acentua que é na virada do século XIX para o XX que o PB se diferencia do PE; entretanto Mattos e Silva (2004), junto a outros pesquisadores, como Antonio Houais, acredita ser este período propício a uma expansão, tomando os meados do século XVIII como ponto de partida. Assim, a gramática do PB se definiria de meados do século XVIII para o século XIX. É a partir, principalmente, dessa idéia que definiremos nosso período diacrônico de análise: os séculos XIX e XX. Especificamente, como demonstraremos mais a seguir, constituímos nosso *corpus* de forma a recortar ainda mais esse período: a seleção dos materiais de análise e a constituição do *corpus* nos direciona às primeira e segunda metades de cada século selecionado para a análise, o que contempla quatro períodos de análise e nos dá a possibilidade de atentar melhor para a dinâmica temporal das Interrogativas de Conteúdo.

2.2. Segundo passo: gêneros textuais e a seleção do material de análise

Mattos e Silva (2008), com base em Romaine (1985 *apud* MATTOS E SILVA, 2008, p. 19), aponta como questão metodológica fundamental para a linguística histórica a consideração e o controle dos gêneros textuais. Segundo a autora, o tipo ou o gênero textual é uma variável extralinguística que, similarmente às classes sociais dos estudos de mudança linguística no tempo aparente laboviano, deve ser considerada num estudo diacrônico.

A importância de se considerar o estudo de gêneros textuais no processo de constituição de um *corpus* também é defendido por Berlinck *et al* (2008). As autoras partem, para tanto, da proposta de Bakhtin (2003) de que as atividades humanas estão ligadas ao uso da linguagem e de que tal uso da linguagem se dá em formas de enunciados que refletem as condições específicas e as finalidades comunicativas de cada campo de atuação humana por meio de um conteúdo temático, de uma composicionalidade e de um estilo.

Ao definir os gêneros do discurso como tipos relativamente estáveis de enunciados, Bakhtin (2003, p. 267) afirma que “as mudanças históricas dos estilos de linguagem estão indissoluvelmente ligadas às mudanças dos gêneros discursivos”. Para o autor, o real entendimento da dinâmica temporal da linguagem envolve a construção de uma história dos gêneros discursivos que refletem de modo mais imediato, preciso e flexível as mudanças que transcorrem na vida social.

Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história das sociedades e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos (BAKHTIN, 2003, p. 268).

Essa discussão a respeito da influência da noção de gêneros textuais ou discursivos na linguística histórica está fortemente presente no Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Simões e Kewitz (2006; 2010) assinalam que, na composição do *corpus*

paulista do PHPB, não só os critérios gramaticais foram levados em conta, mas também fatores relativos à história social e aos espaços comunicativos em que os textos foram produzidos, além de fatores discursivos, como a finalidade comunicativa do documento e a própria constituição do gênero.

Com base nessas considerações, a seleção de nosso material de análise tomou por base três diretrizes: (i) por se tratar de um trabalho de orientação funcionalista, os textos escritos selecionados para a composição do *corpus* diacrônico devem mostrar ou, até mesmo, representar o uso real da língua; (ii) por se tratar de um trabalho de cunho histórico, a composição de nosso *corpus* levou em conta questões relativas a gêneros textuais; por fim, (iii) levamos também em consideração a natureza do fenômeno linguístico abordado no estudo. A partir desses três critérios, optamos por selecionar os dois seguintes gêneros textuais para compor o nosso *corpus* diacrônico: cartas pessoais e peças de teatro.

Segundo Berlinck *et al* (2008), as correspondências servem, essencialmente, como meio de comunicação entre pessoas distantes e como registro de memórias e de situação de vida. Tal definição se relaciona à concepção original de carta: uma forma de alguém transmitir ao(s) outro(s) suas idéias e pensamentos, uma forma de comunicação à distância.

Soto (2007) afirma que, nas cartas, o destinatário é a pessoa a quem se escreve e de quem se espera uma resposta. Segundo a autora, nessa cena enunciativa, o enunciador desempenha dois papéis: além de elaborar seu enunciado, mantém presente o enunciado de seu destinatário de forma a esperar uma resposta, a compreensão responsiva ativa (cf. BAKHTIN, 2003). Portanto, na visão de Soto (2007, p. 116), a cena enunciativa da carta é marcada pela incorporação do outro e de seus enunciados, o que ela associa à metáfora da representação dramática.

Por trás dessas considerações de Soto (2007), podemos vislumbrar, seguindo Berlinck *et al* (2008) e Barbosa (2010), que a carta é um texto escrito de cunho interativo, uma vez que,

enviado por um remetente a um destinatário, assinala a comunicação entre o emissor e um receptor e serve a diferentes finalidades comunicativas (informativa, afetiva, argumentativa, de discussão, de polêmica, de acusação, etc.). Além disso, está subordinada ao jogo de imagens estabelecido entre enunciador e destinatário: “no momento em que um indivíduo escreve uma carta, ele pensa em quem será o “outro”, o seu destinatário, com quem manterá um diálogo” (BARBOSA, 2010).

Outro ponto bastante importante nas cartas é o seu grau de formalidade. A depender da intimidade existente entre remetente e destinatário, esse grau de formalidade pode variar, o que está intimamente ligado à questão de o remetente, no momento de escrever a carta, considerar a presença do outro, do destinatário.

Em síntese, o gênero *carta* se mostra propício aos estudos de linguística histórica pois consiste em “um texto produzido em situações reais, por falantes que desejam se comunicar, com um caráter interativo (uma espécie de “diálogo”), em que a presença do receptor está constantemente marcada no texto (BERLINCK et al, 2008, p. 191). Ou seja, as cartas pessoais, como sugere Laura (2003), compreendem dados reais de interação verbal, já que narram acontecimentos do dia-a-dia, o que, do ponto de vista funcional, torna tal fonte propício a este estudo.

As peças de teatro, por sua vez, segundo Berlinck *et al* (2008), mantém uma relação indireta com o uso da linguagem em situações concretas de enunciação à medida em que, sendo um texto literário, é possível observar, no conjunto das falas dos personagens, uma tentativa de reprodução da língua falada em uma determinada época, em diferentes contextos. Dessa forma, podemos evidenciar que, nas peças de teatro, há uma espécie de representação da interação verbal entre usuários da língua, o que nos dá, de um ponto de vista funcional, uma fonte propícia de dados reais de uso da língua.

Por fim, pensando na natureza das Interrogativas de Conteúdo, Hengeveld e Mackenzie (2008), assim como outros autores (cf. HALLIDAY, 2004; CHAFE, 1979; GIVÓN, 2001), assinalam que estruturas interrogativas são comuns em contextos em que o Falante, assumindo seu desconhecimento a respeito de determinada informação, espera que ela seja identificável para seu Ouvinte, isto é, esteja na informação pragmática de seu interlocutor de forma a obter uma resposta capaz de preencher a sua lacuna de informação. Esse contexto de ocorrência das Interrogativas de Conteúdo não é tão comum a todos os gêneros textuais, principalmente em textos escritos; cartas pessoais e peças de teatro, porém, são textos escritos que propiciam o aparecimento e o uso dessa estrutura.

Paralelamente ao estudo diacrônico com base em textos escritos, desenvolveremos um estudo de língua falada, utilizando, portanto, textos orais provenientes de um banco de dados representativo do português falado na segunda metade do século XX.

2.3. Terceiro passo: constituição e organização do *corpus* de análise

2.3.1. Peças de teatro

Na seleção das peças de teatro que compõem o *corpus* aqui utilizado, tomaram-se dois critérios norteadores: o estilo do autor e a data de primeira representação das peças.

Em relação aos autores, procuramos selecionar os que se preocupavam, na época, em retratar a real situação do Brasil e, assim, tentaram reproduzir o falar cotidiano nos diálogos que compõem a obra selecionada. Com base em algumas seleções já feitas por Lopes-Rossi (1996), selecionamos, para o século XIX, obras de Martins Pena e Arthur de Azevedo; já para o século XX, selecionamos obras de Joracy Camargo e Dias Gomes.

Segundo Bosi (1994), Martins Pena foi um dramaturgo popular nato e compositor, desde a sua adolescência, de comédias de costumes que se valiam da linguagem coloquial da época. O dramaturgo faz rir pela insistência na marcação de tipos roceiros e provincianos em

contato com a Corte, de forma que seu teatro se volta, essencialmente, à representação do mundo da roça e dos costumes cariocas do tempo e seus diálogos são, nas palavras de Bosi (1994, p. 151), “um excelente testemunho da língua coloquial brasileira tal como se apresentava nos meados do século XIX”. Desse dramaturgo, selecionamos duas peças para representar a primeira metade do século XIX: *O juiz de paz na roça*, com primeira representação em 1838, e *Judas no sábado de aleluia*, com primeira representação em 1844.

Artur de Azevedo, por outro lado, como afirma Bosi (1994), é o continuador ideal de Martins Pena da comédia de costumes. Já em suas produções poéticas, observa-se um tom humorístico desenvolvido plenamente em suas peças de teatro. Segundo Bosi (1994, p. 230):

Parodiando [...] os resquícios ultra-românticos espalhados na poesia e no teatro do tempo, Artur Azevedo nos mostra um retrato fiel da sociedade carioca dos últimos vinte anos do século, precisamente a face boêmia, o avesso daquela gravidade burocrática com que posavam os medalhões parnasianos.

Desse autor, optamos por selecionar duas peças de teatro – *Viagem ao parnaso*, cuja primeira representação data de 1890 e *O tribofe*, cuja primeira representação data de 1892 – para representar a segunda metade do século XIX, especificamente o final desse século.

Joracy Camargo, por sua vez, foi considerado, pela crítica da época, o iniciador do teatro social do Brasil, recebendo o prêmio de teatro da Academia Brasileira de Letras em 1932.⁸ Desse autor, selecionamos duas peças de teatro – *Deus lhe pague*, escrita em 1932 e um sucesso na época, e *Figueira do inferno*, escrita em 1954 – de forma que representassem a primeira metade do século XX.

Por fim, Dias Gomes, de acordo com Bosi (1994), integra um período em que se busca renovar a arte regional e popular e colocar às claras todo o potencial revolucionário da cultura popular. Desse autor, selecionamos duas peças – *A invasão*, de 1960, e *O santo inquérito*, de 1966 – que representam a segunda metade do século XX.

⁸ Dados recolhidos junto ao site da Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br>.

Com base no que se expôs acima, observa-se que conseguimos selecionar um material que tenta representar cada período de análise. O Quadro 04 abaixo relaciona os períodos de análise com as peças selecionadas para compor o *corpus*:

SÉCULO XIX				SÉCULO XX			
I metade		II metade		I metade		II metade	
1838	1844	1890	1892	1932	1954	1960	1966
<i>O juiz de paz na roça</i>	<i>Judas no sábado de aleluia</i>	<i>Viagem ao Parnaso</i>	<i>O Tribofe</i>	<i>Deus lhe pague</i>	<i>Figueira do Inferno</i>	<i>A invasão</i>	<i>O santo inquérito</i>
(19TMPa)	(19TMPb)	(19TAAa)	(19TAAb)	(20TJCa)	(20TJCb)	(20TDGa)	(20TDGb)
Martins Pena		Artur Azevedo		Joracy Camargo		Dias Gomes	

Quadro 04: Peças de teatro selecionadas e períodos de análise

2.3.2. Cartas pessoais

A constituição do *corpus* a partir de cartas foi bastante heterogênea à medida que recorremos a variados bancos de dados, pois, devido à natureza das Interrogativas de Conteúdo, não se encontravam facilmente dados e textos suficientes para integrar o *corpus*.

É certo que a frequência de ocorrência de Interrogativas de Conteúdo não se compara com a de outros elementos da língua, como os itens gramaticais (conjunções, preposições, clíticos, etc.). Desta forma, a organização do *corpus* utilizado tomou um caminho diferente daqueles trabalhos que se vêm desenvolvendo dentro da linguística histórica, em que se procura controlar a extensão dos textos utilizados por cada século analisado.

Primeiramente, não se preocupou em controlar a extensão dos textos utilizados já que, não sendo o fenômeno abordado uma estrutura tão recorrente no uso habitual da língua, mas sim uma estrutura ligada a alguns contextos discursivos marcados, tal controle poderia excluir de nossa análise dados interessantes. Portanto, a alternativa adotada foi a de controlar o número de cartas por século. Assim, selecionaram-se todas as cartas que apresentavam pelo menos uma ocorrência de Interrogativa de Conteúdo de forma que chegássemos a um *corpora* com cinquenta cartas de cada século.

Para o século XIX, o banco de dados básico foram as cartas editadas por Carneiro (2005) em sua tese de doutorado, defendida na UNICAMP. Esse *corpus* constitui-se de documentos não-literários, no caso, de cartas, datadas entre 1809 e 1904 e escritas por brasileiros nascidos entre fins do século XVIII até o terceiro quartel do século XIX. As cartas se apresentam em duas variantes: (i) textos escritos por brasileiros cultos nascidos e/ou educados em regiões urbanas e (ii) textos escritos por brasileiros semi-cultos e não-cultos, nascidos/radicados no interior da Bahia. Os documentos são relativamente homogêneos e as cartas foram escritas sem preocupações estéticas. São cartas fechadas que se constituem a partir de correspondência particulares entre amigos e familiares, sendo definidas, por Carneiro (2005), como cartas de circulação privada.

Focando as cartas do século XIX e adotando o procedimento de seleção de textos acima estabelecido, conseguimos um total de quarenta textos a partir da tese de Carneiro (2005). Para completar o *corpus* de cartas do século XIX, recorreremos às cartas disponibilizadas pelos organizadores do Laboratório de História do Português Brasileiro, coordenado por Célia Regina dos Santos Lopes, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e disponíveis em <http://www.lettras.ufrj.br/laborhistorico/>.

O *Laboratório de História do Português Brasileiro (Labor-histórico PB)* originou-se da demanda criada pelo projeto integrado *Para a História do Português Brasileiro*. O seu principal objetivo é organizar e tornar disponível o acervo documental do PHPB para estudos sobre mudança linguística, mais especificamente, sobre a história da língua portuguesa no Brasil. As cartas disponibilizadas nesse projeto são cartas particulares escritas no Rio de Janeiro por brasileiros e por portugueses entre os séculos XVIII-XIX, localizadas em acervos cariocas, como é o caso do Arquivo Nacional e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. O acervo de cartas está organizado pelo nome das famílias/datas da produção das cartas. Para

o século XIX, selecionamos os Acervos (i) Cupertino do Amaral, (ii) Família Pedreira Ferraz-Magalhães e (iii) Afonso Pena Júnior.

Já para o século XX, junto às cartas de Carneiro (2005) datadas do início do século XX, conseguimos, no total, dez cartas para a composição do nosso *corpus*. Por outro lado, junto aos textos disponibilizados pelo Labor-histórico PB, e recorrendo aos acervos (i) Família Pedreira Ferraz-Magalhães, (ii) Afonso Pena Júnior, (iii) Land Avelar e (iv) Casal Anos 30, selecionamos trinta cartas. Para completar a constituição de nosso *corpus*, por fim, recorreremos ao “Cópus diacrônico do português”, organizado por Longhin-Thomazi (2007) da UNESP de São José do Rio Preto e disponibilizado no site www.cdp.ibilce.unesp.br.

Esse *corpus* constitui um banco de textos informatizados que reúne material representativo de diferentes períodos da língua portuguesa – século XIII ao XX. Trata-se, mais especificamente, de uma amostra de dados exemplares de uma variedade de gêneros e estilos. Para nosso estudo, foram selecionadas cartas pessoais de Mário de Andrade a Murilo Miranda e cartas pessoais de Manuel Bandeira.

No Quadro 05, dispomos os bancos de dados a que recorreremos na constituição do *corpus*, a quantidade de cartas, com pelo menos uma ocorrência de Interrogativa de Conteúdo, encontradas por banco de dados e a sigla utilizada para referência à origem dos exemplos.

SÉCULO XIX		
Acervo	Quantidade de cartas	Sigla
Carneiro (2005)	40	(19CZC)
Laboratório de História do Português Brasileiro - Acervo de Cartas da Família Pedreira Ferraz – Magalhães	03	(19CFP)
Laboratório de História do Português Brasileiro – Acervo Cupertino Amaral	05	(19CCA)
Laboratório de História do Português Brasileiro – Acervo Afonso Pena Júnior	02	(19CPJ)
SÉCULO XX		
Acervo	Quantidade de cartas	Sigla
Carneiro (2005)	10	(20CZC)
Laboratório de História do Português Brasileiro - Acervo de Cartas da Família Pedreira Ferraz – Magalhães	11	(20CFP)
Laboratório de História do Português Brasileiro – Acervo Afonso Pena Júnior	06	(20CPJ)
Laboratório de História do Português Brasileiro – Acervo Land Avelar	07	(20CLA)
Laboratório de História do Português Brasileiro – Acervo Casal Anos 30	07	(20CCT)
Corpus diacrônico do português - Cartas de Mário de Andrade	02	(20CMA)
Corpus diacrônico do português - Cartas de Manuel Bandeira	08	(20CMB)

Quadro 05: *Corpus* diacrônico de cartas

2.3.3. Língua falada

Para compor o estudo paralelo de língua falada, recorreremos ao *corpus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado, composto a partir de uma seleção de entrevistas do Projeto NURC/Brasil (Norma Urbana Culta). Eis a seleção:

	POA	RJ	SP	REC	SSA
EF	278	379	405	337	049
DID	045	328	234	131	231
D2	291	355	360	005	098

Quadro 06: Corpus mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado

3. A DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Tomando como objeto de estudo as Interrogativas de Conteúdo, investigamos dois fenômenos linguísticos (a ordenação e a clivagem) que envolvem dois constituintes de sua estrutura: o constituinte interrogativo e o sujeito. Esses dois constituintes podem ocupar ou a

posição inicial da oração, ou a posição final. Entretanto, somente o constituinte interrogativo em posição inicial pode ser clivado por meio dos expletivos *é que* ou *que*.

A fim de caracterizar a disposição linear do constituinte interrogativo e do sujeito e a ocorrência de clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial, propomo-nos a uma análise qualitativa dos dados baseados em alguns grupos de fatores.

Na definição dos grupos de fatores, levamos em conta as particularidades de cada fenômeno e de cada constituinte analisado e partimos de alguns trabalhos já desenvolvidos a respeito das Interrogativas de Conteúdo. O trabalho de Kato *et al* (2002), de orientação formalista, analisa as ocorrências de Interrogativas de Conteúdo a partir de uma variável dependente (Sujeito-Verbo ou Verbo-Sujeito) e de dez outros tipos de fatores (como tipo de sujeito, dimensão do sujeito, definitude do sujeito, tipo de verbo, expletivo *é que*, etc.) e, dessa forma, busca apontar fatores relevantes na ordenação Sujeito-Verbo nas Interrogativas de Conteúdo. Como este projeto não foca apenas a questão da ordem do sujeito, foram selecionados apenas alguns fatores desse estudo que se supõe serem relevantes para análise dos dados. Pezatti e Fontes (2011), com base em dados do português falado em suas variedades, apontaram fatores de natureza pragmática e semântica importantes para a expressão morfossintática das Interrogativas de Conteúdo.

A partir desses estudos, chegamos a um conjunto de fatores dispostos de acordo com os níveis em que se organiza a GDF, já que, sendo as Interrogativas de Conteúdo Atos Illocutivos, a sua produção envolve a passagem por todos os níveis da GDF.

3.1. O constituinte interrogativo e seus grupos de fatores

Na análise do constituinte interrogativo, tomamos três objetivos: (i) caracterizar os fatores que influenciam na forma assumida pelo constituinte interrogativo, (ii) evidenciar os condicionamentos da disposição linear de tal constituinte e da possibilidade de clivagem desse

constituente em posição inicial. Nossa hipótese é a de que a forma assumida pelo constituinte interrogativo se alinha a determinações de natureza semântica, ou seja, do Nível Representacional, enquanto a sua ordenação e a sua clivagem quando em posição inicial se alinham a determinações de ordem pragmática, ou seja, do Nível Interpessoal.

No **Nível Interpessoal**, acreditamos que três fenômenos pragmáticos influem na codificação morfossintática do constituinte interrogativo: (i) a identificabilidade e a especificidade do constituinte interrogativo (cf. (72)); (ii) a atribuição de funções pragmáticas (cf. (73)) e (iii) a atribuição de ênfase (cf. (74)).

(72)	Identificabilidade e especificidade do constituinte interrogativo
	O Falante avalia um determinado referente, um Subato Referencial, como identificável (+id) ou não (-d) para seu Ouvinte e, também, assume que tal referente é específico (+s) ou não (-s) para si próprio, o que gera quatro combinações do operador de identificabilidade: (i) (+id, +s R), (ii) (+id, -s R), (iii) (-id, +s R) e (iv) (-id, -s R). Com este fator, procuramos caracterizar as intenções e os propósitos comunicativos do Falante por trás do uso das Interrogativas de Conteúdo, o que se refletirá na configuração do operador de identificabilidade. Além disso, a partir desse operador, é possível observar a natureza do constituinte interrogativo e como essa natureza influencia na sua codificação morfossintática no Nível Morfossintático.
(73)	Função pragmática do constituinte interrogativo
	No Nível Interpessoal, na camada do Conteúdo Comunicado, três funções pragmáticas podem ser aplicadas a um Subato: (i) Foco, (ii) Tópico e (iii) Contraste. Nossa intenção é a de determinar qual função pragmática é atribuída ao constituinte interrogativo e como isso é codificado morfossintaticamente. Especificamente, tentaremos determinar se a função pragmática atribuída ao constituinte interrogativo se codifica formalmente por meio da ordenação ou por meio da clivagem.
(74)	Ênfase
	A Ênfase, no Nível Interpessoal, pode ter o estatuto de um modificador, caso consista num mecanismo lexical da língua, ou de operador, caso consista num mecanismo gramatical da língua, e pode atuar em diversas camadas: Ato, Conteúdo Comunicado e Subato. Sendo o constituinte interrogativo um Subato Referencial, a GDF prevê que, nessa camada, a Ênfase pode se dar somente por meios gramaticais. Nossa intenção é constatar, primeiramente, se é possível, no PB, a atribuição de ênfase ao constituinte interrogativo e, também, quais são seus meios de expressão morfossintática (por exemplo, a ordem ou clivagem) e fonológica.

No **Nível Representacional**, acreditamos que algumas distinções semânticas são determinantes na forma assumida pelo constituinte interrogativo na codificação

morfossintática, como: (i) a categoria semântica codificada pelo constituinte interrogativo (cf. (75)); (ii) o estatuto do constituinte interrogativo (cf. (76)) e (iii) a macrofunção semântica do constituinte interrogativo (cf. (77)). Ainda no Nível Representacional, de forma a verificar se algum matiz semântico influi na ordenação do constituinte interrogativo, optamos por analisar o tipo de predicado (cf. (78)) da Interrogativa de Conteúdo.

(75)	Categoria semântica codificada pelo constituinte interrogativo
	De acordo com Mackenzie (2008), as Interrogativas de Conteúdo codificam seis tipos de categorias semânticas avaliáveis no Nível Representacional: Indivíduo (x); Locação (l); Tempo (t); Modo (m); Quantidade (q); Razão(r). Neste estudo, acrescentemos as seguintes categorias à listagem desenvolvida por Mackenzie (2008): Conteúdo Comunicado (C) ⁹ , Conteúdo Proposicional (p) e Estado-de-Coisas (e). Dessa forma, buscamos observar a influência que a categoria semântica do constituinte interrogativo tem (i) na forma assumida por esse constituinte, (ii) na ordenação de tal constituinte e (iii) na clivagem desse constituinte em posição inicial.
(76)	Estatuto semântico do constituinte interrogativo
	O constituinte interrogativo ocupa, dentro da estrutura da oração, a posição (i) de Argumento, (ii) de Modificador, ou (iii) de Predicado. Com este fator, pretendemos caracterizar melhor (i) o alinhamento entre a representação forma do constituinte interrogativo, no Nível Morfossintático, e o seu estatuto no Nível Representacional e (ii) como a clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial e a ordenação inicial ou final desse constituinte podem estar relacionadas a seu estatuto.
(77)	Macrofunção semântica do constituinte interrogativo
	Para constituintes configuracionais, Hengeveld & Mackenzie (2008) postularam a existência de três funções semânticas desempenhadas por eles na estruturação da propriedade configuracional: (i) Ativo (ou Actor); (ii) Inativo (ou Undergoer) e (iii) Locativo. Nossa intenção, com este fator, é verificar se a atribuição de algumas dessas funções ao constituinte interrogativo interfere (i) na sua forma, (ii) na sua ordenação e (iii) na clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial.
(78)	Tipo de propriedade
	Hengeveld & Mackenzie (2008), no Nível Representacional, na camada das Propriedades Configuracionais, distingue cinco tipos diferentes de <i>moldes</i> da predicação: (i) Um-lugar, (ii) Dois-lugares, (iii) Três-lugares, (iv) Relacional, (v) Classificacional, (vi) Identificacional e (vii) Existencial.

No **Nível Morfossintático**, controlamos (i) a ordem assumida pelo constituinte interrogativo – inicial (cf. (79a)) ou final (cf. (79b)) –, (ii) a sua forma, ou melhor, sua expressão morfológica (cf. (80)), e, (iii) quando em posição inicial, a ocorrência de clivagem

⁹ O Conteúdo Comunicado, conforme se expôs acima, é uma camada do Nível Interpessoal. Entretanto, de forma a se tornar mais prático e didático a exposição dos critérios de análise, agrupamos tal camada junto às camadas do Nível Representacional.

do constituinte interrogativo por meio dos expletivos *é que* ou *que* (cf. (81)), de forma que pudéssemos estabelecer o alinhamento entre esse nível e os demais.

- (79) a. **o quê** o público mais gosta? (SP-DID-234)
 b. nós vamos ter **o quê**? (SA-EF-049)

(79)	a	P^I	P^{I+1}	P^{M-1}	P^M
		o que	o público	Mais	gosta

(79)	b.	P^I	P^M	P^F	
		nós	vamos ter	o quê	

- (80) a. **o que** a senhora gostaria de fazer? (SP-D2-360)
 b. **que** é que um professor faz...? (SA-DID-231)
 c. **quais** são os tipos de carne assim que você come? (RJ-DID-328)
 d. **quem** é que vai comprar? (RJ-EF-379)
 e. elas têm origem...**onde**? (SA-EF-049)
 f. **quando** é que o aluno evidencia conhecimento? (PA-EF-278)
 g. **quantos** o senhor deseja? (RE-EF-337)
 h. ela se estrutura **como**? (SA-DID-231)
 i. **por que** que a senhora gostou dessa peça? (SP-DID-234)
- (81) a. o que **é que** acontece? (RE-EF-337)
 b. o que **que** a senhora faz primeiro? (SP-DID-234)

3.2. O sujeito e seus grupos de fatores

Para a análise da ordenação do sujeito nas Interrogativas de Conteúdo, fizemos algumas opções metodológicas e alguns recortes quanto aos dados: (i) não contabilizaremos os casos de perguntas que envolvem estruturas de identificação (cf. (82)), já que, como as duas unidades semânticas envolvidas na interrogação representam modos alternativos de visão da mesma entidade, não há relação de atribuição de propriedade e, ao representarem construções equativas, fica difícil atribuir a função sintática de sujeito a um elemento, o que pode desfavorecer nossa análise, e (ii) focaremos apenas os casos em que o Sujeito está

linguisticamente expresso, excluindo os casos de sujeito elíptico (cf. (83)) ou casos em que o próprio constituinte interrogativo é o sujeito da oração (cf. (84)).

(82) o que é extrapolação? (POA-EF-278)

(83) o que me diz a respeito? (19CZC-34)

(84) Quem diria ao nosso amigo Saldanha, o motivo principal de minha vinda? (20CZC-65)

Acreditamos que a disposição linear do sujeito nas Interrogativas de Conteúdo esteja totalmente articulada a propriedades pragmáticas, especificamente à atribuição de funções pragmáticas. Portanto, no **Nível Interpessoal**, sendo o sujeito, assim como o constituinte interrogativo, um Subato Referencial, observaremos **(i) a configuração do operador de identificabilidade** e **(ii) a atribuição de funções pragmáticas**. Dessa forma, podemos determinar a natureza pragmática do sujeito e a influência dessa natureza na disposição oracional de tal constituição. Já no **Nível Representacional**, acreditamos que o **tipo de predicado** pode ter alguma influência na ordenação do constituinte sujeito¹⁰.

No **Nível Morfossintático**, por fim, com o objetivo de garantirmos o correto alinhamento entre forma do sujeito e suas propriedades semântico-pragmáticas, controlamos **(i) a forma de manifestação do sujeito** (cf. (85)), isto é, se o sujeito é lexical (cf. (85a)), pronominal (cf. (85b)) ou oracional (cf. (85c)), já que, quanto maior for a complexidade estrutural do sujeito, maior será a tendência de ele assumir as posições finais da oração, e **(ii) a ordem do sujeito**, que pode ser inicial (cf. (86a)) ou final (cf. (86b)).

(85) a. de onde vem **o bom senso**? (RE-EF-337)
 b. o que significa **isso**? (RE-EF-337)
 c. o que significa **dizer que as regras de... conduta social são imposições**? (RE-EF-337)

(86) a. *Doc.* e dos instrumentos musicais **qual você prefere**? (PA-DID-45)

¹⁰ Para não tornar o desenvolvimento do texto repetitivo, optamos por não reproduzir os quadros explicativos sobre esses critérios de análise, que se igualam ao do item anterior.

	P ^I	P ^{I+1}	P ^M
(86a)	qual	você	prefere

- b. o que fizeram as economias industriais adiantadas da época...que ganharam a Segunda Grande Guerra? (RJ-EF-379)

	P ^I	P ^M	P ^F
(86b)	o que	fizeram	as economias industriais adiantadas da época...que ganharam a Segunda Grande Guerra

04. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de uma metodologia específica e criteriosa segue o rigor científico com que se deve desenvolver uma pesquisa linguística com base em dados reais de uso, isto é, que se utiliza de *corpus* e, principalmente, que se integra ao campo da linguística histórica.

A linguística história é, por definição, paradoxal, uma vez que se deseja reconstruir a história de uma língua sem ter acesso aos reais usuários da língua de épocas remotas. Assim, recorreremos a textos legados pela história ao longo dos anos para tentar reconstruir fotografias a respeito de um estado de língua passado. É pensando nessa questão que vemos a grande importância da metodologia ao se desenvolverem pesquisas de cunho histórico.

Por fim, considerando a estrutura da GDF, nossos critérios de análise estão organizados segundo seus níveis e camadas de atuação. Uma vez que as Interrogativas de Conteúdo apresentam um Conteúdo Comunicado, há *input* para a sua passagem ao longo de todos os níveis da GDF. Entretanto, como já deixamos claro no capítulo anterior, as maiores influências na estruturação das Interrogativas de Conteúdo provêm de determinações do Nível Interpessoal, conforme se mostrará nas análises a seguir.

CAPÍTULO 03

UMA TIPOLOGIA PARA AS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO

Hengeveld e Mackenzie (2008), definindo a Ilocução Interrogativa como um requerimento de resposta feito pelo Falante para o Ouvinte, associam-na a uma das funções discursivas desempenhada por uma estrutura interrogativa, especificamente à função de *pedido de informação*, que, na definição de Fávero *et al* (2006, p. 151), corresponde a “algo que o interlocutor deseja saber por uma questão de necessidade”.

É muito comum equiparem-se os termos *interrogativa* e *pergunta*, este último compreendido somente como um pedido de informação. Entretanto, autores como Lyons (1970) e Vidal (1999) mostram que tal equiparação não corresponde à realidade da língua, uma vez que uma estrutura interrogativa pode servir a diversos propósitos comunicativos, sendo um deles o de perguntar, o de solicitar uma informação. Vidal (1999), por exemplo, mostra que as razões e os propósitos de um usuário da língua ao formular uma estrutura interrogativa são variados, como manifestar desconhecimento, expressar dúvida, investir numa hipótese, insinuar algo, apresentar um conteúdo polêmico, entre outros. Neste trabalho, devido a essa multifuncionalidade das estruturas interrogativas, foi necessário delimitar nosso objeto de estudo a sentenças formalmente marcadas, ou seja, que contêm um pronome ou advérbio interrogativo.

O Falante, portanto, ao formular uma estrutura interrogativa, apresenta diferentes propósitos comunicativos que não se limitam apenas a um *pedido de informação*. Nossa intenção, com este capítulo, está em precisar esses diferentes propósitos comunicativos a que

se serve o uso das Interrogativas de Conteúdo de forma a (i) caracterizar a sua multifuncionalidade na interação, (ii) depreender as diferentes funções discursivas e interativas exercidas por elas, e, por fim, (iii) propor uma tipologia para elas.

Tal tipologia a ser proposta pretende, primeiramente, lançar um olhar analítico para o funcionamento das Interrogativas de Conteúdo na interação de modo a evidenciar alguns aspectos de seu comportamento interativo. Reconhecemos que a proposição de uma tipologia a partir do uso de um determinado fenômeno linguístico é uma tarefa difícil, pois, ao analisar textos escritos produzidos por sujeitos de outras épocas, como as cartas, ou simuladores de conversações espontâneas, como o teatro, e textos que transcrevem situações de fala, como as entrevistas e as elocuções formais do NURC, torna-se complicado recuperar o uso real de uma estrutura linguística e ainda mais complexo depreender a real intenção do Falante com o uso de determinada estrutura. Lançamos mãos, dessa forma, de algumas pistas linguísticas deixadas nos textos e também de um pouco de nossa intuição linguística como Falantes nativos da língua portuguesa, além de contarmos com o suporte teórico-metodológico de um aparato sólido e apropriado para a análise, no caso a GDF.

É com o modelo da GDF que encontramos o principal critério a nos conduzir nessa caracterização das funções das Interrogativas de Conteúdo e na proposição de uma tipologia para elas: a configuração do operador de identificabilidade atribuído ao constituinte interrogativo, que corresponde a um Subato Referencial no Nível Interpessoal. Partimos, portanto, da hipótese de que os diferentes usos e funções das Interrogativas de Conteúdos, determinados pelas diferentes intenções comunicativas e interacionais do Falante, refletem-se na configuração do operador de identificabilidade atribuído ao constituinte interrogativo.

Este capítulo divide-se da seguinte maneira: primeiramente, discute-se a natureza das estruturas interrogativas e a deficiência que há por traz da equiparação entre os termos *interrogativas* e *perguntas*; num segundo momento, propomos uma tipologia para as

Interrogativas de Conteúdo que leva em conta suas funções discursivas. Por fim, trazemos algumas considerações finais.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1. Interrogação e pergunta: encontros e desencontros

Assim como qualquer funcionalista, acreditamos que, na definição e avaliação da natureza de qualquer fenômeno linguístico, deve-se levar em conta que seu uso está associado ao dinamismo da interação verbal. Um exemplo é a abordagem acerca da Ilocução interrogativa proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), que, conforme se explicitou ao longo deste trabalho, leva em conta os objetivos comunicativos do Falante ao interagir com o Ouvinte, ou melhor, toma como base o fato de o Falante, durante a interação verbal, avaliar a informação pragmática de seu Ouvinte e, assim, desejar modificá-la ou influenciá-la de alguma maneira. Com as Interrogativas de Conteúdo, o Falante não apenas deseja resgatar da informação pragmática do Ouvinte um conteúdo desconhecido, mas pode, também, tentar ativar um conhecimento, ou trazer uma informação nova para seu Ouvinte, entre outros propósitos. Diversos autores, como Lyons (1977), Chafe (1979), Halliday (1994), Dik (1997a), Vidal (1999) e Givón (2001), já avaliavam a ilocução a partir dessa visão comunicativo-interativa.

Chafe (1979) é muito conhecido não só pelos seus trabalhos com os aspectos cognitivos da linguagem, mas também pela abordagem que faz a respeito do estatuto informacional dos constituintes da expressão linguística. Para o autor, o funcionamento da língua está subordinado à avaliação que o Falante faz do estado mental do Ouvinte e, assim, a comunicação só é produtiva à medida que o Falante ajusta sua mensagem às imagens que cria do estado cognitivo do Ouvinte. A sua distinção entre estatuto novo e dado revela muito dessa

abordagem interacional, uma vez que, para ele, é importante destacar o modo como o Falante modela sua fala, sua mensagem, à informação pragmática do Ouvinte.

Nessa linha, quanto à estrutura interrogativa, Chafe (1979) a assemelha, semanticamente, a *imperativos*, uma vez que consistem em “pedidos de um tipo especial” (p. 323). A diferença entre *imperativos* e *interrogativas*, segundo o autor, está no fato de aqueles exigirem, em geral, alguma forma de comportamento ou ação não-linguísticos, enquanto “as perguntas se relacionam primariamente com respostas linguísticas” (p. 323). O autor, então, propõe uma classificação para as perguntas: (i) perguntas disjuntivas, (ii) perguntas com lacunas lexicais, (iii) perguntas confirmativas e (iv) perguntas eco.

As *perguntas disjuntivas*, segundo o autor, são estruturas marcadas pela relação de disjunção e influenciadas pela presença de um operador *interrogativo*. Segundo o autor,

o significado do *interrogativo* é que o falante pede ao ouvinte que lhe forneça informação nova (e verdadeira) de um tipo tornado explícito pelo restante da oração. Quando o *interrogativo* é ligado a uma disjunção, [...] a oração como um todo é um pedido para que o ouvinte forneça informação sobre qual dos termos disjuntos se ajusta a seu conhecimento dos fatos. (CHAFE, 1979, p. 326, grifos do autor)

Tomando (87) abaixo, Chafe (1979) argumenta que o Falante deseja saber com o Ouvinte se a oração (87a) ou (87b) é verdadeira, ou melhor, a pergunta limita-se a uma escolha e o Ouvinte responde repetindo ou (87a) ou (87b).

- (87) Miguel quebrou o relógio ou o rádio caiu da mesa? (CHAFE, 1979, p. 326)
 (87a) Miguel quebrou o relógio.
 (87b) O rádio caiu da mesa.

Uma Interrogativa Polar ou, conforme denomina o autor, uma pergunta de “yes-no” parte de uma relação disjuntiva especificada por *interrogativo* cujo segundo termo disjunto difere do primeiro somente pela presença do operador *negativo* (cf. (88)). Nesse tipo de

pergunta, como podemos notar no exemplo abaixo, a disjunção opera por meio da pressuposição de uma resposta esperada (“sim” **ou** “não”).

- (88) Miguel quebrou o relógio? (CHAFE, 1979, p. 337)
 (88a) Miguel quebrou o relógio. (ou)
 (88b) Miguel **não** quebrou o relógio.

Já as *perguntas com lacunas lexicais* se dão quando o elemento *interrogativo* ocorre, na estrutura semântica, no lugar de uma unidade lexical. Para Chafe (1979, p. 342), “nessa posição ele indica que o falante quer que o ouvinte preencha a unidade lexical que falta – quer que ele preencha a lacuna lexical”. Em (89), por exemplo, há uma lacuna lexical no nome agente, e o Falante espera que o Ouvinte responda com uma unidade lexical que a complete.

- (89) Quem quebrou o relógio? (CHAFE, 1979, p. 342)

Por sua vez, as *perguntas confirmativas* assemelham-se às estruturas de perguntas disjuntivas, porém Chafe (1979) admite que junto ao verbo atua uma unidade flexional denominada de *confirmativo*, com o significado de “confirme que o restante desta oração é verdadeiro” (CHAFE, 1979, p. 351). Para o autor, as perguntas confirmativas estão em distribuição complementar com as que contêm *interrogativo*, e a presença do *confirmativo* se refletiria na entoação. No inglês, língua analisada pelo autor, essa distinção é vista uma vez que uma pergunta “yes-no” se constrói com os auxiliares, como o *did* (cf. (90)), e uma entoação ascendente no elemento final da oração, enquanto uma pergunta confirmativa não se vale dos auxiliares, apenas requer a entoação (cf. (91)).

- (90) Did Michael break the clock? (CHAFE, 1979, p. 350)

- (91) Michael broke the clock? (CHAFE, 1979, p. 350)

Halliday (1994) inicia uma distinção entre interrogação e pergunta ao afirmar que “a função típica de uma oração interrogativa é a de fazer uma pergunta; e do ponto de vista do falante fazer uma pergunta é uma indicação de que ele deseja saber algo”¹¹ (p. 45). Já Dik (1997a; 1997b), ao considerar as Ilocuções básicas (Declarativa, Interrogativa e Imperativa) como instruções do Falante para o seu Ouvinte efetuar mudanças em sua (do Ouvinte) informação pragmática, define a Ilocução Interrogativa como uma instrução do Falante para o Ouvinte fornecer a ele a informação verbal especificada na proposição. Portanto, na visão dos autores, a noção de interrogação está bastante associada à noção de pedido de informação.

Por um lado, Halliday (1994) não ignora os variados usos a que servem as estruturas interrogativas, apenas concebe um uso prototípico para elas. Segundo o autor, as pessoas utilizam as perguntas por diversos motivos e razões, entretanto isso não interfere na observação de que o significado básico, ou típico, de uma pergunta é um pedido de resposta. Por outro lado, Dik (1997a) também se vale de um uso prototípico, porém o próprio autor aceita a possibilidade de uma determinada expressão linguística com uma dada ilocução ser interpretada ou usada como uma ilocução diferente, uma ilocução convertida, ao que o autor denomina de *conversão ilocucionária*.

Com suas afirmações, Halliday (1994) e Dik (1997a; 1997b) sugerem um critério fundamental para entender a natureza da interrogação. Ao afirmar que toda estrutura interrogativa é um pedido de resposta, Halliday (1994) inicia uma definição acerca da natureza de um Ilocução Interrogativa, em contraposição à natureza de Ilocuções Declarativas, por exemplo. Defendemos que, ao elaborar uma Interrogativa de Conteúdo, o Falante pode assumir que a informação (i) não está disponível para ele próprio, mas sim para seu Ouvinte, e a interrogativa funciona como um pedido de informação, (ii) está disponível para ele, mas não para seu Ouvinte, e a pergunta funciona como uma forma de ativar ou

¹¹ No original: “The typical function of an interrogative clause is to ask a question; and from the speaker’s point of view asking a question is an indication that he wants to be told something” (HALLIDAY, 1994, p. 45).

acrescentar um determinado conhecimento na informação pragmática do Ouvinte, e, por fim, (iii) está ausente para ambos, Falante e Ouvinte, sendo a pergunta uma exposição das dúvidas e inquietações do Falante, o que coloca o Ouvinte no papel de testemunha. O que há por trás desses três contextos de uso da interrogação é que, para pelo menos um dos participantes, a informação lexical requerida está ausente, ou seja, não faz parte de sua informação pragmática, é nova. É assim que definiremos, neste trabalho, Interrogativas: a ausência de uma informação no estado mental de pelo menos um dos participantes da interação verbal que provoque uma expressão verbal indiciária dessa ausência.

Segundo Givón (2001, p. 30), as Interrogativas de Conteúdo “são tipicamente usadas quando o falante pressupõe que o ouvinte compartilha com ele o conhecimento sobre um evento, um estado, mas o falante ainda perde algum elemento desse evento, desse estado”¹², o que leva o autor a enxergar a sua estrutura como organizada a partir de duas “porções”: a porção focal, correspondente ao elemento interrogativo, que sinaliza a informação ausente para o Falante, e a porção pressuposta, que corresponde ao restante da estrutura interrogativa.

Já para Lyons (1977) e Vidal (1999), há uma multifuncionalidade de uso para as estruturas interrogativas e, assim, tais estruturas não se associam somente à função de pedido de informação, mas servem, também, a outros propósitos comunicativos.

Lyons (1977), ao tratar das interrogativas como atos de fala, afirma que há uma diferença entre *fazer uma pergunta* (*asking a question*) e *expor uma pergunta* (*posing a question*); por sua vez, Vidal (1999), ao tratar dos enunciados interrogativos no espanhol, afirma que a equiparação entre “oração interrogativa” e “pergunta” não é conveniente.

Segundo Lyons (1977), quando se expõe uma pergunta, somente se exterioriza ou se expressa uma dúvida, para a qual, muitas vezes, não se sabe uma resposta ou não se espera que o Ouvinte a responda, ou melhor, geralmente, elas não são endereçadas a uma segunda

¹² No original: “wh-questions (also called ‘constituent questions’) are used typically when the speaker presupposes that the hearer shares with them the knowledge of a state/event, but the speaker still misses one element of that state/event” (GIVÓN, 2001, p. 300).

pessoa. Por outro lado, quando se faz uma pergunta, expõe-se a questão e indica-se para o Ouvinte que essa questão deve ser respondida, isto é, há claramente um direcionamento do ato de fala interrogativo para a segunda pessoa da interlocução.

Já para Vidal (1999), de um ponto de vista descritivo, a equiparação entre “interrogativas” e “perguntas” não corresponde à realidade, pois nem toda estrutura interrogativa corresponde a uma estratégia do Falante para solicitar ao Ouvinte uma informação que lhe (ao Falante) carece, ou seja, uma pergunta. Para a autora, as razões que levam um usuário da língua a formular uma estrutura interrogativa são variadas - manifestar desconhecimento, expressar dúvida, investir numa hipótese, insinuar algo, apresentar um conteúdo polêmico – e, assim, as perguntas constituem casos prototípicos de interrogativas.

Essa alusão de Lyons (1977) e Vidal (1999) à multifuncionalidade das estruturas interrogativas, que não só se prestam à busca de informação, mas a outros propósitos comunicativos, reflete-se, dentro da GDF, na representação pragmática da estrutura subjacente, especificamente na aplicação dos operadores de identificabilidade ao Subato Referencial. É valendo-nos da análise desse operador e das funções discursivas e interativas das Interrogativas de Conteúdo que propomos uma tipologia para tal estrutura linguística.

2.2. Referenciação na GDF: o operador de identificabilidade

Numa perspectiva sociocognitivo-interacionista da linguagem (cf. MONDADA & DUBOIS, 2003; JUBRAN, 2005; KOCH & MARCUSCHI, 2006; NEVES, 2007), a referenciação não é vista a partir de uma correspondência biunívoca entre palavras e objetos do mundo, mas os referentes são considerados como objetos-de-discurso. Segundo Mondada e Dubois (2003), os sujeitos, usuários da língua, por meio de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, constroem versões públicas do mundo. Tal concepção dá base para os autores criarem uma concepção de referenciação que toma os referentes como objetos

de discurso: segundo eles, as categorias e os objetos de discurso com os quais os sujeitos compreendem o mundo não são dados previamente, mas são construídos ao longo das atividades humanas, transformando-se em diferentes contextos. Por trás dessa visão, há a concepção de uma instabilidade constitutiva, já que a referenciação, uma operação cognitiva, está ancorada em práticas e em negociações de uma interação verbal. Resumindo:

Os objetos-de-discurso são elaborados pelos sujeitos, em um processo dinâmico e intersubjetivo, ancorado em práticas discursivas e cognitivas situadas social e culturalmente, bem como em negociações que se estabelecem no âmbito das relações interacionais (JUBRAN, 2005, p. 219).

Nessa linha, Marcuschi e Koch (2006, p. 382) afirmam que “a discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração informacional, mas de construção, estruturação e fundação do próprio real”. Essa visão de referenciação como um processo que se constrói com base em práticas sociais encaixa-se bem com a noção de referenciação da GDF, uma vez que a atividade referencial é vista como acional e situada no Nível Interpessoal, especificamente na camada dos Subatos.

O ato de referenciação, para Dik (1978, p. 55 *apud* HENGVELD E MACKENZIE, 2008, p. 107) e para Hengeveld e Mackenzie (2008), consiste numa ação pragmática e cooperativa entre o Falante e seu parceiro na interação verbal. Por ação pragmática, Dik (1978) se refere à função primordial da interação, a de causar efeitos na informação pragmática do Ouvinte, e por cooperativa, ele se refere à disposição de ambos os participantes em contribuírem entre si para atingirem os seus objetivos comunicativos.

Na GDF, além de acional, a referenciação está envolvida numa ação mais global, a de evocação. Assim, “um Falante evoca um Conteúdo Comunicado executando um número de Subatos Atributivos ou Referenciais”¹³ (HENGVELD E MACKENZIE, 2008, p. 107). Podemos perceber, então, um diálogo significativo entre as abordagens da GDF e da

¹³ No original: “a Speaker evokes a Communicated Content by carrying ou a number of Subacts of Ascription or Reference” (HENGVELD E MACKENZIE, 2008, p. 107).

perspectiva sociocognitivista-interacional: enquanto esta assume que a referenciação se dá por meio de objetos-de-discurso que se constroem ao longo de práticas sociais, aquela atribui um caráter acional para tal processo, que se liga aos lances da interação, isto é, à prática interacional e aos objetivos comunicativos do Falante em relação ao que pressupõe acerca do estado mental do Ouvinte.

Como já afirmado anteriormente, enquanto os Subatos Atributivos envolvem a evocação de uma Propriedade, um Subato Referencial evoca uma Entidade. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 113), muitas línguas distinguem entre “construção do referente”, quando o Falante deseja que o Ouvinte introduza um referente em seu modelo mental, e “identificação do referente”, quando o Falante pede ao Ouvinte que identifique um referente disponível em sua (do Ouvinte) informação pragmática. Esta distinção reflete-se no operador de identificabilidade do Subato Referencial, conforme veiculada pelo Falante. Tal ponto é bastante importante para nossa abordagem: a identificabilidade de um referente, na GDF, é tratada em termos da avaliação que o *Falante* faz de sua própria informação pragmática e de seu Ouvinte, quer dizer, é a perspectiva, a visão, do Falante que se leva em conta na determinação da identificabilidade do referente.

A GDF distingue dois aspectos da identificabilidade: (i) o primeiro relaciona-se com a concepção do Falante a respeito da identificabilidade do Referente para o Ouvinte, o que gerará os operadores {+id, -id} para identificável e não-identificável; (ii) o segundo, por sua vez, relaciona-se à indicação dada pelo Falante a respeito da identificabilidade do referente para si próprio, o que se reflete nos operadores {+s, -s} para específico e não-específico. A partir desses operadores, podemos prever quatro combinações possíveis para um Subato Referencial: (i) {+id, +s}, (ii) {+id, -s}, (iii) {-id, +s} e (iv) {-id, -s}.

A primeira combinação, {+id, +s}, aplica-se aos casos em que o referente, na pressuposição do Falante, é identificável para ambos os participantes (cf. (94)). Já a segunda,

{+id, -s}, é aplicada aos casos em que o Falante assume o referente como identificável para o Ouvinte, porém não específico para ele próprio, o que está naturalmente associado à Ilocução Interrogativa (cf. (95)). A terceira combinação, por sua vez, {-id, +s}, associa-se aos casos em que o Falante assume que ele conhece a identidade do referente, porém acredita que não ocorra o mesmo para seu Ouvinte (cf. (96)). E, por fim, a quarta combinação, {-id, -s}, corresponde aos casos em que o Falante considera que o referente não é identificável para nenhum dos participantes, nem para ele próprio, nem para seu Ouvinte (cf. (97)).

- (94) *O professor* perguntou a todos os alunos da sala.
- (95) *Quem* roubou minha bicicleta?
- (96) Eu tenho *alguns problemas* com este texto.
- (97) Eu estou procurando por *alguém que possa me ajuda*.

Os próprios autores, conforme se verifica acima, associam o operador {+id, -s} à Ilocução Interrogativa. Dessa forma, podemos concluir que o item interrogado, correspondente a um Subato Referencial no Nível Interpessoal, é sempre marcado como {+id, -s}, ou seja, identificado para o Ouvinte, mas não especificado para o Falante. Assim, o Subato Referencial (R) marcado {+id, -s} no Nível Interpessoal será expresso, no Nível Morfossintático, por meio de um constituinte interrogativo e, no Nível Fonológico, por entonação apropriada, sob a influência da Ilocução INTERROGATIVA, conforme se visualiza no exemplo (98) abaixo, retirado do NURC.

- (98) Doc. e quando vocês quiseram...escolher uma carreira...**o que as levou escolher a carreira?** (SP-D2-360)

Em (98), o Subato Referencial interrogado *o que* é marcado pelo operador {+id, -s} já que o Falante, desconhecendo tal informação referencial, busca a identificação dessa informação junto ao Ouvinte, quem, na pressuposição do Falante, detém esse conhecimento.

Entretanto, essa configuração $\{+id, -s\}$ não é verificada para todos os casos de Interrogativas de Conteúdo encontradas. Com base em informações contextuais, podemos perceber diferentes configurações do operador de Identificabilidade aplicadas ao Subato sob interrogação, e é isso que procuramos apresentar e defender na próxima seção.

3. UMA TIPOLOGIA TRIPARTIDA PARA AS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO

Como as Interrogativas de Conteúdo servem a diferentes e variados propósitos comunicativos na interação entre Falante e Destinatário, ao constituinte interrogativo se aplicam diferentes configurações do operador de identificabilidade. Trata-se, portanto, de um reflexo na estrutura subjacente da interrogativa uma vez que é o Falante o responsável por avaliar a identificabilidade do referente interrogado para seu Ouvinte e por assumir a especificidade desse mesmo referente para si próprio.

Ao partir da configuração do operador de identificabilidade do Suabto Referencial conforme veiculada pelo Falante para propor uma tipologia para as Interrogativas de Conteúdo, contamos com quatro possibilidades de configuração desses operadores — $\{+id, +s\}$, $\{+id, -s\}$, $\{-id, +s\}$ e $\{-id, -s\}$ —, sendo a segunda associada naturalmente à tradicional definição de *interrogativas*: o Falante, assumindo seu desconhecimento em relação a alguma informação, busca-a junto a alguém que, em sua avaliação prévia, detenha-a.

Entretanto, os dados nos relevam que as Interrogativas de Conteúdo podem estar associadas a outras configurações do operador de identificabilidade a depender da intenção comunicativa do Falante com o uso da estrutura interrogativa, que não é só o de buscar uma informação. Das três outras combinações, acreditamos que a primeira $\{+id, +s\}$ não poderia associar-se a uma estrutura interrogativa uma vez que, para haver interrogação, como já afirmamos acima, uma informação deve ser, na visão do Falante, desconhecida por, pelo menos, um dos participantes da interação: (i) para o próprio Falante, o que gera o operador

{+id, -s}, cuja função denominamos *perguntas típicas*; (ii) para o Ouvinte, o que gera o operador {-id, +s}, cuja função denominamos *perguntas retóricas* e, por fim, (iii) para ambos os participantes, o que gera o operador {-id, -s}, cuja função denominamos *perguntas meditativas*. Dessa forma, chegamos a uma classificação tripartida: perguntas típicas, perguntas retóricas e perguntas meditativas.

Outras classificações, com base em diferentes perspectivas teóricas, já foram propostas para as estruturas interrogativas. Fávero *et al* (2006), com base na perspectiva textual-interativa, propõe três tipos de perguntas levando em conta a natureza do par pergunta-reposta: pedido de informação, de confirmação e de esclarecimento. Por outro lado, Araújo e Freitag (2010), numa visão funcionalista, classificam as perguntas em plenas, retóricas e semirretóricas. Oushiro e Nasser (2010), por fim, com base na perspectiva da Análise da Conversação Etnometodológica e da Sociolinguística, consideram três tipos de perguntas: sinceras, retóricas e de estruturação do discurso.

A classificação de Araújo e Freitag (2010) e a de Oushiro e Nasser (2010), de certa forma, dialogam e apresentam bastantes pontos em comum entre si, já a proposta de Fávero *et al* (2006) se diferencia das demais por focar a natureza do par dialógico P-R, deixando de abordar algumas questões formais que interessam às outras autoras. A nossa proposta dialoga em grande parte com as propostas de Araújo e Freitag (2010) e de Oushiro e Nasser (2010), porém, como se verá ao longo do desenvolvimento desta seção, reestruturamos as classificações propostas pelas autoras, integrando sob o rótulo de perguntas retóricas as perguntas retórica e semirretórica, propostas por Araújo e Freitag (2010), e as pergunta retórica e de estruturação do discurso, propostas por Oushiro e Nasser (2010), e, além disso, avançamos em relação a essas classificações ao propor um terceiro tipo não previsto pelas duas duplas de autoras, as perguntas meditativas. No quadro a seguir, organizamos uma

equivalência entre nossa proposta de classificação e as propostas de Oushiro e Nasser (2010) e Araújo e Freitag (2010):

Oushiro e Nasser (2010)	Araújo e Freitag (2010)	Nossa proposta
pergunta sincera	pergunta plena	pergunta típica
pergunta retórica	pergunta retórica	pergunta retórica
pergunta de estruturação do discurso	pergunta semirretórica	
		pergunta meditativa

Quadro 07: Propostas de classificação para as interrogativas

3.1. As perguntas típicas

As *perguntas típicas* relacionam-se a momentos da interação em que o Falante, assumindo seu desconhecimento perante uma informação, assinala seu desejo de que o Ouvinte, quem, para ele, detém esse conteúdo ausente, forneça a informação nova adequada. Esse referente, identificável para o Ouvinte (+id) e não específico para o Falante (-s), corresponde, no Nível Interpessoal, a um Subato marcado pelo operador **(+id, -s R)**. Esse tipo de pergunta, conforme se nota por sua definição, funciona como um pedido de informação: a necessidade do Falante em obter uma resposta do seu Ouvinte de forma a preencher uma lacuna presente em sua (do Falante) informação pragmática.

Dik (1997b), por um lado, sustenta que as interrogativas assinalam que o Falante tem uma lacuna de informação que deve ser preenchida pelo seu Ouvinte; já Halliday (1994), por outro lado, afirma que, por meio das perguntas, o Falante procura uma informação ausente para ele próprio, isto é, uma informação nova. Chafe (1979), por fim, admite que o traço interrogativo, atuando na estrutura semântica das interrogativas, liga-se a um elemento especificador da informação nova a ser fornecida.

O Falante, dessa forma, interage junto ao Ouvinte com o propósito de solicitar uma informação nova que satisfaça seu desejo de conhecer tal conteúdo interrogado, ou seja, a

intenção do Falante com as perguntas típicas é a de buscar uma informação nova no conhecimento de seu Ouvinte, o que se observa nos exemplos dispostos de (99) a (103):

- (99) Examinei o Ne-|gocio; e achando que assim era, e que de nenhum modo | lhe servia o pôr-se na cauda de quanto regimento ou batalhão| se posesse em marcha, concordei com o Mont'alegre| em mandar saber - **quem he ahi o Encarregado da Vacina?** ... tem | familia a quem sustentar, e não tem outro modo de vida | senão esse?... pode ser nomeado para outra comissão, que | que dê pão, quando d'elle careça?... Responda-me, depois| de informar-se bem, sobre estes quesitos pelo Vapor In-|gles ou antes, se houver occasião.O Mont'alegre e o | Euzebio estão promptos á lhe servirem, e só lhes faltam | saber como. (19CZC)
- (100) Manuel João - Adeus, rapariga. **Aonde está tua mãe?**
Aninha - Está lá dentro preparando a jacuba. (19TMPa)
- (101) L2 **onde é que elas estao?...**
L1 no Fernão Dias em Pinheiros (SP-D2-360)
- (102) *Doc.* mas falando em piquenique **como era esse piquenique?**... lembra? (PA-DID-45)
- (103) Inf pronto... no quarto e me... digam o que vocês encontraram... expliquem com suas próprias palavras o que foi que vocês encontraram? existe diferença? HA diferença? ou nao?... talvez seja a pergunta mais difícil de todo capítulo... quem tem? **quem escreveu alguma coisa sobre isso?** Joao você fez alguma coisa?... (REC-EF-337)

Nesses exemplos, as interrogativas em negrito constituem uma solicitação do Falante para que seu Ouvinte preencha uma lacuna em sua informação pragmática com uma informação nova. Assim, os constituintes interrogativos dessas interrogativas consistem em Subatos Referenciais com o operador (+id, -s R). Especificamente em (99), um exemplo retirado de uma carta, a pergunta destacada expõe as lacunas de informação do remetente da carta, o qual deseja saná-las junto a seu destinatário. Há duas frases que evidenciam o desconhecimento do escrevente e a busca pelas informações ausentes: “concordei com o Mont'alegre| em mandar saber” e “Responda-me, depois| de informar-se bem, sobre estes quesitos”. A primeira frase prefacia a sequência de perguntas dispostas, e a segunda fecha essa sequência de forma que o remetente deixa claro seu desconhecimento sobre o “Encarregado da Vacina” e seu desejo por obter informações sobre ele.

As perguntas típicas correspondem ao que Oushiro e Nasser (2010), por um lado, denominam de *perguntas pragmaticamente sinceras* e ao que, por outro lado, Araújo e Freitag (2010) denominam de *perguntas plenas*.

Para Oushiro e Nasser (2010), que tomam entrevistas sociolinguísticas como material para sua análise, essas perguntas são as mais próximas do protótipo do par pergunta-resposta e sua principal característica é a de criar no interlocutor a obrigação de assumir o turno quando relevante e, assim, fornecer a segunda parte do par dialógico, que deve ser coerente com a pergunta feita. Dessa forma, as *perguntas pragmaticamente sinceras* passam o turno e buscam atualizar o fundo comum entre os participantes da interlocução, já que suas respostas podem trazer informações novas e estabelecer novas crenças no inventário de conhecimento que os participantes compartilham. Essas propriedades são observadas, principalmente, nos exemplos de (100) a (103), em que, tratando-se de situações dialógicas, evidencia-se a iniciativa do Falante em buscar uma informação ausente para si junto a seu Ouvinte, que deve assumir o turno e responder coerentemente com a pergunta feita. Essa troca de turnos faz com que se atualize o fundo comum entre os participantes da interação.

Por outro lado, dialogando com o trabalho das duas autoras acima citadas, Araújo e Freitag (2010) afirmam que as *perguntas plenas* são aquelas com que o Falante pede ao interlocutor uma resposta ou uma confirmação do que foi dito anteriormente. Tal afirmação nos faz refletir melhor sobre a classificação de Fávero *et al* (2006), que distinguem *pedidos de informação*, *pedidos de confirmação* e *pedidos de esclarecimento*.

Pela caracterização de Araújo e Freitag (2010), os pedidos de confirmação, conforme concebidos em Fávero *et al* (2006), comportam-se como *perguntas plenas*, ponto de análise compartilhado por Oushiro e Nasser (2010), que consideram os pedidos de confirmação e de esclarecimento como *perguntas sinceras*. Assim, os três diferentes tipos de perguntas elencados por Fávero *et al* (2006), na classificação de Oushiro e Nasser (2010) e de Araújo e

Freitag (2010), estão abrigados sob o rótulo de, respectivamente, *perguntas pragmaticamente sinceras* e *perguntas plenas*. Neste trabalho, observando alguns exemplos e com base em nossos critérios de classificação, somos levados a concordar com essa classificação de Oushiro e Nasser (2010) e de Araújo e Freitag (2010) e a incluir, sob o rótulo de *perguntas típicas*, pedidos de informação, de confirmação e de esclarecimento.

Segundo Fávero *et al* (2006, p. 153), os pedidos de confirmação “ocorrem, comumente, dentro de uma troca em que antes houve um pedido de informação e o interlocutor solicita, de novo, que essa informação seja sustentada”. Já o pedido de esclarecimento ocorre quando o ouvinte não capta o que se proferiu anteriormente e solicita que se reproduza parcial ou totalmente o que se havia proferido. Em (104) e (105) abaixo, há dois exemplos de pedidos que, de certa forma, combinam as funções de pedido de confirmação e de pedido de esclarecimento. O traço de confirmação e/ou esclarecimento se evidencia por, logo após a pergunta, haver outro ato interrogativo: em (104), trata-se de uma Interrogativa Polar e, em (105), de uma Interrogativa Disjuntiva. Assim, observamos que a real intenção do Falante é a de confirmar, esclarecer, uma informação que já pressupunha como certa em sua mente, tanto que os Atos Interrogativos pospostos às Interrogativas de Conteúdo funcionam como Atos subsidiários de esclarecimento, trazendo a informação que o Falante supõe como correta e que deseja confirmar ou esclarecer com o Ouvinte.

- (104) eu sei que tu hontem choraste muito, a noite fui ao cinema ver o film “Roberta” pelos mesmos artista de “Picolino”, e eu sentia o coração muito inquieto, batendo muito, e a dizer-me que tú estavas chorando, não pude mais assistir a fita tive que fechar os olhos para não chorar, e sentia as tuas lagrimas cahirem no meu coração, nos dois só em estarmos longe um do outro sofremos tanto, **porque tu choras?** para almentar os nossos sofrimentos? (20CCT-17)
- (105) Creio que de Mamãe tem sempre noticias, não é ? ella nos mandou dizer que pensa-va em voltar no dia 6 deste mas não sei se será certo; pobre coração Já se prepara para nova separação. sabe que tenho o mesmo officio que você ? **onde será Nosso Senhor mais bem servido**, ahi ou aqui ? isto não se pergunta, não é? (20CFP-30)

Assim, observamos que, em pedidos de confirmação e de esclarecimento, o Falante detém conhecimento acerca da informação sob interrogação, porém assume que tal conhecimento não é pleno, o que representa uma lacuna informacional que leva o Falante a buscar em seu Ouvinte uma confirmação ou um esclarecimento. Na visão da GDF, por essa lacuna relacionar-se à não-especificidade do Subato interrogado (-s) para o Falante e à identificabilidade (+id), na visão do Falante, para o Ouvinte, o que gera o operador (+id, -s R), é adequado que incluamos os pedidos de confirmação e de esclarecimento entre os casos de *perguntas típicas*.

3.2. As perguntas retóricas

Há um segundo uso das Interrogativas de Conteúdo com que o Falante não necessariamente busca uma informação nova no conhecimento do seu Ouvinte, mas se utiliza da estrutura interrogativa como um mecanismo argumentativamente saliente de se transmitir uma informação nova ao Ouvinte, conforme demonstra o exemplo (106) abaixo.

- (106) Um afetuoso abraço para os teus, um beijinho para a Hilda, e para você minha santa **que mandarei?** aceita um beijo com toda a força de meu amor (20CCT-18)

Em (106), um trecho de uma carta trocada entre namorados no início do século XX, o Falante, ao elaborar a pergunta em destaque, não pede uma informação nova a seu Ouvinte, mas, já detendo uma resposta, contida no Ato Declarativo posposto ao Ato Interrogativo, deseja salientar e chamar a atenção do Ouvinte para essa parte do texto, a que traz a informação nova e relevante para seu Ouvinte. Nesse caso, o Falante elabora uma pergunta sem esperar que o Ouvinte a responda, pois, ao deter a informação solicitada na pergunta (+s), o Falante pressupõe o desconhecimento do Ouvinte acerca de tal informação (-id) e, assim, deseja adicioná-la à informação pragmática de seu interlocutor. A pergunta, portanto, age argumentativamente de forma a focalizar a nova informação e, a seu Subato interrogativo,

será atribuído o operador {-id, +s}. Denominamos tal função discursiva de *pergunta retórica*, que, segundo reforça Fávero *et al* (2006, p. 161), “ocorrem quando o Falante elabora uma pergunta com o intuito de que o Ouvinte não responda, porque aquele já conhece a resposta e é só uma questão de procurá-la na memória”.

Em textos diversos, é natural que o Falante, no caso de textos orais, ou o escrevente, no caso de textos escritos, lance mão de uma série de recursos argumentativos para atingir seus objetivos comunicativos já que comunicar significa, *a priori*, agir sobre o outro, de forma a persuadi-lo, influenciá-lo, conforme defende Koch (1987, p. 19) a respeito da argumentatividade da linguagem:

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões.

Neste trabalho, entre os tantos recursos de argumentação que disponibiliza o sistema linguístico, interessa-nos somente o recurso que atribui certo grau de saliência a elementos no texto, no desenvolvimento de tópicos discursivos. Trata-se, portanto, da marcação de relevo textual, conforme definido por Travaglia (2006). Segundo o autor, o relevo pode (i) manter todos os elementos do tópico discursivo em um mesmo plano, caso em que não há marcação de relevo, (ii) colocar determinados elementos dos textos em um plano mais alto, dando destaque especial em relação aos outros, caso em que há marcação de *relevo positivo*, e, por fim, (iii) colocar determinados elementos em um plano inferior, rebaixando-os em relação aos outros elementos, caso em que há marcação de *relevo negativo*.

As *perguntas retóricas*, portanto, constituem (i) mecanismos de marcação de relevo positivo, que contribuem com o desenvolvimento da argumentação ao destacar e salientar a

informação nova trazida pelo Falante para a interação e direcionada a seu Ouvinte, e (ii) mecanismos de ênfase com que o Falante procura chamar a atenção de seu Destinatário.

Conforme se verifica nos exemplos em (107) e (108), a pergunta retórica, geralmente, vem seguida de um ato declarativo, que constitui uma de suas respostas possíveis. Esse ato declarativo está muito integrado ao ato anterior de forma que, em dados orais, o Falante faz a pergunta e não abre espaço para que seu(s) Ouvinte(s) responda(m) ou o interrompa(m), como no contexto de sala de aula. Nota-se, então, que a Interrogativa de Conteúdo ali disposta estrutura o discurso numa estratégia de argumentação, de marcação de relevo positivo.

- (107) MULLER - Está mais que evidente. **Que mandava nas cidades?** A CGT, Comando Geral dos Trabalhadores. **Quem mandava no campo?** As Ligas Camponesas. O Exército estava minado pelos sargentos e a Marinha pelos marinheiros. Não havia mais hierarquia, o terreno estava preparado para que os comunistas fizessem daqui uma nova Rússia. (20TDGc)
- (108) vocês agora eu acredito que já tenham tido... seis aulas de introdução à ciência do direito... e também entre: cinco e oito aulas de teoria geral do estado... portanto... já devem estar... mais ou menos por dentro até do linguajar:... da técnica jurídica... então a perspectiva essa da dogmática jurídica **como é que ela funciona?** ela funciona dan:do uma interpretação... lógico-formal... da lei... e é isso que vocês vão aprender... essa técnica de interpretar... cada lei... num é? (REC-EF-337)

Em (107), dado retirado de uma peça de teatro, para as duas perguntas trazidas pela personagem Muller, ela mesma dá a resposta sem que permita uma intervenção de seu interlocutor, o que deixa claro a função argumentativa e focalizadora das perguntas retóricas. Já em (108), o Falante, um professor, ao orientar seus Ouvintes, seus alunos, sobre o domínio referencial que tratará naquele tópico discursivo, por meio do Ato Discursivo de Orientação *então a perspectiva essa da dogmática jurídica*, não deseja somente trazer, como informação nova, o modo como ele trabalha ou atua no campo jurídico, mas, por meio do uso da pergunta retórica, ele enfatiza esse novo conteúdo trazido, destaca e salienta a importância dessa informação naquele contexto de forma a chamar a atenção de seus Ouvintes para ela. Com

esse dado, podemos observar claramente que, ao fazer a pergunta, o Falante não dá espaço para que seus Ouvintes tomem o turno e respondam-na.

Já no exemplo (109) abaixo, retirado de uma peça de teatro, as duas perguntas trazidas pela personagem Faustino não são respondidas pela própria personagem Faustino, já que a resposta, com o contexto criado anteriormente, fica evidente para o Ouvinte.

- (109) FAUSTINO, *entrando* – Estava ali defronte na loja do barbeiro, esperando que teu pai saísse para poder ver-te, falar-te, amar-te, adorar-te, e...
 MARICOTA – Deveras!
 FAUSTINO – Ainda duvidas? Para quem vivo eu, senão para ti? **Quem está sempre presente na minha imaginação? Por quem faço eu todos os sacrifícios?**
 MARICOTA – Fale mais baixo, que a mana pode ouvir. (19TMPb)

Mesmo não sendo seguida por um Ato Declarativo que funciona como uma resposta possível, esse tipo de interrogativa não deixa de funcionar como uma pergunta retórica uma vez que, permanecendo marcada pelo operador (-id, +s R), a pergunta traz uma informação nova para a interação, que fica subentendida. É esse uso que melhor caracteriza a definição de Fávero *et al* (2006) a respeito das perguntas retóricas: uma forma de fazer com o Ouvinte busque em sua informação pragmática algo que havia já esquecido.

As perguntas retóricas correspondem, na classificação de Oushiro e Nasser (2010), às perguntas retóricas e de estruturação do discurso e, na de Araújo e Freitag (2010), às perguntas retóricas e semirretóricas. As perguntas retóricas, para as autoras, são aquelas em que o Falante não espera uma resposta de seu Ouvinte já que, segundo Oushiro e Nasser (2010), tal informação já faz parte do fundo comum entre os interlocutores e a sua resposta é óbvia, ou, segundo Araújo e Freitag (2010), sua função é a de conduzir apropriadamente o Ouvinte em direção à argumentação do Falante. As perguntas retóricas defendidas pelas autoras acima correspondem, assim, às perguntas retóricas que não vêm acompanhadas de um Ato Declarativo. Por outro lado, as perguntas de estruturação do discurso e semirretóricas correspondem às perguntas retóricas que vêm acompanhadas de um Ato Declarativo. Segundo

Oushiro e Nasser (2010), essas perguntas, assim como as retóricas, não esperam uma resposta do interlocutor, mas esta não é óbvia e deve ser fornecida pelo próprio falante; já Araújo e Freitag (2010) afirmam que essas perguntas não aguardam uma resposta, uma vez que esta já foi dada pelo próprio Falante; sua função, assim como a das perguntas retóricas, é a de conduzir argumentativamente o Ouvinte. Optamos, neste trabalho, por não distinguir essas estruturas pelo fato de ambas terem o mesmo operador de identificabilidade, (-id, +s R), e, também, como aponta Araújo e Freitag (2010), por ambas terem a mesma funcionalidade textual, destacando e salientando elementos textuais numa estratégia de marcação de relevo positivo, e interativa, chamando a atenção do Ouvinte numa estratégia de ênfase.

3.3. As perguntas meditativas

Um último contexto de ocorrência de Interrogativas de Conteúdo se dá quando o Falante, desconhecedor da informação posta sob interrogação, direciona-se ao Ouvinte, quem, para o Falante, também desconhece a informação solicitada. Ou melhor, o Falante assume que a resposta para a pergunta é desconhecida tanto para ele próprio como para o seu Ouvinte. Esses casos de interrogativas não mostram uma busca do Falante por informação e nem uma estratégia do Falante de realçar um argumento ou uma informação que deseja incutir no conhecimento de mundo do Ouvinte; são, na verdade, momentos de reflexão, de devaneio, de elocubração, em que o Falante expõe uma dúvida, um pensamento. Assim, o Subato interrogado é marcado pelo operador (-id, -s R). A essa função discursiva das sentenças interrogativas, denominamos *perguntas meditativas*.

O exemplo (110) abaixo, retirado de uma carta do século XIX, é o que melhor representa o uso de uma pergunta meditativa:

(110) *Post Scriptum*

No mesmo pacote de Cartas escrevi uma ao meu amigo nosso amigo vosso Tio [*inint.*]
É esquisito ! Nada eu perco □ **onde estará o pacote ?** (19CZC-54)

Situando-se na parte final da carta, especificamente no *Post Scriptum*, porção em que o Falante destaca alguma informação que não era cabível na porção textual que compõe o desenvolvimento da carta, o Falante informa o Ouvinte a respeito de umas cartas que havia escrito e posto num pacote, entretanto uma delas se perdeu e, assim, ele se questiona onde estaria tal carta. É óbvio, pelo contexto, que o Falante não espera que seu Ouvinte responda à pergunta, ele apenas exterioriza sua dúvida, deixando ao Ouvinte apenas o papel de testemunha de seus pensamentos, de suas reflexões.

Esse tipo de pergunta caracteriza claramente o “expor uma pergunta” de Lyons (1977) ao notarmos o não-endereçamento dessa estrutura ao interlocutor, tomando esse interlocutor apenas como uma testemunha de uma dúvida, de hipótese, de uma reflexão. Portanto, as perguntas meditativas são estruturas interrogativas para as quais o Falante não espera uma resposta de seu Ouvinte e nem ele tem uma resposta. Trata-se, dessa forma, de expressão de pensamentos, dúvidas e atitudes subjetivas do Falante.

Em peças de teatro, a rubrica ajuda a identificar casos de perguntas meditativas, como em (111), em que a rubrica *à parte* mostra que a pergunta da personagem Antônia não se dirige a ninguém e, assim, o Falante não espera uma resposta. Esse tipo de pergunta não havia sido considerado na classificação de Oushiro e Nasser (2010) e Araújo e Freitag (2010).

- (111) CAPITÃO – Pior é essa! Sua casa hoje anda misteriosa. Há pouco era sua filha com o gato; agora é o senhor com a polícia... (*À parte:*) Aqui anda tramóia!
 ANTÔNIO, *à parte* – **Quem seria?**
 PIMENTA, *assustado* – Isto não vai bem. (*Para Antônio:*) Não sai daqui antes de eu lhe entregar uns papéis. Espere! (*Faz semblante de querer ir buscar os bilhetes; Antônio o retém.*) (19TMPb)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Interrogativas de Conteúdo, no geral, independente da situação genérica em que são produzidas, podem ser usadas em três contextos interativos diferentes que se definem a

partir da conjugação de três fatores pragmáticos envolvidos na interação verbal: (i) aquilo que o Falante assume fazer parte de sua própria informação pragmática, (ii) aquilo que o Falante pressupõe estar ou não na informação pragmática de seu(s) Ouvinte(s) e (iii) a intenção comunicativa do Falante, em relação a seu(s) Ouvinte(s), com o uso da estrutura interrogativa.

Em uma primeira situação interativa, o Falante pode assumir que uma determinada informação não está disponível para ele próprio, mas sim para seu Ouvinte, ou seja, pensando na configuração do operador de identificabilidade atribuído ao constituinte interrogativo, tem-se um Subato Referencial identificável (+id) e não específico (-s), o que gera o operador (+id, -s R). A interrogativa funciona, assim, como um pedido de informação do Falante para o Ouvinte, o que se denomina, neste trabalho, de **perguntas típicas**.

Já num segundo contexto de uso, o Falante assume que a informação sob interrogação faz parte de sua informação pragmática, ou seja, é específica (+s) para si mesmo, porém não está disponível para seu Ouvinte, ou seja, não é identificável (-id) para o Ouvinte, o que gera o operador (-id, +s R). Esse tipo de pergunta funciona como uma maneira de ativar ou acrescentar um determinado conhecimento na informação pragmática do Ouvinte, destacando uma informação para que o Falante aja argumentativamente junto ao Ouvinte, o que se denomina, aqui, de **perguntas retóricas**.

Por fim, a informação sob interrogação pode estar ausente para ambos, Falante e Ouvinte, ou seja, é não específica e não identificável, o que gera o operador (-id, -s R). Esse tipo de pergunta funciona como uma tentativa de o Falante expor suas dúvidas e/ou inquietações, colocando o Ouvinte no papel de testemunha, o que se denomina, aqui, de **perguntas meditativas**.

O quadro 08 abaixo mostra as características que nos fizeram chegar a essa classificação tripartida. O que há por trás desses três contextos de uso da interrogação é que, para pelo menos um dos participantes, a informação lexical requerida não faz parte de sua

informação pragmática. É assim que se define, neste trabalho, Interrogativas: a ausência de uma informação no estado mental de pelo menos um dos participantes da interação verbal que provoque uma expressão verbal indiciária dessa ausência.

	Identificabilidade do referente interrogado	Função comunicativa e interacional
PERGUNTAS TÍPICAS	(+id, -s R) → o Falante assume seu desconhecimento em relação a uma determinada informação e pressupõe que seu Ouvinte tenha conhecimento de tal informação.	Pedido de informação: tentativa do Falante em sanar, junto a seu Ouvinte, uma lacuna presente em sua informação pragmática.
PERGUNTAS RETÓRICAS	(-id, +s R) → o Falante assume a especificidade para si mesmo da informação sob interrogação e pressupõe que o seu Ouvinte não a conheça.	Chamada de atenção: estratégia argumentativa do Falante para adicionar uma nova informação à consciência de seu Ouvinte, dando destaque e saliência a essa informação.
PERGUNTAS MEDITATIVAS	(-id, -s R) → para o Falante, nem ele próprio e nem seu Ouvinte possuem conhecimento a respeito do que se está interrogando.	Exposição de dúvidas e pensamentos: o Falante coloca o Ouvinte como testemunha de seus pensamentos e devaneios.

Quadro 08: Tipologia tripartida das Interrogativas de Conteúdo

CAPÍTULO 04

PADRÕES DE ORDENAÇÃO E CLIVAGEM NAS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

1. INTRODUÇÃO

Em termos estruturais, as Interrogativas de Conteúdo se organizam, no PB, de dois modos: (i) com o constituinte interrogativo posicionado na margem esquerda da oração, ocupando a posição inicial (cf. (112)), e (ii) com o constituinte interrogativo posicionado na margem direita da oração, ocupando a posição final (cf. (113)).

(112) **o que** significa isso? (REC-EF-337)

(113) ele também pode fazer **o quê?** (SA-DID-231)

Por outro lado, o sujeito, nas Interrogativas de Conteúdo, pode (i) anteceder o verbo, ocupando o campo inicial da oração junto ao constituinte interrogativo (cf. (114)), ou (ii) pospor-se ao verbo, ocupando o campo final da oração (cf. (115)).

(114) o que **a senhora** gostaria de fazer? (SP-D2-360)

(115) o que significa **isso**? (REC-EF-337)

É comum na estruturação das Interrogativas de Conteúdo, além da ordenação de constituintes, a ocorrência de clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial por meio dos expletivos “é que” (cf. (116)) e “que” (cf. (117)).

(116) **o que é que** acontece? (REC-EF-337)

(117) **o que que** a senhora faz? (SP-DID-234)

A proposta deste capítulo é a de caracterizar essas formas de expressão morfossintática que estruturam as Interrogativas de Conteúdo, isto é, procuramos descrever os condicionamentos discursivo-pragmáticos envolvidos na ordenação do constituinte interrogativo e do sujeito e na ocorrência da clivagem. Ao adotar uma perspectiva diacrônica, desejamos verificar como se processam as Interrogativas de Conteúdo na história do PB e, assim, recuperar as mudanças que atingiram tal fenômeno, como (i) a possibilidade de se posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração, (ii) a ocorrência da clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial e (iii) a implementação da ordem anteposta do sujeito em relação ao verbo (SV). Nossa preocupação está em mostrar como os diferentes padrões de estruturação das Interrogativas de Conteúdo se implementaram ao longo da história do PB, de forma a conviver até a sincronia atual.

Dessa forma, este capítulo se organiza da seguinte maneira: (i) primeiramente, mostramos como a GDF abriga alguns temas importantes para a análise, como a noção de funções pragmáticas, a operação de ênfase e a ordenação de constituintes; (ii) num segundo momento, tratamos da ordenação de constituintes nas Interrogativas de Conteúdo, focando a ordem do constituinte interrogativo e do sujeito; (iii) em terceiro lugar, caracterizamos o uso da clivagem nessas estruturas; (iv) analisamos, logo após, o comportamento diacrônico das Interrogativas de Conteúdo, de forma a estabelecer a variação entre os padrões de estruturação que as atinge e que mostram uma mudança; por fim, (v) traçamos as considerações finais.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1. Funções pragmáticas na GDF

Na interação, cada participante tem um objetivo em mente, o que determina as estratégias adotadas pelo Falante na obtenção de um propósito comunicativo em relação ao

Ouvinte. O alcance dos objetivos comunicativos do Falante envolve o dispêndio de energia resultante de ações governadas por uma estratégia global que não deixa de levar em conta os propósitos e as intenções do Ouvinte. As propriedades interacionais convergentes das estratégias propositais do Falante são estudadas pelas disciplinas da *retórica* e da *pragmática*.

As distinções originadas na Formulação durante o processo de interação e captadas pelo Nível Interpessoal recorrem, nas camadas superiores desse Nível, a recursos de natureza retórica de estruturação do discurso à medida que esses tragam reflexos para a expressão linguística e, nas camadas inferiores, utilizam-se distinções pragmáticas com as quais o Falante modela suas mensagens levando em conta as pressuposições a respeito dos conhecimentos e sentimentos do Ouvinte. Portanto, a retórica, por um lado, preocupa-se com (i) o modo como os componentes de um discurso são estruturados pelo Falante para atingir sua estratégia comunicativa e com (ii) as propriedades formais de enunciados que influenciam o Ouvinte a aceitar os propósitos do Falante. É assim que alguns aspectos das unidades linguísticas que refletem a estruturação global do discurso são considerados, dentro da GDF, como *funções retóricas*. Por outro lado, a pragmática lida com o modo pelo qual o Falante molda sua mensagem de forma a sinalizar suas expectativas em relação ao estado mental do Ouvinte, o que se reflete, na GDF, nas *funções pragmáticas*.

Para Dik (1997a), as funções pragmáticas especificam o estatuto informacional de um constituinte em relação ao contexto comunicativo maior em que ele é usado. Contexto comunicativo, segundo o autor, corresponde à estimativa do Falante a respeito da informação pragmática do Ouvinte no momento de interação. Por outro lado, Hengeveld e Mackenzie (2008) assumem que as funções pragmáticas expressam as expectativas que o Falante tem do estado mental do Ouvinte e são aplicadas a partes de uma unidade linguística, especificamente a Subatos do Conteúdo Comunicado, os quais são apresentados como salientes ou como o

ponto de partida do Falante, ou são considerados como compartilhados pelo Falante e pelo Ouvinte. A GDF, dessa forma, considera três tipos de funções pragmáticas:

(i) *Tópico*: atribuída a um Subato não-focal, cuja função é assinalar como o Conteúdo Comunicado se relaciona ao registro construído gradualmente no Componente Contextual. Essa definição pressupõe a atribuição de Tópico à **informação dada**, havendo assim uma correlação *default* entre Tópico e informação dada (cf. (118));

(118) na frente tem:: um um uma arvore que dá uma castanha que eu chamo de castanheira...que dá um um negocio marrom assim depois estoura dá uma castanha **essa área eu plantei de semente** (AC-114; DE: L. 317)

(ii) *Foco*: assinala a estratégia do Falante em selecionar uma nova informação para preencher uma lacuna na informação pragmática do Ouvinte ou para corrigir uma informação do Ouvinte. A função Foco é assinalada somente nos casos em que é relevante linguisticamente, isto é, quando as línguas utilizam meios linguísticos para indicar que alguma parte da Expressão Linguística constitui **uma informação nova relevante** (cf. (119));

(119) eu quando comecei trabalhar meus primeiros dois trabalhos eu trabalhava e dava meu pagamento em casa cem por cento...então eh:: **as roupas que eu vestia eu não escolhia**...era minha mãe que escolhia (AC-114; RO: L. 576-577)

(iii) *Contraste*: assinala o desejo do Falante em contrastar as diferenças entre Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e informações disponíveis contextualmente (cf. (120)).

(120) eu aceito ele na dele ele quer sair ele sai ele tem suas coisas ele faz não sou contra agora assim... vir morar na minha casa com o namorado **isso eu já não aceito**... (AC-052; RO: L. 274-277)

Em português, um dos mecanismos linguísticos mais produtivos na marcação de funções pragmáticas é a ordem. O posicionamento de constituintes nas margens da oração indica que esses constituintes apresentam alguma saliência pragmática. Nos exemplos acima (cf. (118) a (120)), os elementos em destaque, sendo Argumentos Inativos da propriedade configuracional, não ocupam sua posição não-marcada, a posição pós-verbal, mas encontram-se logo ao início da oração, já que, a eles, foram atribuídas as funções pragmáticas de Tópico (cf. (118)), Foco (cf. (119)) e Contraste (cf. (120)).

Na ocorrência (118), a posição inicial é preenchida por um constituinte que exerce a função pragmática de Tópico, já que, sendo uma informação dada, cria uma relação entre o Conteúdo Comunicado e a mensagem que gradualmente vem sendo construída no Contexto durante a interação entre Falante e Destinatário. Já em (119), ao relembrar seu primeiro emprego, a informante deseja trazer para o discurso uma nova informação e, assim, posiciona essa informação no campo inicial da oração, atribuindo-lhe a função pragmática de Foco. Por fim, em (120), observa-se a atribuição da função pragmática de Contraste ao constituinte posicionado no início da oração.

Na GF de Dik (1997a; 1997b), Contraste é interpretado como um dos tipos de Foco, já na GDF figura como uma função pragmática singular e diferente. Tal mescla entre Foco e Contraste, na visão de Hengeveld & Mackenzie (2008), se explica pelo fato de as duas funções terem praticamente os mesmos mecanismos de expressão linguística. No contexto maior de (09), a informante discorre sobre a história de um primo que é homossexual e avalia a atitude da tia, mãe desse primo. Em algumas partes, a informante concorda com o posicionamento da tia, em outras, não. Em (120), com o Ato declarativo “vir morar na minha casa com o namorado”, a informante especifica o referente do pronome anafórico “isso”, que contrasta, pelo contexto, com o que ela aceita.

2.2. Ênfase na GDF

Basicamente, a função de ênfase consiste em colocar em destaque ou em proeminência uma determinada informação. Na linha da abordagem textual-interativa, Travaglia (2006) considera a ênfase como uma das possíveis funções do relevo positivo que deriva de sua função básica: a de dar proeminência a um elemento do texto. Para o autor, a ênfase pode ter razões ideacionais ou interacionais, como a de sinalizar que é uma entidade que deve ser levada em conta e não outra, o que, na GDF, é entendido como Contraste.

Na GDF, tal discussão é resolvida uma vez que se distinguem as três funções pragmáticas (Foco, Tópico e Contraste) da operação de ênfase. Na verdade, a ênfase é uma propriedade pragmática e pode atuar como modificador ou operador das diversas camadas que compõem o Nível Interpessoal.

O Ato Discursivo pode ser enfatizado por meios lexicais, ou seja, por modificadores que enfatizam o Ato como um todo (cf. (121)), ou por meios gramaticais, ou seja, por operadores que representam o resultado de uma estratégia de intensificação do Falante sobre o Ato Discursivo (cf. (122)).

- (121) a. Answer me *dammit*.
 b. I want to go home *dammit*.
 c. Did you do it or not *dammit*?
 d. Let's go *dammit*.

(cf. HENGVELD & MACKENZIE, 2008, p. 64-65)

- (122) a. ¡Que no me gusta nada esa película!
 b. ¿!Que si vienes mañana!?
 c. ¡Que no te marches mañana!

(cf. HENGVELD & MACKENZIE, 2008, p. 67)

Em (121), o item lexical *dammit* pode aplicar-se a diferentes ilocuições (Imperativa (cf. (121a)), Declarativa (cf. (121b)), Interrogativa (cf. (121c)) e Exortativa (cf. (121d))) e, além disso, integra-se ao Ato Discursivo de forma a enfatizá-lo. Já em (122), a ênfase é expressa pela partícula gramatical *que*, que se aplica a qualquer tipo de Ilocução (Declarativa (cf.

(122a)), Interrogativa (cf. (122b)) e Imperativa (cf. (122c))) e que funciona como uma estratégia de intensificação. A possibilidade de ocorrência com qualquer Ilocução demonstra que operadores e modificadores atuam numa camada maior que a da Ilocução, portanto, atuam na camada do Ato Discursivo.

Na camada da Ilocução, por outro lado, Hengeveld e Mackenzie (2008) prevêm a presença de um operador enfático, que afeta diretamente a força ilocucionária e, assim, não se combina com qualquer Ilocução, mas se especializa com apenas uma determinada Ilocução. Vismans (1994, p. 62 *apud* HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 83) afirma que a partícula *dan* no holandês enfatiza somente Atos Imperativos, especificamente a Ilocução Imperativa (cf. (123)).

(123) Doe je werk dan!
Fazer seu trabalho ENF
Vamos, faça seu trabalho!

Já na camada do Conteúdo Comunicado, itens lexicais podem intensificar o conteúdo do Ato Discursivo, sem expressar sentimentos como irritação, raiva e afins, o que diferencia modificadores enfáticos do Ato Discursivo dos modificadores enfáticos do Conteúdo Comunicado. Além disso, os modificadores do Conteúdo Comunicado se restringem a algumas Ilocuções, são mais internos na oração, não ocupando a sua periferia, e podem se combinar com outros tipos de modificadores enfáticos (cf. (124)).

(124) I *really* don't like you *dammit*.
(cf. HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 103)

Em (124), o modificador *really* enfatiza o Conteúdo Comunicado do Ato Declarativo, já que a ênfase sobre o próprio Ato é exercida pelo modificador *dammit*. A contrapartida do modificador de ênfase na camada do Conteúdo Comunicado é o operador de ênfase que, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), tem origem com a gramaticalização de construções

clivadas. No exemplo em (125), do Galego escocês, há uma construção usada para clivar tanto Sintagmas Nominais como não-nominais.

- (125) ‘S ann a dh’fheumas tu rud beag de dh’eòlas ciùil
 CLEFT must/need 2.SG thing little of knowledge music. GEN
 It’s just that you must have some knowledge of music.

Por fim, na camada dos Subatos, devemos distinguir (i) os modificadores (cf. (126)) e operadores enfáticos (cf. (127)) do Subato Atributivo e (ii) os operadores enfáticos (cf. (128)) do Subato Referencial, que servem como uma estratégia de chamada de atenção do Ouvinte.

- (126) a. an *allegedly* defamatory article
 b. a *fortunately* slim publication
 c. a *really* nice example
 (cf. HENGVELD & MACKENZIE, 2008, p. 111)

Em (126), os itens lexicais destacados enfatizam o Subato Atributivo: em (126c), o item *really* indica um comprometimento enfático por parte do Falante, enquanto em (126a-b), o escopo dos itens destacados incide sobre o Subato Atributivo.

- (127) Ma-che:-d. z. ge-li-ke
 Neg-medo-NF EMPH 1.PL-COP-PFV
 We remained (totally) unafraid.
 (cf. HENGVELD & MACKENZIE, 2008, p. 113)

- (128) ηa-mi:-ye z. ηa-r[DELETE][RETURN]:h-ke
 1.SG-eye-INS EMPH 1.SG-see-PFV
 I saw it with my own eyes
 (cf. HENGVELD & MACKENZIE, 2008, p. 124)

Na língua Kham, a partícula *z.* pode enfatizar tanto um Subato Atributivo (cf. (127)) como um Subato Referencial (cf. (128)). No caso dos operadores enfáticos do Subato Referencial, a ordem pode também funcionar como uma estratégia de ênfase do Subato Referencial, como ocorre em (129) abaixo.

- (129) Did you get a day off?

A day off? A whole week the boss gave me.
(emph R₁)

Em suma, podemos ver que, para a GDF, a expressão da ênfase pode se dar por meios lexicais (modificadores enfáticos) ou por meios gramaticais (operadores enfáticos). Além disso, a depender da camada que modifica ou em que opera, eles podem ter diferentes matizes pragmáticos: reforço, comprometimento, focalização, realce, chamada de atenção, etc.

2.3. A ordenação de constituintes segundo a GDF

Hengeveld e Mackenzie (2008) consideram a ordem linear dos elementos dentro da oração sob duas diferentes perspectivas: a organização hierárquica (ordenação de constituintes não-configuracionais, ou seja, opcionais) e a organização não-hierárquica (ordenação de constituintes configuracionais, ou seja, argumentais) de elementos. Além disso, dada a sistemática organização descendente da gramática, a ordenação de elementos começa com a expressão morfossintática das partes hierarquicamente organizadas nos níveis Interpessoal e Representacional, iniciando pelas camadas mais altas, passando pelas mais baixas até chegar ao conteúdo e esquemas de predicação. O Nível Morfossintático contém os padrões de esquemas hierárquicos e não-hierárquicos. Posições obrigatórias nos padrões para as quais não há material disponível serão preenchidas com elementos vazios (*dummies*).

Ao iniciar o processo de ordenação de constituintes em suas posições adequadas, quatro posições absolutas estão disponíveis dentro da oração: a posição inicial (P^I), uma segunda posição inicial (P²)¹⁴, a posição medial (P^M) e a posição final (P^F), sendo as posições periféricas (P^I e P^F) psicologicamente salientes. Outras posições podem ser definidas relativamente a essas quatro posições absolutas, ou seja, as línguas podem fazer uso da posição inicial (P^I) e suas expansões para a direita (P^{I+1}, P^{I+n}), da posição P² e suas expansões

¹⁴ Ainda não é muito clara a aplicabilidade da posição P² em português. Parece-nos que tal posição pode ser ocupada por pronomes clíticos em casos de próclise, mas isto ainda necessita de comprovação. Portanto, neste trabalho, não consideramos a posição P², o que não interfere na análise desenvolvida, uma vez que lidamos, essencialmente, com as posições marginais da oração, isto é, P^I e P^F.

para a direita (P^{2+1} , P^{2+n}), da posição final (P^F) e suas expansões para a esquerda (P^{F-1} , P^{F-n}) e da posição medial (P^M) e suas expansões para a direita (P^{M+1} , P^{M+n}), para a esquerda (P^{M-1} , P^{M-n}) ou para ambas as direções (P^{M-N} ; P^{M-1} ; P^M ; P^{M+1} ; P^{M+N}).

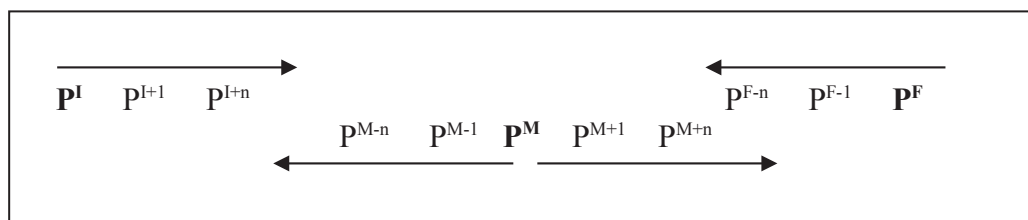


Figura 08: Posições absolutas e relativas da oração

Na ordenação hierárquica, os constituintes, no caso, modificadores, operadores e funções devem ser posicionados centripetamente, isto é, começando pelas margens da oração e dirigindo-se para o centro. Modificadores do Nível Interpessoal preferem, quando não estiverem já preenchidas, as posições extraoracionais. Já os modificadores do Nível Representacional preferem se posicionar junto à Oração, começando pelas margens esquerda e direita e preenchendo, primeiramente, as posições absolutas para, depois de preenchidas, criar as posições relativas.

Já sob o domínio da ordenação configuracional (ou não-hierárquica), os constituintes oracionais são posicionados centrifugamente, iniciando pelo predicado e dirigindo-se para as margens. Na Figura 09, podemos observar essa nítida separação entre **ordenação hierárquica** e **ordenação configuracional** que atuam no processo de ordenação de constituintes:

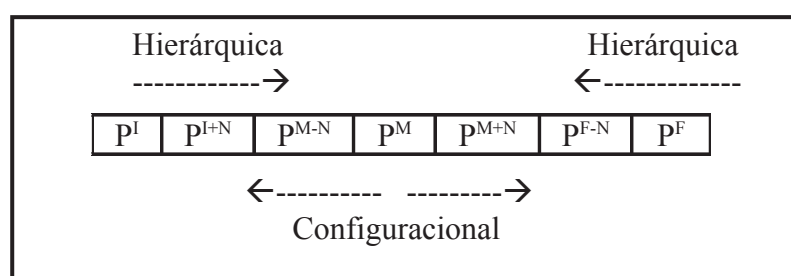


Figura 09: Ordenação de constituintes em português

Vários fatores podem interferir na determinação da ordenação de constituintes: fatores relativos às funções pragmáticas e à referenciação associam-se ao Nível Interpessoal; os relacionados às funções semânticas e à designação, ao Representacional; e os relacionados às funções sintáticas e à complexidade estrutural do item linguístico, ao Morfossintático. Se, em uma língua, a ordenação de constituintes é direcionada por funções pragmáticas, a colocação desses constituintes deve preceder a de outros constituintes, e tem preferência pelas posições marginais da oração, como em (130).

(130) hoje ESSE BICHO dita as regras na sua casa... (AC-114; RO: L. 594)

(130a)	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^{M+1}	P ^F
	hoje	esse bicho	dita	as regras	na sua casa

Em (130), o advérbio *hoje* está em P^I pois carrega a função pragmática de Contraste, ou seja, o falante, ao contrastar uma informação nova com outra dada contextualmente, dispõe tal elemento em P^I, uma posição reservada para elementos pragmaticamente marcados. Já o constituinte *esse bicho*, sujeito da oração, por ser uma informação dada, carrega a função pragmática de Tópico, o que acarreta seu posicionamento no campo inicial da oração. Conforme se viu acima, a ordenação hierárquica precede a ordenação configuracional e, assim, a posição absoluta P^I deve ser preenchido por constituinte hierárquico, no caso de (19), pelo Modificador do Nível Representacional; o constituinte configuracional, por sua vez, informacionalmente saliente, deve preencher uma das posições relativas a P^I, posicionando-se, então, em P^{I+1}.

3. PADRÕES DE ORDENAÇÃO NAS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Nesta terceira seção, caracterizamos e analisamos a natureza pragmático-semântica e a expressão morfossintática, especialmente a disposição linear na oração, de dois constituintes da estrutura das Interrogativas de Conteúdo: (i) o constituinte interrogativo e (ii) o sujeito.

Em relação ao constituinte interrogativo, primeiramente, caracterizamos sua natureza semântica e sua forma de expressão morfossintática, isto é, seu estatuto, sua função e sua categoria no Nível Representacional e a forma assumida por eles no Nível Morfossintático, buscando uma possível correlação. Num segundo momento, caracterizamos sua natureza pragmática de forma a investigar suas determinações na ordenação de tal constituinte, que pode situar-se no campo inicial ou final da oração. Dessa forma, defendemos que, no Nível Morfossintático, a forma atribuída ao Subato interrogativo, ou seja, a seleção do elemento-Qu em sua codificação é determinada por fatores de ordem semântica, no Nível Representacional, enquanto sua disposição linear na oração é determinada por fatores de ordem pragmática, especificamente pela atribuição da função pragmática de Foco no Nível Interpessoal.

Já em relação ao Sujeito, procuramos destacar sua natureza tópica de forma a evidenciar como tal natureza afeta o seu posicionamento em relação ao verbo, que pode ser posposto ou anteposto a ele, ocupando o campo inicial da oração, junto ao constituinte interrogativo, ou o campo final.

3.1. A ordem do constituinte interrogativo nas Interrogativas de Conteúdo

3.1.1. Natureza semântica e expressão morfossintática do constituinte interrogativo

Dik (1997b, p. 258) caracteriza as interrogativas como expressões com as quais o Falante sinaliza seu desejo de receber uma resposta verbal relevante do Ouvinte, ou seja, são tipos de sentença que apresentam como força ilocucionária básica uma Ilocução Interrogativa, cuja representação formal se dispõe em (131) abaixo:

(131) Int E: X: [Predicação estendida]

O operador Interrogativo (Int) é interpretado pragmaticamente como uma sinalização do Falante para o Ouvinte de forma que este lhe forneça uma proposição verdadeira (X) cujo conteúdo está especificado na predicação. Além disso, Dik (1997b) concebe diferentes tipos de construções interrogativas, conforme se apresenta no esquema abaixo:



Figura 10: Tipos de construções interrogativas (DIK, 1997b, p. 260)

A distinção é baseada principalmente no número de respostas possíveis que uma estrutura interrogativa pode ter: (i) interrogativas formadas a partir de uma predicação fechada (*closed predication*) apresentam um conjunto fechado de respostas (*closed answer set*), (ii) enquanto interrogativas formadas a partir de uma predicação aberta (*open predication*) apresentam um conjunto aberto de respostas (*open answer set*).

Por um lado, as interrogativas de predicação fechada podem requerer como respostas alternativas especificadas, o que forma as perguntas disjuntivas (cf. (132)), ou não, o que forma as perguntas polares (cf. (133)):

(132) O Pedro está indo para Londres ou para Paris?

(133) O Pedro está indo para Londres?

Por outro lado, Dik (1997b) afirma que as Interrogativas de Conteúdo são formadas na base de uma “predicação aberta”, isto é, uma predicação em que pelo menos um elemento é deixado não-especificado. Ainda segundo o autor, as Interrogativas de Conteúdo podem ser distinguidas pela (i) posição do constituinte interrogativo, que pode estar em posição canônica, denominada de pergunta padrão (cf. (134)), ou em posição especial P1, denominada de pergunta focal (cf. (135)), e pela (ii) ocorrência de clivagem (cf. (136)):

(134) O João foi à festa com quê?

(135) Quem você beijou na festa?

(136) O que é que Pedro encontrou na garagem?

Precisando melhor a classificação estrutural das interrogativas, concluímos que Dik (1997b) prevê a existência de cinco tipos de estruturas interrogativas:

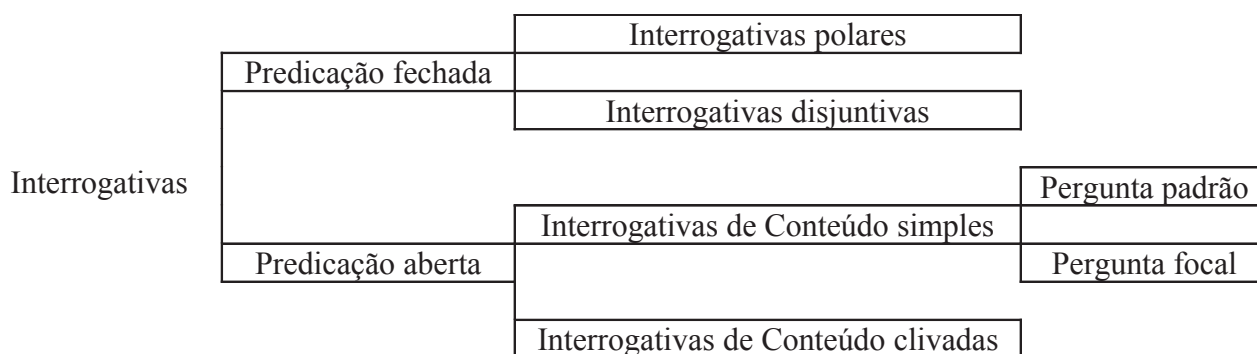


Figura 11: Tipos de construções interrogativas II (cf. LIONG, 1999, p. 03)

Nossa atenção, neste trabalho, volta-se para as interrogativas formadas a partir de predicações em que pelo menos um elemento é deixado não-especificado (as predicações abertas). Esse constituinte não especificado é codificado por um elemento-Qu, ou por um constituinte interrogativo - um pronome ou advérbio interrogativo.

Na GDF, esse elemento não especificado caracteriza, no Nível Interpessoal, um Subato Referencial que no Nível Representacional, corresponderá a um valor semântico (estatuto, categoria ou função semântica) e, no Nível Morfossintático, será codificado por meio de um pronome ou advérbio interrogativo.

Em outras palavras, segundo Mackenzie (2008), as Interrogativas de Conteúdo codificam categorias semânticas distintas, que se enquadram numa escala que vai do mais concreto ao mais abstrato: indivíduo (x) > locação (l) > tempo (t) > modo (m) > quantidade (q) > razão (r). Dessa forma, ao ser selecionada, no Nível Representacional, uma determinada categoria semântica, será selecionada, no Nível Morfossintático, uma palavra gramatical (pronome ou pró-advérbio interrogativo) que corresponda a tal categoria.

Os dados revelam algumas correspondências entre a representação semântica do Subato Referencial interrogativo no Nível Representacional e sua codificação no Nível Morfossintático. Primeiramente, os constituintes interrogativos podem corresponder a argumentos da propriedade configuracional com diferentes macrofunções semânticas – Ativo (cf. (137)) e Inativo (cf. (138)):

(137) **quem** escreveu alguma coisa sobre isso? (REC-EF-337)

(138) **o que** é que vocês diriam sobre isso? (REC-EF-337)

Em (137), o constituinte interrogativo *quem* corresponde ao Argumento Ativo da Propriedade de dois-lugares (*alguém escrever algo*), enquanto em (138), o constituinte interrogativo *o que* corresponde ao Argumento Inativo da Propriedade de dois-lugares (*alguém dizer algo*).

Quando argumentais, os constituintes interrogativos, além de exercerem uma das macrofunções semânticas previstas pela GDF, podem designar categorias como Conteúdo

Comunicado (cf. (139)), Conteúdo Proposicional (cf. (140)), Estado-de-Coisas (cf. (141)), Indivíduo (cf. (142)), Locação (cf. (143)) e Quantidade (cf. (144)):

(139) **o que** é que vocês diriam sobre isso? (REC-EF-337)

(140) **o que** pensa o amigo a respeito? (19CZC-23)

(141) **o que** é que acontece? (REC-EF-337)

(142) nós vamos ter **o quê?** (SSA-EF-049)

(143) **onde** a hei de | [metter](#)? (19CZC-13)

(144) **quantos** o senhor deseja? (REC-EF-337)

Se buscarmos uma correlação, podemos dizer que (i) os constituintes interrogativos argumentais com função semântica Ativo designam, sempre, Indivíduos (x) e são codificados pelo pronome interrogativo *quem* posicionado, sempre, no campo inicial da oração, especificamente em P^I; (ii) já os com função semântica Inativo podem designar uma gama mais variada de categorias, que ultrapassa as apontadas por Mackenzie (2008): Conteúdos Comunicados (C), Conteúdos Proposicionais (p), Estados-de-Coisas (e), Indivíduos e Quantidade, codificados pelo pronomes *que*, *o que*, *quem*, no caso de Indivíduos, ou pelo proadvérbio *quanto*, no caso de Quantidade.

Em propriedades de um lugar (cf. (145)) e relacionais (cf. (146), (147) e (148)), o constituinte interrogativo pode ser o predicado da propriedade configuracional, como ocorre nos exemplos dispostos abaixo:

(145) **como** é macaco? (PA-D2-291)

(146) **onde** é que estão os economistas? (POA-EF-278)

(147) **quantos** são? (SP-D2-360)

(148) **com quem** foi 'Casa de Bonecas'?... (SP-DID-234)

Quando funcionam como predicados da propriedade configuracional, os constituintes interrogativos não desempenham nenhuma macrofunção semântica, já que somente se aplicam a constituintes argumentais. Em (145), o constituinte interrogativo é o predicado da propriedade de um lugar (*o macaco ser de algum modo*) e designa a categoria de Modo, codificado pelo proadvérbio *como*. Já em (146) e (147), a propriedade relacional (*os economistas estar em algum lugar* ou *eles ser uma determinada quantidade*) apresenta como predicado o constituinte interrogativo que designa Locação, codificado pelo proadvérbio *onde*, no caso de (146), ou Quantidade, codificado pelo proadvérbio *quanto*, no caso de (147). Por fim, em (148), a propriedade relacional apresenta como predicado o constituinte interrogativo que designa um indivíduo humano, codificado pelo pronome *quem* (a preposição *com* assinala a função de companhia atribuída a este indivíduo). Com relação aos constituintes que funcionam como predicados da propriedade configuracional, vemos que, em sua maioria, designam Locação ou Modo, sendo codificados pelos proadvérbios *onde* e *como*.

Por fim, os constituintes interrogativos podem corresponder a modificadores, que designam apenas as seguintes categorias semânticas, conforme demonstram os dados analisados: Locação (cf. (149)), Tempo (cf. (150)), Modo (cf. (151)) e Razão (cf. (152)).

(149) vocês encontraram **onde** isso?... (REC-EF-337)

(150) **quando** é que o aluno evidencia conhecimento?... (POA-EF-278)

(151) **como** ela desenha?... (SP-EF-405)

(152) **por que** tu disseste que acha(s) que ali entra a compreensao? (POA-EF-278)

Além das categorias semânticas acima listadas, os modificadores designam também a função semântica de Finalidade (f), como exemplificado em (153). Nesse caso, é a preposição *para* que indica a função semântica de Finalidade, enquanto o constituinte interrogativo *que* sinaliza a informação desconhecida pelo Falante.

(153) **Pra que** esperar? (20TDGa)

Podemos fazer uma correlação entre categorias semânticas designadas pelos constituintes interrogativos e o seu estatuto dentro da propriedade configuracional:

Argumentos					Modificadores				
C	p	e	x	q	l	m	t	r	f
Predicados									

Quadro 09: Correlação entre categoria e estatuto semânticos dos constituintes interrogativos

Com base no quadro acima, observamos que há uma distinção entre as categorias designadas pelos argumentos e pelos modificadores, enquanto aquelas que podem ser designadas por predicados ficam intermediárias. Sua expressão morfossintática se dá, como pudemos perceber, por elementos-Qu da língua, especificamente por pronomes ou proadvérbios interrogativos. Aqui, também podemos traçar uma correlação:

C	p	e	x	q	l	m	t	r	f
O que Que	O que Que	O que Que	O que Que Quem Qual	Quanto	Onde	Como	Quando	Por que	Para que

Quadro 10: Correlação entre categoria semântica e expressão dos constituintes interrogativos

3.1.2. Natureza focal e posições oracionais do constituinte interrogativo

No Nível Interpessoal, conforme se vem afirmando ao longo deste trabalho, o constituinte interrogativo representa um Subato Referencial a que se pode aplicar três diferentes combinações do operador de identificabilidade: (i) (+id, -s) para as perguntas típicas; (ii) (-id, +s) para as perguntas retóricas e (iii) (-id, -s) para as perguntas meditativas.

Essas diferentes configurações do operador de identificabilidade revelam que o constituinte interrogativo abriga, essencialmente, **informação nova**. Para Chafe (1976), a chave para a distinção entre informação nova e dada está na noção de consciência: uma

informação assumida pelo Falante como presente na consciência do Ouvinte é dada, enquanto aquela informação que o Falante acredita estar introduzindo na consciência do Ouvinte é nova. Isto é, na interação, os dois participantes compartilham uma série de informações e, ao mesmo tempo, algumas porções de informação estão disponíveis somente a um deles: a informação avaliada pelo Falante como não presente na consciência do Ouvinte é a informação nova, e sua contraparte representa a informação dada.

Entretanto, para analisar a natureza do constituinte interrogativo, devemos revisar e expandir essa noção de Chafe (1976) a respeito do estatuto informacional dos itens linguísticos uma vez que tal abordagem leva em conta apenas a avaliação que o Falante faz da informação pragmática do Ouvinte, não considerando o que o Falante assume em relação à sua própria informação pragmática. É a interação entre esses dois aspectos que define a natureza das interrogativas e, assim, consideramos como nova a porção informacional que representa a diferença entre o estado mental do Falante e do Ouvinte, enquanto o ponto comum entre o estado mental dos dois participantes representa a informação dada. Partindo dessa caracterização geral a respeito de informação dada e nova, levamos em conta, na caracterização da natureza pragmática do constituinte interrogativo, os diferentes tipo de Interrogativas de Conteúdo definidos neste trabalho.

Nas perguntas típicas, o constituinte interrogativo sinaliza a informação buscada pelo Falante junto a seu Ouvinte ou, segundo Hannay (1983), além de indicar o desejo de conhecimento por parte de quem pergunta e o apelo de que o informante o satisfaça, ele sinaliza a diferença entre a informação pragmática do Falante e do Ouvinte, o que indicia seu estatuto de novo. Quando o Falante se vale de uma pergunta típica, há uma diferença parcial entre a informação pragmática do Falante e do Ouvinte: ambos compartilham alguma informação, porém o Falante desconhece parte dessa informação que pressupõe ser conhecida pelo Ouvinte. Com (157) abaixo, observamos melhor tal descrição:

(157) Doc. **o que** a senhora gostaria de fazer? (SP-D2-360)

No exemplo em (157), a única diferença entre a informação pragmática do Falante e do Ouvinte é a identidade do evento a ser efetuado, que é codificada pelo constituinte interrogativo, o que dá a ele o estatuto de novo.

Já nas perguntas retóricas, o constituinte interrogativo não representa a informação desconhecida pelo Falante, mas sim a informação que o Falante deseja acrescentar à informação pragmática do Ouvinte. Dessa forma, o constituinte interrogativo é uma informação nova e comunicativamente saliente, já que assinala a diferença entre as informações pragmáticas do Falante e do Ouvinte.

(158) Inf2 entao a UPC, quer dizer, entao eu comprei por um determinado número de UPCs **a UPC era o quê?** quarenta cruzeiros ou até menos, a UPC este trimestre que nós estamos está por cento e noventa e quatro (RJ-D2-355)

(159) L2 nada e **quem não é apaixonado por Olinda?** pra ser apaixonado por Olinda não precisa ser olindense (REC-D2-005)

Tanto em (158) como em (159), o constituinte interrogativo é uma informação específica para o Falante, mas, em sua pressuposição, não identificável para o Ouvinte, configuração que caracteriza uma informação nova. Em (158), a resposta possível para a interrogativa é dada pelo próprio Falante na sequência do texto. Trata-se, portanto, de uma estratégia em chamar a atenção do Ouvinte para uma determinada informação e de realçar tal informação, de forma a focalizá-la. Já em (159), a resposta fica subentendida, porém isso não descaracteriza a não identidade de tal informação para o Ouvinte conforme avaliada pelo Falante e, muito menos, tira a propriedade de realce informacional da estrutura interrogativa.

Por fim, nas perguntas meditativas, já que funcionam apenas como uma exposição de dúvida, o constituinte interrogativo carrega uma informação nova, que, na pressuposição do Falante, não faz parte de sua informação pragmática nem da de seu Ouvinte.

- (160) Campos Salles déve ter toma|do posse – **quem serão os lagrados?** | - brève se saberá, e Deus queria | que afinal não sejam todos, gregos | e troianos como me quer parecêr. | (19CZC-32)

O dado em (160) mostra um momento em que o Falante elucida uma dúvida ao Ouvinte ou o incita a uma reflexão. O constituinte interrogativo é, portanto, uma informação nova buscada pelo Falante, mesmo que, para ele, o Ouvinte não seja capaz de respondê-la.

Portanto, é certo que o constituinte interrogativo corresponde a uma informação nova e, além disso, como afirma Hannay (1983), consiste na informação mais importante no dado contexto comunicativo, o que nos leva a assumir que tal constituinte veicula a **função pragmática de Foco** conforme definida por Hengeveld e Mackenzie (2008).

Para Dik (1997b), o constituinte interrogativo apresenta Foco intrínseco, isto é, esse constituinte contém a função Foco intrinsecamente, o que explica o fato de a expressão formal dessas construções em muitas línguas coincidir com a de outras construções focais, como as orações cindidas ou as que assinalam uma posição especial, tipicamente a posição inicial da oração, reservada a constituintes pragmaticamente proeminentes.

A atribuição da função pragmática de Foco ao Subato interrogativo requer, no Nível Morfossintático, a mobilização de mecanismos especiais de expressão; no caso do constituinte interrogativo, o mecanismo mobilizado é a ordenação. Dik (1997b) assume que o constituinte interrogativo pode ocupar a posição inicial (cf. (161)), ou a posição canônica, isto é, a posição que o termo não-interrogativo correspondente assumiria numa oração declarativa, estrutura comumente denominada de *Qu-in-situ* (cf. (162)):

- (161) **por que** o direito é um fenómeno social?... (REC-EF-337)

- (162) essa gente (es)tá quieta **por quê?** (REC-EF-337)

De acordo com Dik (1997b), em (161), um exemplo de pergunta focal, o constituinte interrogativo ocupa uma posição especial que abriga elementos marcados pragmaticamente, ou seja, a margem esquerda da oração, especificamente o campo inicial. Já em (162), um exemplo de pergunta padrão, o constituinte interrogativo, de acordo com Dik (1997b), ocupa sua posição padrão ou canônica. Para o autor (cf. DIK, 1997b, p. 282-283), há vantagens e desvantagens no uso de cada tipo de Interrogativo de Conteúdo:

➤ PERGUNTA FOCAL

(a) vantagens:

- (i) por ocupar a posição especial focal, o constituinte interrogativo ganha especial proeminência;
- (ii) como a posição focal é geralmente a posição inicial, o caráter interrogativo da sentença é marcado num ponto inicial da estrutura linear;

(b) desvantagens:

- (i) o constituinte interrogativo ocupa uma posição diferente da que ocuparia na correspondente oração declarativa o que pode deixar mais difícil a reconstrução da estrutura subjacente da oração;
- (ii) pode haver uma longa distância entre a posição assumida pelo constituinte interrogativo e a posição canônica que o termo que está sob interrogação assumiria;
- (iii) Q-Foco permite a interrogação de uma menor variedade de constituintes;

➤ PERGUNTA PADRÃO

(a) vantagens:

- (i) a estrutura da pergunta não se diferencia da declarativa correspondente;
- (ii) dada a estrutura das declarativas, nenhuma regra especial é necessária para formar a pergunta;
- (iii) uma vez que a estrutura relacional da pergunta é facilmente recuperável, uma variedade maior de constituintes pode ser questionada;

(b) desvantagens:

- (i) o constituinte interrogativo não ganha muita proeminência e, assim, o estatuto interrogativo da oração não é muito claro;
- (ii) quando o constituinte interrogativa ocupa a posição final na oração, só se torna aparente que é uma pergunta quando a sentença está bem encaminhada.

Considerando o padrão de ordenação oferecido pela GDF, os constituintes interrogativos, devido à sua natureza focal, podem ocupar ou o campo inicial da oração, especificamente a posição P^I (cf. (163)), ou o campo final da oração, especificamente a posição P^F (cf. (164)), duas posições psicologicamente salientes na oração responsáveis por abrigar constituintes com estatuto pragmático especial.

(163) e **o que** a senhora considera uma boa peça teatral? (SP-DID-234)

	$P^{pré}$	P^I	P^{I+1}	P^M	P^{M+1}
(163a)	e	o que	a senhora	considera	uma boa peça teatral

(164) ele também pode fazer **o quê?** (SA-DID-231)

	P^I	P^{M-1}	P^M	P^F
(164a)	ele	também	pode fazer	o quê

Ou seja, no PB, há duas posições pragmaticamente salientes para abrigar constituintes como os pronomes ou proadvérbios interrogativos, marcados pragmaticamente por sua natureza focal, o que nos conduz a algumas implicações que levam a caminhos de análise diferentes dos propostos por Dik (1997b).

Primeiramente, não consideramos as *Qu-in-situ* como estruturas cujo constituinte interrogativo ocupa sua posição canônica, ou melhor, situa-se na posição que seu correspondente não-interrogativo se situaria; ao contrário, nas *Qu-in-situ*, o constituinte interrogativo ocupa os domínios de P^F , a posição pragmaticamente saliente, conforme demonstra o exemplo (165) abaixo:

(165) vocês encontraram **onde** isso?... (REC-EF-337)

	P ^I	P ^M	P ^{F-1}	P ^F
(165a)	vocês	encontraram	onde	isso

Nessa Interrogativa de Conteúdo disposta em (165), o campo final da oração está ocupado por dois constituintes marcados pragmaticamente: o pronome dêitico *isso*, argumento Inativo do verbo, que, por carregar a função pragmática de Tópico, posiciona-se em P^F, e o constituinte interrogativo que se posiciona em P^{F-1}. Argumentos inativos do verbo, geralmente, ocupam as expansões à direita do verbo, ou seja, P^{M+1}, P^{M+n}; em (165), a atribuição de Tópico ao Subato Referencial faz com que o Falante o posicione em P^F. O constituinte interrogativo funciona como um modificador de locação, e, como os modificadores de locação atuam na camada do Estado-de-Coisas, devem se posicionar no campo medial da oração, especificamente após o verbo ou o argumento inativo, quando expresso. Em (165), o constituinte interrogativo, anteposto ao argumento inativo, ocupa o campo final da oração devido à sua natureza focal, o que sobrepuja determinações de ordem semântica. Dessa forma, é difícil que assumamos que as *Qu-in-situ* representam casos em que o constituinte interrogativo ocupa a ordem canônica ou a ordem padrão de sua contraparte declarativa, fato que nos leva a não adotar a denominação “*Qu-in-situ*” neste trabalho.

Em segundo lugar, não se admite que, quando ocupam o campo inicial, os constituintes interrogativos apresentam maior proeminência do que quando ocupam o campo final da oração. Na verdade, acreditamos que as duas posições – P^I e P^F – estão disponíveis ao Falante, no momento da codificação morfosintática, para abrigar os constituintes pragmaticamente marcados, e as diferentes ordenações refletirão diferentes estratégias pragmático-discursivas do Falante.

No inglês, segundo Dik (1997b), a ocorrência de uma estrutura interrogativa com o constituinte interrogativo em posição final é restrita ao contexto de perguntas eco: uma pergunta dirigida por alguém que não escutou ou entendeu precisamente o que o outro disse

ou não pode acreditar no que ele acabou de ouvir. Os dados diacrônicos e sincrônicos aqui analisados nos revelam que, no PB, tal condicionamento discursivo-pragmático não se aplica: perguntas prototípicas (cf. (166) e (167)), retóricas (cf. (168) e (169)) ou meditativas (cf. (170) e (171)) podem ter o constituinte interrogativo em posição inicial ou final.

- (166) *Doc*. E dos instrumentos musicais **qual** você **prefere?** (PA-DID-45)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^M
(166a)	qual	você	prefere

- (167) *Doc* o interior do cinema que que se compoe o cinema? na hora que a senhora en::tra antes de entrar::o que que aconte::ce eu gostaria que a senhora me dissesse como se a senhora fosse entrar no cinema tá?...entao a senhora o que que a senhora faz primeiro? a senhora chega no cinema **a senhora vai para onde?** faz o quê? (SP-DID-234)

	P ^I	P ^M	P ^F
(167a)	a senhora	vai	para onde

- (168) *CHIQUEINHA* – Tens habilidade! Mas dize-me, Maricota, **que esperas tu com todas essas loucuras e namoros?** Que planos são os teus? (*Levanta-se.*) Não vês que te podes desacreditar? (19TMPb)

	P ^I	P ^M	P ^{F-1}	P ^F
(168a)	que	esperas	tu	com todas essas loucuras e namoros

- (169) *ELZA*: Um novo sequestro. E depois mais prisões, mais tortura, mais assassinatos. E até quando? **E tudo isso leva a quê?** A nada! Ou quem sabe até não estamos fazendo o jogo do inimigo, dando uma justificativa para a escalada da violência? Será que não estamos fazendo justamente o que eles querem? (20TDGc)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M	P ^F
(169a)	e	tudo isso	leva	a quê

- (170) *CONCEIÇÃO* – Obrigada. (*Soa a cigarra*) Vá vêr quem é. (*Natália sai – Conceição retira da arca uma sunginha de lã, dessas que vestem o bebê dos pés à cabeça – Contempla-a, estendida no ar, e pergunta a si mesma*) – **Quem será?!** (20TJCb)

	P ^I	P ^M
(170a)	quem	será

- (171) *ELZA* - **Crescendo como, Mário**, se a cada dia cai um companheiro? Depois do sequestro do Embaixador, quantos já caíram, quantos já foram mortos? Perdemos vários grupos de ação. E não só nós, o PC do B, o MR-8, a Val-Palmare, todos estão perdendo quadros todos os dias. Só estamos crescendo nas prisões e nas salas de tortura. (20TDGc)

	P ^M	P ^F	P ^{pós}
(171a)	crescendo	como	Mário

A posição P^I abriga qualquer constituinte interrogativo, independente de sua categoria semântica ou de seu estatuto (núcleo, modificador ou operador). Sua natureza nova e focal, ou seja, o peso da função pragmática Foco sobrepuja o das categorias do Nível Representacional na linearização desse constituinte (cf. (172) a (179)).

- (172) Senti saber que Mãe não tem passado bem; **que tem ella?**; o Moreira já a examinou? ; o que disse?. É exacto que ha mais de 15 dias não lhes escrevo, mas para que hei de eu escrever-lhes para lhes dar aborrecimentos dos que ando cheio a mais não poder??? (20CLA-11)

	P ^I	P ^M	P ^F
(172a)	que	tem	ella

- (173) Tambem leva a innocencia do baptismo, base necessária para o exercicio da Virtude Estou só com Deus. **O que queres ?** O Padre Jeronymo com 28 annos devia me estar substituindo. (20CFP-29)

	P ^I	P ^M
(173a)	o que	queres

- (174) De mais se os Velhos teem-nos á nós hoje que na medida do possivel lhes auxiliamos, **quem terei eu para auxiliar-me no dia que precisar?** (20CLA-10)

	P ^I	P ^M	P ^{F-1}	P ^F
(174a)	quem	terei	eu	para auxiliar-me no dia que precisar

- (175) No mesmo pacote de Cartas escrevi uma ao meu amigo nosso amigo vosso Tio [inint.] É esquisito ! Nada eu perco [] **onde estará o pacote ?** (19CZC-54)

	P ^I	P ^M	P ^F
(175a)	onde	estará	o pacote

- (176) Não sei se Maria Lyra teria recebido a vida de Mãe, sentirei muito se ella o tiver recebido e Vou ho-je escrever-lhe perguntando; mas **<quando> chegará lá essa carta?** Si lhe mandasses um outro ou lhe escrevesses, não seria bom? (20CFP-45)

	P ^I	P ^M	P ^{M+1}	P ^F
(176a)	quando	chegará	lá	essa carta

- (177) O Ceo derrame sobre toda a tua | pequena familia todas as graças que pode apetercer-te a minha sincera estima, a nossa antiga e boa | amizade: e **como te peza o fardo dos trabalhos publicos?** Tem assas de bom senso os teus os nossos| patricios para fazerem justiça às tuas boas qualidades e merecimento. (19CZC-08)

	$P^{pré}$	P^I	P^{M-1}	P^M	P^F
(177a)	e	como	te	peza	o fardo dos trabalhos publicos

- (178) Pelo que Papae me escreve da claramente a entender que elles se dispoem a mandar o Guga em condicções de ordenado iguaes as que elle tem agora. Ora isto é um absurdo porquanto todos nós sabemos que si elle está ganhando este ordenado deve unicamente as *suas* relações com o Weinshenck e a prova esta o Guimba que nada tem conseguido por estar ahí sosinho. Como pois pretender a mesma couza aqui? O Beбето **quanto ganhou nos primeiros mezes?** Depois não se pode confundir um emprego no commercio em caza de um irmao e em uma praça de futuro comoa de São Paulo com um emprego de Companhia onde o sujeito sae sabendo unicamente o serviço daquella companhia e em caso de estar um dia despedido tem de começar de novo, o que nao acontece com o empregado do commercio que accumula, hora a hora, dia a dia, mez a mez e anno a anno um CAPITAL precioso que è a practica de um ramo de negocio. (20CLA-02)

	$P^{pré}$	P^I	P^{M+1}	P^F
(178a)	o Beбето	quanto	ganhou	nos primeiros meses

- (179) Então já soube que andei bambo, e bem bambo, com doença de fígado? Uma retenção de bÍlis que me deixou num desânimo de morte. Perdi 4 quilos e fiquei amarelo feito chim. A coisa durou mais de mês. Entrei na dieta e agora estou melhor. No mais feio da crise não me lembrei que contava entre os amigos um hepático de fama como você. Foi aquêlê vizinho fronteiro médico que me encontrando um dia disse: **Por que você não toma aquêlê remédio que eu dei uma vez a seu amigo que morava com você?** (20CMB-53)

	P^I	P^{I+1}	P^{M-1}	P^M	P^{M+1}
(179a)	por que	você	não	toma	aquêlê remédio que eu dei uma vez a seu amigo que morava com você

A posição P^F , por sua vez, também pode abrigar constituintes interrogativos de diferentes categorias semânticas e estatutos. Mais uma vez, a natureza pragmática, especificamente a atribuição da função pragmática de Foco, governa tal ordenação no campo final da oração (cf. (180) a (184)).

- (180) Escrivão - Vossa Senhoria não se envergonha, sendo um juiz de paz?
Juiz - **Envergonhar-me de quê?** O senhor ainda está muito de cor. Aqui para nós, que ninguém nos ouve, quantos juizes de direito há por estas comarcas que não sabem aonde têm sua mão direita, quanto mais juizes de paz. E além disso, cada um faz o que sabe. (*Batem.*) Quem é? (19TMPa)

	P^M	P^{M+1}	P^F
(180a)	envergonhar	me	de quê

- (181) O LÍRICO - Naturalmente porque deixei de ter companhias líricas.

APOLO - **Deixou por quê?**

O LÍRICO - Porque o público não quer. (19TAAb)

	P ^M	P ^F
(181a)	deixou	por quê

- (182) GORILA: Tá em dia no aluguel. Mas ta devendo.

JUSTINO: **Devendo o que?!** (20TDGa)

	P ^M	P ^F
(182a)	devendo	o que

- (183) ELZA: Um novo sequestro. E depois mais prisões, mais tortura, mais assassinatos. E até quando? **E tudo isso leva a quê?** A nada! Ou quem sabe até não estamos fazendo o jogo do inimigo, dando uma justificativa para a escalada da violência? Será que não estamos fazendo justamente o que eles querem? (20TDGc)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M	P ^F
(183a)	e	tudo isso	leva	a que

- (184) Inf2 então a UPC, quer dizer, então eu comprei por um determinado número de UPCs **a UPC era o quê?** quarenta cruzeiros ou até menos, a UPC este trimestre que nós estamos está por cento e noventa e quatro (RJ-D2-355)

	P ^I	P ^M	P ^F
(184a)	a UPC	era	o quê

Em relação a esses dois padrões de ordenação, Dik (1997b) assume que, em muitas línguas, eles podem estar em oposição, quando o posicionamento no campo inicial ou no campo final do constituinte interrogativo resulta em construções com diferentes propriedades pragmáticas (como o inglês, que diferencia as pergunta eco das não-eco). Por outro lado, em outras línguas, essas duas estratégias podem estar em variação livre, quando a aplicação de uma ou outra estratégia é opcional.

Integrando esse segundo grupo, isto é, partindo da ideia de que essas duas estratégias de estruturação das Interrogativas de Conteúdo estão em variação, Oushiro (2011) defende que o posicionamento do constituinte interrogativo em posição final está condicionado a fatores pragmáticos e morfossintáticos: por um lado, quanto aos aspectos discursivo-pragmáticos, tal emprego depende fundamentalmente do fluxo de informação no aqui e agora da conversação, já que há uma maior tendência em se posicionar no campo final da oração o

constituente interrogativo quanto maior for a previsibilidade da pergunta; por outro lado, quanto aos aspectos morfossintáticos, a variação se correlaciona (i) à distância do movimento do constituinte interrogativo - quanto maior o movimento, maior a tendência de o constituinte estar ao final da oração - e (ii) à sua obrigatoriedade ou não na sentença - quanto menor a obrigatoriedade, tende-se a posicionar o constituinte interrogativo em posição final. Por fim, Oushiro (2011) comenta que as *Qu-in-situ* são favorecidas em sentenças curtas, embora a própria autora entenda tal correlação de outra forma: a *Qu-in-situ* é que favorece a concisão da sentença interrogativa.

Por sua natureza focal e pragmaticamente saliente, o constituinte interrogativo pode ocupar tanto a posição inicial como a final da oração interrogativa, ou seja, há, essencialmente, um único princípio, a atribuição da função pragmática de Foco, governando o posicionamento do constituinte interrogativo. Entretanto, não acreditamos que o PB seja uma língua que se enquadre totalmente no segundo grupo previsto por Dik (1997b), e, muito menos, que se enquadre perfeitamente no primeiro grupo. O ponto chave é que não consideramos essas duas estratégias de ordenação como variantes livres e opcionais, mas, ao contrário, mesmo visualizando um princípio comum que governa as duas ordenações, acreditamos que uma estrutura interrogativa com o constituinte interrogativo em posição final apresenta alguma propriedade pragmática diferente de uma estrutura interrogativa com o constituinte interrogativo em posição inicial. Outra questão é que partimos da hipótese de que a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo em posição final é fruto de um processo histórico de mudanças no sistema linguístico, ou melhor, são estruturas que se originam, historicamente, a partir das interrogativas com o constituinte interrogativo em posição inicial, por meio de mudanças linguísticas que atingem a estrutura das interrogativas e que se correlaciona a outras duas mudanças que se implementam ao longo da história do PB e, assim, afetam o sistema de estruturação das Interrogativas de Conteúdo: (i) a mudança da

ordem VS para a SV, que também atinge as sentenças declarativas (cf. BERLINCK, 1989; PEZATTI & CAMACHO, 1997), e (ii) o surgimento do expletivo “é que”, que, como afirma Longhin (1999), faz parte do sistema da língua portuguesa já no século XVII e XVIII.

O posicionamento do constituinte interrogativo na margem direita, especificamente em P^F ou em suas expansões à esquerda da oração (P^{F-1} , P^{F-n}), está relacionado à atribuição de duas propriedades pragmáticas no Nível Interpessoal: a função pragmática de Foco, o que licencia sua posição em P^F , e o operador de ênfase junto ao Subato Referencial interrogativo, codificado por um acento tônico no Nível Fonológico.

- (185) Ernestina. - Oh! foi um sonho que passou! Hoje só vivo de ti, por ti e para ti! A propósito: vamos à Rua do Ouvidor?
Eusébio. - **Fazê o quê?** (19TAAa)

	P^M	P^F
(185a)	fazer	o quê

A ênfase aplicada ao Subato Referencial é uma estratégia de que se vale o Falante para direcionar a atenção de seu Ouvinte à informação que deseja destacar naquele dado momento da interação. Dessa forma, a atribuição de ênfase depende do aqui e agora da interação. Oushiro (2011) vê esse condicionamento do aqui e agora da conversação a partir, essencialmente, da previsibilidade da pergunta; para nós, o aqui e agora da conversação, ou melhor, da interação depende das respostas e dos estímulos que o Ouvinte fornece ao Falante, já que o desejo de ele reforçar uma informação nova de forma a chamar a atenção do outro advém de suas pressuposições em relação ao modo como esse outro processa, ou está processando, a troca informacional dentro da interação.

Um exemplo interessante desse condicionamento está presente nos dados de Elocuções Formais do NURC, ou melhor, no gênero aula. Nesse contexto, conforme nos mostram os dados, as interrogativas com constituinte em posição final restringem-se aos contextos das perguntas retóricas, especificamente naqueles contextos em que a pergunta

retórica é acompanhada de uma resposta, ou, como denomina Oushiro e Nasser (2011), perguntas de estruturação do discurso. Tal condicionamento já era previsto por Oushiro (2011): segundo a autora, as perguntas de estruturação do discurso favorecem o emprego do constituinte interrogativo em *posição final* uma vez que colaboram com a manutenção do turno e funcionam como uma estratégia cognitiva para o processamento da informação, postergando a introdução de novas informações para a última parte da sentença.

Esse aspecto caracteriza o Tópico Novo de Dik (1997b), ou seja, a introdução de um referente no discurso. Nos casos das Interrogativas de Conteúdo, posicionar o constituinte interrogativo em posição final parece contrariar a regra de colocação de elementos focais em posição inicial, o que dá um efeito de estranhamento para a estrutura. Dik (1997b) já afirmava que as Interrogativas de Conteúdo com constituinte em posição final são mais difíceis de processar, e, dessa forma, no aqui e agora da interação, chamam mais a atenção do Ouvinte, o que caracteriza o seu grande número de ocorrência em contextos de pergunta retórica nas Elocuções Formais: proferidas pelo professor, que busca chamar a atenção de seus alunos naquele momento da interação, as perguntas retóricas introduzem uma nova informação e, principalmente, marcam um relevo positivo no processamento textual, de forma a focalizar e enfatizar partes do texto. As interrogativas com constituinte interrogativo em posição final, portanto, são, acima de tudo, construções enfáticas, efeito de sentido que as diferencia das interrogativas com o constituinte interrogativo em posição inicial.

A tonicidade que representa formalmente, no Nível Fonológico, o operador de ênfase atribuído ao constituinte interrogativo em posição final é evidenciada por dois fatos levantados nos dados do *corpus* de análise e por um fato levantado por Castilho (2010).

Primeiramente, se focalizarmos os dados de interrogativas com constituintes interrogativos argumentais, na função de sujeito ou objeto direto, posicionados no campo

inicial da oração, especificamente em P^I , nota-se que esse constituinte pode ser codificado pelos pronomes *que* ou *o que*, conforme demonstram (186) e (187) abaixo.

- (186) Ora, eu sei perfeitamente que tens muito trabalho, este, porem, não chegará ao ponto de inibir que escrevas umas 2 linhas como solução d'um assumpto que sem nenhum motivo levaste aos Velhos só para abor-recel-os e iquietal-os, uma vez que nada mais mandaste dizer. **O que tem finalmente o Edgard?** Está de cama? Está na loja? Tem algum defeito na perna? Sente dores? Tem alguma ferida? Enfim escreva uma carta com um pouco de bom senso, de modo que de uma vez eu possa socegar os velhos. É urgente tua resposta. (20CLA-05)

	P^I	P^M	P^{F-1}	P^F
(186a)	o que	tem	finalmente	o Edgard

- (187) Senti saber que Mãe não tem passado bem; **que tem ella?**; o Moreira já a examinou? ; o que disse?. É exacto que ha mais de 15 dias não lhes escrevo, mas para que hei de eu escrever-lhes para lhes dar aborrecimentos dos que ando cheio a mais não poder??? (20CLA-11)

	P^I	P^M	P^F
(187a)	que	tem	ella

Em (186) e (187), os dois constituintes interrogativos designam a mesma categoria semântica, a de Indivíduo (x), ambos são argumentos Inativos da propriedade configuracional, especificamente de uma propriedade de dois lugares, e aos dois se atribui a função pragmática de Foco. Entretanto, podemos perceber que, na posição inicial, tal constituinte pode ser codificado pelo pronome *o que* ou *que*, o que mostra a possibilidade de redução fonética do pronome ou proadvérbio interrogativo. Em (186), além da função pragmática de Foco, o que posiciona o constituinte em P^I , é atribuído ao constituinte interrogativo o operador de Ênfase, codificado, no Nível Fonológico, por meio de um acento tônico. Já em (187), ao constituinte interrogativo é aplicado somente a função de Foco, o que o posiciona em P^I e, no Nível Fonológico, não recebe acento tônico.

Um segundo fato é que, em todas as estruturas interrogativas com o constituinte interrogativo em posição final coletadas, e sendo esse constituinte interrogativo um argumento do verbo, como (188) e (189) abaixo, o pronome interrogativo utilizado é *o quê*. A

presença do artigo antes do pronome interrogativo mostra que a este é aplicado uma tonicidade não existente em *que*, por exemplo. Nas Interrogativas de Conteúdo, o pronome *o quê* pode ocupar tanto a posição inicial como a final e, em ambas as posições, ele apresenta uma leitura focal, o que se manifesta pelo seu posicionamento ou em P^I ou em P^F, e enfática, caracterizada pela tonicidade do pronome interrogativo. Nesse ponto, acreditamos que o PB se caracteriza como uma língua cujas estratégias de ordenação do constituinte interrogativo estão em variação livre.

- (188) Ernestina. - Oh! foi um sonho que passou! Hoje só vivo de ti, por ti e para ti! A propósito: vamos à Rua do Ouvidor?
 Eusébio. - **Fazê o quê?**
 Ernestina. - Quero mostrar-te na vitrine do Luís de Resende o tal colar de que te falei.
 (19TAAa)

	P ^M	P ^F
(188a)	fazê	o quê

- (189) Dentre os elementos encontrados no mediastino anterior...entao...para adiante...aquele plano por dian/ ...passado por diante da traquéia...e sua bifurcação...para trás...**nós vamos encontrar o quê?**...nós vamos encontrar a coluna dorsal...para os lados...
 (SSA-EF-049)

	P ^I	P ^M	P ^F
(189a)	nós	vamos encontrar	o quê

Este fato dá evidências de que, na posição final, os constituintes interrogativos não podem sofrer redução fonológica. Sentenças como (188) e (189) acima não seriam boas para o PB com o pronome *que*. Suas versões com o constituinte interrogativo reduzido fonologicamente não parecem ser naturais para o PB.

(188b) *Fazê quê?

(189b) *nós vamos encontrar que?

Castilho (2010), ao discorrer sobre a focalização dos constituintes interrogativos em posição inicial por meio de *é que* ou *que*, afirma que, na língua falada, a gramaticalização dessas estruturas de focalização dá origem às seguintes expressões:

- (190) a. **Quique** você disse?
 b. **Cumeque** você vai se sair dessa?

(cf. CASTILHO, 2010, p. 326)

É visível, com esses exemplos, a possibilidade de redução fonológica do constituinte interrogativo em posição inicial e, além disso, de elisão com os constituintes que o seguem, especialmente com os expletivos *é que* e *que*, o que não seria natural ocorrer com o constituinte interrogativo em posição final.

Portanto, defendemos que há um condicionamento discursivo-pragmático por trás da ordenação do constituinte interrogativo: a atribuição da função pragmática Foco faz com que, na estrutura oracional, esse constituinte ocupe ou o campo inicial, especificamente P^I , ou o campo final, especificamente P^F ou suas expansões à esquerda (P^{F-1} , P^{F-n}).

Além disso, uma segunda estratégia pragmática está envolvida na linearização desse constituinte na oração interrogativa: a aplicação do operador de Ênfase codificada pelo acento tônico no Nível Fonológico. Com base na possibilidade de redução e elisão fonológica do constituinte, o que se evidencia intuitivamente ou nos próprios dados coletados, podemos perceber que a posição final abriga os constituintes ao qual o Falante aplica o operador de Ênfase. Dessa forma, acreditamos que as interrogativas com o constituinte interrogativo em posição final, além de focais, são construções enfáticas.

Dessa forma, acerca da ordenação do constituinte interrogativo, podemos chegar a três padrões que caracterizam o PB:

	Posição	Tipo de pronome/proadvérbio	Função discursiva
(i)	P^I	que, quem, qual, onde, quando, como, quanto, por que	Foco
(ii)	P^I	o que	Foco + Ênfase

(iii)	P ^F	o que, quem, onde, quando, como, quanto, por que	Foco + Ênfase
-------	----------------	--	---------------

Quadro 11: Padrões de ordenação do constituinte interrogativo

Uma análise similar a esta que propomos pode ser vista nos trabalhos de Stanchev (1987; 1997) para as Interrogativas de Conteúdo do Búlgaro, ainda dentro da linha da GF de Dik (1997a; 1997b).

Stanchev (1987, 1997) admite haver uma ordenação padrão para os constituintes de Interrogativas de Conteúdo em Búlgaro: P1 V S O/X, sendo P1 preenchida pelo constituinte interrogativo, como em (191) abaixo.

- (191) a. Kakvo kupi Ivan vőera? P1 V S X
o quê comprou Ivan ontem
O quê o Ivan comprou ontem?
- b. Koga kupi Ivan kniga? P1 V S O
quando comprou Ivan o livro
Quando o Ivan comprou o livro?

Entretanto, Stanchev (1997) admite que o constituinte interrogativo pode alocar-se em outras posições que não a inicial, conforme observamos em (192) abaixo.

- (192) a. Ivan vchera kupi kakvo? S X V Q
Ivan ontem comprou o quê
O Ivan comprou o quê ontem?
- b. Ivan (vchera) kupi kniga kude? S (X) V O Q
Ivan (ontem) comprou o livro onde?
O Ivan comprou o livro (ontem) onde?

Segundo a autora, o constituinte interrogativo normalmente precede o verbo, podendo, também, ocupar a posição pós-verbal, sem nunca se posicionar entre o verbo e o objeto. Além disso, Stanchev (1997, p. 125) admite que os constituintes interrogativos em búlgaro, ao serem posicionados no campo final da oração, estão sob a influência de um acento tônico, carregando Foco enfático¹⁵.

¹⁵ No original: “Q-words in Bulgarian may be placed in clause-final position under heavy stress, i.e. bear strong Focus” (STANCHEV, 1997, p. 125).

Portanto, observamos que, assim como no PB, o búlgaro admite duas ordenações possíveis para o constituinte interrogativo: inicial e final. Ambas as posições são governadas pela atribuição da função pragmática Foco ao constituinte interrogativo, e, quando no campo final da oração, o constituinte interrogativo carrega uma segunda propriedade pragmática, a Ênfase, codificada fonologicamente por um acento tônico.

3.2. Natureza tópica e posições oracionais do Sujeito em Interrogativas de Conteúdo

Nas Interrogativas de Conteúdo, quando presentes, os Sujeitos constituem expressões referenciais, ou seja, aludem a alguma entidade presente na situação comunicativa (dêixis) ou no próprio texto (foricidade). Dessa forma, os Sujeitos, nas sentenças interrogativas, manifestam-se como expressões dêíticas (cf. (193), (194) e (195)) ou fóricas, geralmente anafóricas (cf. (196)).

- (193) Então já soube que andei bambo, e bem bambo, com doença de fígado? Uma retenção de bilis que me deixou num desânimo de morte. Perdi 4 quilos e fiquei amarelo feito chim. A coisa durou mais de mês. Entrei na dieta e agora estou melhor. No mais feio da crise não me lembrei que contava entre os amigos um hepático de fama como você. Foi aquele vizinho fronteiro médico que me encontrando um dia disse: **Por que você não toma aquele remédio que eu dei uma vez a seu amigo que morava com você?** (20CMB-53)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^{M-1}	P ^M	P ^{M+1}
(193a)	por que	você	não	toma	aquêle remédio que eu dei uma vez a seu amigo que morava com você

- (194) **Carolina** – Temos o mérito da franqueza. **Que importa que esses senhores que passam por sisudos e graves nos condenem e nos chamem perdidas?...** O que são eles?... Uns profanam a sua inteligência, vendem a sua probidade, e fazem um mercado mais vil e mais infame do que o nosso, porque não tem nem o amor nem a necessidade por desculpa; porque calculam friamente. Outros são nossos cúmplices, e vão, com os lábios ainda úmidos dos nossos beijos, manchar a fronte casta de sua filha, e as carícias de sua esposa. (19TJA)

	P ^I	P ^M	P ^F
(194a)	que	importa	que esses senhores que passam por sisudos e graves nos condenem e nos chamem perdidas

- (195) Maria Rosa - Estou moída! Já mexi dous alqueires de farinha.
 Aninha - Minha mãe, aqui está o café.
 Maria Rosa - Bota aí. **Aonde estará aquele maldito negro?** (19TMPa)

	P ^I	P ^M	P ^F
(195a)	aonde	estará	aquele maldito negro

- (196) Falas-me em uma carta de D. Elsa Bastos sobre Leonor, mas não a recebi, provavelmente te esqueceste de m'a man-[*inint.*]. **Que diz ella?** fiquei bastante receiosa. Mas entrego essa pobre e infeliz irmãzinha nas mãos de Deus. (20CFP-42)

	P ^I	P ^M	P ^F
(196a)	que	diz	ella

Observando esses exemplos, o Sujeito, um Subato Referencial, em Interrogativas de Conteúdo, é o responsável por assinalar como o Conteúdo Comunicado da interrogativa se relaciona com o registro gradualmente construído no Componente Contextual, ou melhor, é ele que relaciona a totalidade do que o Falante deseja evocar na interação ao contexto linguístico (ou co-texto), assinalando sua funcionalidade fórica, e extralinguístico, assinalando sua funcionalidade dêitica. Além disso, esse Sujeito é sempre determinado e definido, o que implica sua referência a uma entidade já disponível tanto na informação pragmática do Falante, como na do Ouvinte, ou seja, corresponde ao ponto comum entre a informação pragmática do Falante e do Ouvinte, o que se marca pelo operador (+id, +s) aplicada ao Subato Sujeito. Portanto, por tratar-se de uma informação dada, o Sujeito carrega a função pragmática de Tópico.

Dessa forma, devido a sua natureza pragmática saliente, ou melhor, a sua natureza tópica, o Sujeito posiciona-se ou no campo final da oração, especificamente em P^F ou em suas expansões à esquerda (P^{F-1}, P^{F-n}), ou no campo inicial da oração, especificamente nas expansões à direita de P^I, como P^{I+1}, já que, como carrega a função de Foco, o constituinte interrogativo já se posiciona em P^I.

- (197) há três perspectivas que vocês leram de novo... isso aí para vocês duas mais do que para eles... eles apenas como reforço didático porque inclusive... já... le:ram e tive:ram um pouco... **o que significa isso?** há três perspectivas... em olhar num é? o direito... o fenômeno jurídico... você olha... o fenômeno jurídico... através de uma perspectiva... chamada/ querem me ajudar ((intervenção de locutor acidental)) alguém? de uma perspectiva/ Fernando você que... (REC-EF-337)

	P ^I	P ^M	P ^F
(197a)	o que	significa	isso

- (198) ah:: entao é muito pequenininho Valdério seu irmão... irmao ou irma?... ((vozes))...desenha uma mesa?... ((risos))... **como ela desenha?**... (SP-EF-405)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^M
(198a)	como	ela	desenha

É interessante notar que, em Interrogativas de Conteúdo com o constituinte interrogativo em posição final, o Sujeito, quando expresso, sempre se posiciona no campo inicial da oração (cf. (199)), o que é favorável a nossa proposta de mudança linguística do PB.

- (199) Doc. o interior do cinema que que se compoe o cinema? na hora que a senhora en::tra antes de entrar::o que que aconte::ce eu gostaria que a senhora me dissesse como se a senhora fosse entrar no cinema tá?...entao a senhora o que que a senhora faz primeiro? a senhora chega no cinema **a senhora vai para onde?** faz o quê? (SP-DID-234)

	P ^I	P ^M	P ^F
(89a)	a senhora	vai	para onde

Partindo dos exemplos acima, e cruzando com o padrão de ordenação de constituintes interrogativos, obtemos três padrões de estruturação das Interrogativas:

(i)	Constituinte interrogativo	Verbo	Sujeito
	Foco		Tópico
	P ^I	P ^M	P ^F
(ii)	Constituinte interrogativo	Verbo	Sujeito
	Foco		Tópico
	P ^I	P ^M	P ^{I+1}
(iii)	Sujeito	Verbo	Constituinte interrogativo
	Tópico		Foco
	P ^I	P ^M	P ^F

Quadro 12: Padrões de ordenação de constituintes em Interrogativas de Conteúdo

exemplo (201), o autor defende que o expletivo *era ... que* dá relevo ao pronome *ela*, que faz referência à avó do informante, centro da narrativa, isto é, coloca-o em proeminência.

(201) ela então veio com a notícia que aquele Ketchup que estava sendo servido **era** [ela] **que** tinha feito (RJ-DID-328)

(cf. TRAVAGLIA, 2006, p. 206)

No PB, conforme aponta Braga (2009), identificam-se duas “família” de construções clivadas: as Clivadas (cf. (202a)) e as Pseudoclivadas (cf. (202d)). Junto à primeira família, encontram-se as Construções É QUE (cf. (202b)) e as Construções QUE (cf. (202c)); já junto à segunda família, estão as Pseudoclivadas invertidas (cf. (202e)), as Pseudoclivadas extrapostas (cf. (202f)) e as Construções Foco Ser (cf. (202g)).

(202)	a.	Clivada:	É [isso] que vai ter que ver primeiro.
	b.	Construção É QUE:	[Lanternagem] é que tem muita.
	c.	Construção QUE:	[Os Paraíba brabo lá do fundo] que fala mal.
	d.	Pseudoclivada:	Quem estava com a chave era [o jardineiro].
	e.	Pseudoclivada invertida:	[Bife] é o que mais sai hoje em dia na cozinha.
	f.	Pseudoclivada extraposta:	Olha, não fui [eu] quem tirou a medida.
	g.	Construção Foco Ser:	Só tinha mesmo era [hospitais do governo].

(cf. BRAGA, 2009, p. 180)

Longhin e Ilari (2000), ao oferecer uma leitura das construções clivadas à luz das propostas hallidayianas, elencam sete peculiaridades desse fenômeno no português e, dentre essas peculiaridades apontadas, uma nos é bastante interessante e importante ponto de análise:

“há a necessidade de estabelecer distinções entre CLIV, É QUE e QUE e uma dessas distinções diz respeito à clivagem de interrogativas não-polares. Somente com É QUE e QUE a clivagem é admissível” (LONGHIN E ILARI, 2000, p. 207).

Há um número muito grande de ocorrências, como (203) e (204), em que o Falante procura enfatizar um constituinte já focalizado. Ou seja, além de se atribuir a função pragmática de Foco ao constituinte interrogativo, o que licencia seu posicionamento no campo inicial da oração, especificamente em P^I, atribui-se Ênfase a esse Subato, já que o desejo do

Falante está em conseguir especial atenção do Ouvinte para esse constituinte Focal, o que, no Nível Morfossintático, manifesta-se por meio do uso de duas estratégias de clivagem bastante similares: *Construções É que* (cf. (203)) e *Construções Que* (cf. (204)).

- (203) a. **o que é que** vocês diriam sobre isso? (REC-EF-337)
 b. **o que é que** nós queremos mais? (REC-EF-337)
 c. **o que é que que** a gente fazia? (PA-DID-45)
 d. **o que é que** eles estudam? (RJ-EF-379)
 e. **onde é que** elas estão?... (SP-D2-360)
 f. **quando é que** o aluno evidencia conhecimento? (PA-EF-278)
 g. **como é que** eles chama? (SP-DID-234)
 h. **por que é que** não tem que se considerar ciência? (RE-EF-337)

		P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M	P ^{M+1}
(203)	a.	o que	é que	vocês	diriam	sobre isso
	b.	o que	é que	nós	queremos	mais
	c.	o que	é que	a gente	fazia	
	d.	o que	é que	eles	estudam	
	e.	onde	é que	elas	estão	
	f.	quando	é que	o aluno	evidencia	conhecimento
	g.	como	é que	eles	chamam	

		P ^I	P ^{I+1}	P ^{M-1}	P ^M	P ^{M+1}
(203)	h.	por que	é que	não	tem	que se considerar ciência

- (204) a. **que que** eu vou dizer sobre o cumprimento? (PA-DID-45)
 b. **que que** a senhora acha das Olimpíadas? (PA-DID-45)
 c. então **que que** a gente fazia? (PA-DID-45)
 d. **o que que** você tem visto? (RJ-DID-328)
 e. **como que** nós chegamos a ela?... (SP-EF-405)
 f. **por que que** a senhora gostou dessa peça? (SP-DID-234)

		P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M	P ^{M+1}
(204)	a.	que	que	eu	vou dizer	sobre o cumprimento
	b.	que	que	a senhora	acha	das Olimpíadas
	c.	que	que	a gente	fazia	
	d.	o que	que	você	tem	
	e.	como	que	nós	chegamos	a ela
	f.	por que	que	a senhora	gostou	da peça

Essas duas variantes da clivagem são bastante produtivas na estruturação das Interrogativas de Conteúdo e, nesse tipo de Ato Discursivo, vem se implementando ao longo dos séculos XIX e XX do PB. Para Travaglia (2006), o uso de expletivos em interrogativas

parciais dá destaque ao elemento da pergunta que representa a informação nova, o que se confirma em Longhin e Ilari (2000, p. 203) na seguinte afirmação que sumariza a real funcionalidade comunicativo-interacional da clivagem: “a clivagem é uma operação sintática por meio da qual se enfatiza o tema da sentença”.

Nesse sentido, para a GDF, o expletivo, ao colocar em destaque um Subato Referencial e, assim, chamar a atenção do Ouvinte para esse Subato, atua como um operador enfático da camada do Subato. Com base em nossos dados, observamos que a clivagem pode ocorrer em perguntas prototípicas (cf. (205)), retóricas (cf. (206)) e meditativas (cf. (207)).

- (205) inclusive eu coloquei ciência normativa... entre aspas... para mostrar: que... nao é propriamente uma ciência que se chama ciência normativa... **o que é que vocês diriam sobre isso?** quem encontrou: uma resposta... (REC-EF-337)
- (206) a hora que ele é capaz... de desenhar este animal... ele é capaz... de desenhar este animal... ele vai ter poder sobre a vida dele... entao isto vai garantir... que ele traga este animal de volta para casa (sem) ser comido... COmo... que nós chegamos a es::ta?... teoria... nao deixa de ser uma teoria... **como que nós chegamos a ela?...** por alguns fatos... primeiro... alguns desses animais eram representados com:: uma flecha... cravada eles... o QUE:: enquanto representacao enquanto imagem nao tem sentido eu matar uma imagem... que a imagem nao tem vida nem sentido... ela existe:: mas ela nao é vivente... certo? ((vozes))... outras vezes nao dá para comer (SP-EF-405)
- (207) quer dizer o Japao precisa de quem compre as suas coisas e **quem é que vai comprar?** a Alemanha também produz, tá?, Estados Unidos também produz, economia soviética nao tá...desenvolvendo...a indústria de consumo agora, aí é que tá a luta pela...sabe? (RJ-EF-379)

Dessa forma, observamos que o uso da clivagem em Interrogativas de Conteúdo não apresenta nenhuma restrição contextual. Pragmaticamente, ela pode ocorrer com qualquer tipo de pergunta e, semanticamente, como se observa em (203) e (204) acima, elas ocorrem independente do estatuto e da categoria do constituinte interrogativo.

5. A HISTÓRIA DAS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: VARIAÇÃO E MUDANÇA NA DIACRONIA

Uma análise diacrônica acerca das Interrogativas de Conteúdo no português já foi proposta por Lopes-Rossi (1996) com base na abordagem formalista chomskiana, especificamente apoiada no modelo de Princípios e Parâmetros e no programa Minimalista. Tomando um *corpus* diacrônico do PE e do PB composto por peças de teatro, a autora revela os seguintes padrões diacrônicos de estruturação das Interrogativas de Conteúdo:

Português Europeu Clássico (PEC) (séculos XVI-XVIII)	QVS	Que é o que			
Português Europeu Moderno (PEM) (séculos XIX-XX)	QVS	/	Qu é que		
Português Brasileiro Moderno (PBM) (séculos XIX-XX)	/	/	Qu é que	QSV	Qu- <i>in-situ</i>

Quadro 13: Diacronia das Interrogativas de Conteúdo no PE e PB (cf. LOPES-ROSSI, 1996, p. 06)

Segundo a autora, no português europeu clássico (PEC), predominam Interrogativas de Conteúdo com Sujeito vazio (cf. (208)) e, naquelas em que o Sujeito vem expresso, este permanece em posição pós-verbal (cf. (209)). A ocorrência em (210), em que uma estrutura de focalização (*é o que*) é usada junto ao constituinte interrogativo, é, apesar de sua baixa frequência, um terceiro tipo observado nesse período do PE pela autora.

(208) QV: **Onde deixais a boiada e as vacas**, Mofina mendez? (Gil Vicente, séc. XVI)

(209) QVS: **Que dizeis vós**, Humildade? (Gil Vicente, séc. XVI)

(210) Qu é o que: Sobrinho desalmado, **que é o que fizeste?** (Judeu, séc. XVIII)
(cf. LOPES-ROSSI, 1996, p. 40-42)

A partir da análise dos dados do português europeu moderno (PEM), Lopes-Rossi (1996) afirma que as interrogativas QV (cf. (211)) e QVS (cf. (212)) se mantiveram exatamente com as mesmas características sintáticas observadas no período do PEC e, além

(215) QSV: Onde ele foi? (Garret, II metade do século XX)

(216) Sair para onde? (Garret, II metade do século XX)

(cf. LOPES-ROSSI, 1996, p. 05)

Lopes-Rossi (1996) lança análises e considerações muito interessantes acerca do comportamento diacrônico das Interrogativas de Conteúdo no português, que podem contribuir em boa medida com as propostas desta pesquisa. Entretanto, no que tange ao PB, os dados aqui analisados apontam para mais um fato não abordado totalmente por Lopes-Rossi (1996): embora o padrão QSV domine o cenário linguístico do PB, o padrão QVS não deixa de existir; ao contrário, ele se preserva no sistema linguístico restringindo-se a alguns contextos morfossintáticos, determinado pelo tipo de verbo. Podemos, portanto, com base nos nossos dados do PB, reelaborar o quadro proposto por Lopes-Rossi (1996):

Português Europeu Clássico (PEC) (séculos XVI-XVIII)	QVS	Que é o que			
Português Europeu Moderno (PEM) (séculos XIX-XX)	QVS	/	Qu é que	Qu- <i>final</i>	
Português Brasileiro Moderno (PBM) (séculos XIX-XX)	QVS	/	Qu é que	Qu- <i>final</i>	QSV

Quadro 14: Diacronia das Interrogativas de Conteúdo no PE e PB revista

Para a caracterização da história das Interrogativas de Conteúdo no PB, partimos da ideia de que três fenômenos inovadores atingem o seu sistema: (i) a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração (cf. (217)), (ii) a possibilidade de clivar o constituinte interrogativo posicionado no campo inicial da oração por meio do expletivo *é que* (cf. (218)), e, por fim, (iii) a mudança na ordem do Sujeito em relação ao Verbo, isto é, o Sujeito, gradativamente, deixa de pospor-se ao Verbo e, assim, de ocupar a posição final da oração interrogativa (cf. (219)) para antepor-se a ele e, assim, ocupar o campo inicial da oração (cf. (220)).

- (217) ELZA - Um novo sequestro. E depois mais prisões, mais tortura, mais assassinatos. E até quando? **E tudo isso leva a quê?** A nada! (20TDGc)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M	P ^F
(217a)	e	tudo isso	leva	a quê

- (218) O proprietário. –**Por que é que a agência há de cobrar e eu não?** (19TAAa)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M	P ^{pós}
(218a)	por que	é que	a agência	há de cobrar	e eu não

- (219) OUTRO – **Quanto lhe deve a sociedade?** (20TJCa)

	P ^I	P ^{M-1}	P ^M	P ^F
(219a)	quanto	lhe	deve	a sociedade

- (220) **Onde a desgraça nos tem?** (19TAAa)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^{M-1}	P ^M
(220a)	onde	a desgraça	nos	há de cobrar

5.1. Ordenação de constituintes em Interrogativas de Conteúdo na história do PB

Na primeira metade do século XIX, os dados de peça de teatro evidenciam que a ordem do constituinte interrogativo era preferencialmente inicial (cf. (221)) e que o Sujeito, quando expresso, ocupava, preferencialmente, a posição pós-verbal (cf. (222)).

- (221) Aninha - Nem vintém! **Então o que fez do dinheiro?** É assim que me ama? (19TMPa)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M	P ^{M+1}
(221a)	então	o que	fez	do dinheiro

- (222) Manuel João - Amanhã de madrugada. Este amigo dormirá trancado naquele quarto. **Donde está a chave?** (19TMPa)

	P ^I	P ^M	P ^F
(222a)	donde	está	a chave

Portanto, a tendência, no PB da primeira metade do século XIX, é a de posicionar o constituinte interrogativo focal em P^I e, quando expresso, o Sujeito tópico em P^F (cf. (222)). O

posicionamento do Sujeito em P^F , quando o constituinte interrogativo já está em P^I , manifesta uma estratégia em equilibrar a oração em relação aos constituintes marcados pragmaticamente, ou melhor, com um estatuto pragmático saliente: em vez de concentrá-los em uma única margem da oração (esquerda ou direita), pesando, dessa forma, uma das periferias oracionais, tende-se a balanceá-los de forma a manter um equilíbrio em termos informacionais: Foco em P^I , Tópico em P^F .

Entretanto, nesse mesmo período, algumas alterações nesses padrões já são evidenciadas pela ocorrência de um caso de interrogativa com constituinte interrogativo em posição final (cf. (223)) e um caso de interrogativa com o sujeito em posição pré-verbal (QSV; cf. (224)).

- (223) Juiz - **Envergonhar-me de quê?** O senhor ainda está muito de cor. Aqui para nós, que ninguém nos ouve, quantos juizes de direito há por estas comarcas que não sabem aonde têm sua mão direita, quanto mais juizes de paz... E além disso, cada um faz o que sabe. (*Batem.*) Quem é? (19TMPa)

	P^M	P^{M+1}	P^F
(223a)	envergonhar	me	de quê

- (224) MARICOTA, *retirando-se da janela* – **O que tu estás a dizer**, Chiquinha?
CHIQUINHA – Eu? Nada. (19TMPb)

	P^I	P^{I+1}	P^M
(224a)	o que	tu	estás a dizer

A possibilidade de antepor o sujeito nas Interrogativas de Conteúdo, fenômeno que atinge também as declarativas do PB na passagem do século XIX para o XX, faz com que a margem esquerda da oração fique ocupada por dois constituintes marcados pragmaticamente: o constituinte interrogativo focal, posicionado em P^I , e o Sujeito tópico, posicionado em P^{I+1} , o que descaracteriza a tendência em se equilibrar e balancear, na disposição linear na oração, os constituintes marcados pragmaticamente.

Sobre a mudança na disposição linear do sujeito em sentenças declarativas na história do PB, autores como Berlinck (1989) e Pezatti e Camacho (1997) trazem contribuições muito valiosas para o nosso estudo. Segundo Berlinck (1989), na passagem do século XVIII para o XX, há a diminuição de ocorrência de V SN, ou seja, da posposição do sujeito e, por oposição, o aumento de SN V, ou seja, da anteposição do sujeito. Para a autora, há um enrijecimento da ordem SV que passa a dominar aos poucos os contextos antes divididos com VS. Por trás da mudança nas sentenças declarativas, Berlinck (1989, p. 98) acredita que “a linha central desse processo se caracteriza pela passagem de uma orientação funcional para uma formal”, isto é, enquanto, primeiramente, a posição do SN era determinada por uma função discursiva, especificamente pelo estatuto informacional, num segundo momento, um fator de ordem formal se fortalece e assume tal papel: a natureza do verbo.

Já Camacho e Pezatti (1997) defendem que o PB é uma língua de ordem Sujeito-Verbo-Objeto (SVO), derivada diacronicamente do padrão P1 VSO, com colocação de sujeito em P1, de acordo com os princípios de ordenação PE4 e PE5, apresentados em Dik (1997a). PE4 prevê uma posição inicial P1 universalmente relevante, usada para propósitos especiais, incluindo a colocação de constituintes com função de Tópico ou Foco. De acordo com PE5, o Sujeito frequentemente ocupa a posição P1, uma vez que é o candidato primário a Tópico. Isso leva à reinterpretação de P1 como posição não-marcada para o sujeito. Esse processo de reinterpretação produz um novo padrão SVO e desencadeia a criação de uma nova posição P1, já que essa posição é universalmente relevante, resultando então o padrão P1 SV(O), conforme demonstra (225).

- (225) hoje isso não existe (cf. PEZATTI & CAMACHO, 1997, p. 203)
 P1 S V

Em estruturas interrogativas, essa possibilidade de se posicionar o Sujeito tópico no campo inicial da oração faz com que ele se posponha ao constituinte interrogativo,

preenchendo assim o campo inicial da oração (cf. (226)). No século XIX, portanto, o PB, tanto em sentenças declarativas, como em interrogativas, passa a permitir que o campo inicial, isto é, a periferia direita da oração abrigue mais de um constituinte marcado pragmaticamente com as funções de Tópico ou Foco. As interrogativas com constituinte interrogativo em posição final, dessa forma, além de uma estratégia de ênfase, surgem como uma maneira de re-estabelecer o equilíbrio entre as margens da oração: sujeito tópico em P^I; constituinte interrogativo foco em P^F (cf. (227)).

(226) **O que os senhores** pretendem? (20TDGc)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^M
(226a)	o que	os senhores	pretendem
	Foco	Tópico	
	Q	S	V
	P^I		P^M

(227) E tudo isso leva **a quê?** (20TDGc)

	P ^{pré}	P ^I	P ^M	P ^F
(227a)	e	tudo isso	leva	a quê
		Tópico		Foco
		S	V	Q
		P^I	P^M	P^F

O uso de interrogativas com o constituinte interrogativo em posição final, ao longo dos séculos XIX e XX, expande seus contextos morfossintáticos de uso. No século XIX, tais interrogativas ocorriam com verbos não-finitos, especificamente no infinitivo (cf. (228)) ou com verbos finitos com sujeito nulo (cf. (229)).

(228) Eusébio. - Fazê **o quê?** (19TAAa)

	P ^M	P ^F
(228a)	fazê	o quê

(229) Tribofe. - Brigou **por quê?**... Isso em família é feio... (19TAAa)

	P ^M	P ^F
(229a)	brigou	por quê

No século XX, elas mantêm sua ocorrência com verbos não-finitos no infinitivo (cf. (230)) e verbos finitos com Sujeito nulo (cf. (231)), porém passam a ocorrer com outros dois contextos morfossintáticos: verbos não-finitos no gerúndio (cf. (232)) e verbos finitos com Sujeito expreso e posicionado no campo inicial da oração, especificamente em P^I (cf. (233)).

(230) Agir **como?** (20TDGa)

	P ^M	P ^F
(230a)	agir	como

(231) Devendo **o quê?!** (20TDGa)

	P ^M	P ^F
(231a)	devendo	o quê

(232) Tava **onde?** (20TDGc)

	P ^M	P ^F
(232a)	tava	o quê

(233) Você vai **pra onde?** (20TDGa)

	P ^I	P ^M	P ^F
(233a)	você	vai	pra onde

É esse último contexto que evidencia bem como a possibilidade de se posicionar o constituinte interrogativo em posição final resgata o equilíbrio entre as margens da oração ao posicionar o Sujeito, com função pragmática de Tópico, no campo inicial ou margem esquerda da oração. Exemplos como em (233), nos dados analisados, só são encontrados na segunda metade do século XX, momento em que, conforme aponta Berlinck (1989), a ordem SV se enrijece no PB.

Portanto, pode-se visualizar o seguinte caminho de mudança envolvendo a ordenação de constituintes em sentenças interrogativa do PB:

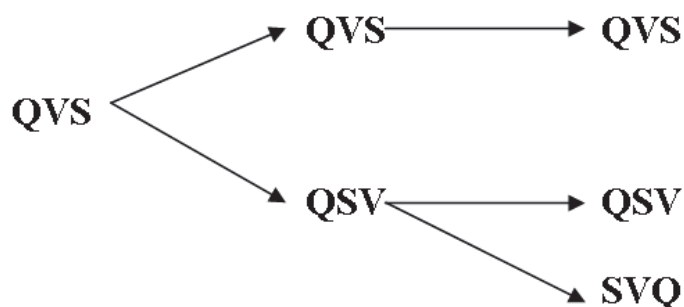


Figura 12: Mudanças nos padrões de ordenação das Interrogativas de Conteúdo no PB

Além do português (cf. DIK, 1981; LOPES-ROSSI, 1996; CAMACHO E BRENTAN, 2002), no búlgaro (cf. STANCHEV, 1997) e no espanhol (CONTRERAS, 1999; VIDAL, 1999; ZUBIZARRETA, 1999) parece ser bastante recorrente essa tendência em se equilibrar ou balancear, na disposição entre as margens da oração, os constituintes de natureza pragmática marcada.

Dik (1981), seguindo os princípios da GF, propõe o seguinte padrão de ordenação para o português: P2, P1 S_a V S_b O, P3. P2 e P3 são posições reservadas a constituintes extraoracionais, especificamente para constituintes com função de Tema e Antitema, respectivamente. P1 é reservada aos constituintes com função de Foco ou Tópico. Segundo o autor, esse padrão funciona bem para o padrão de ordenação em Interrogativas de Conteúdo uma vez que, quando um constituinte não sujeito é questionado e posicionado em P1, o sujeito não pode aparecer em posição pré-verbal (cf. (234)).

- (234) Que comprou Alberto? (QVS)
 *Que Alberto comprou? (QSV)

(cf. DIK, 1981, p. 175)

Certamente, Dik (1981) lida com dados do PE, já que o padrão QSV, conforme se demonstra ao longo deste trabalho, é bastante comum e produtivo no PB. Tal análise do autor vai de encontro às considerações de Lopes-Rossi (1996) a respeito do PEM.

Lopes-Rossi (1996), ao lidar com dados do PEM, não observa ocorrências de QSV, ou seja, casos de Interrogativas de Conteúdo com o sujeito anteposto ao verbo e seguindo o constituinte interrogativo. Além disso, nas peças de teatro, dados de interrogativas com o constituinte em posição final são nulos e, nos dados de língua falada, elas aparecem com um percentual muito baixo. Segundo a autora, esses dois tipos de construção (QSV e SVQ) surgem no PBM a partir de uma mudança paramétrica.

É partindo dessas considerações de Dik (1981) e Lopes-Rossi (1996) que acreditamos que a ordem final do constituinte interrogativo se origine a partir da mudança na disposição oracional do sujeito, o que afeta os padrões de ordenação de construções interrogativas com constituinte interrogativo em posição inicial. Essa alteração de padrões, conforme destacamos acima, está calcada na tendência em se equilibrar, na disposição quanto às margens da oração, os constituintes marcados pragmaticamente. Uma primeira pista para a relevância dessa tendência nos é evidenciada a partir das considerações dos dois autores a respeito dos padrões de ordenação do sujeito em Interrogativas de Conteúdo do PE.

Para Dik (1981), conforme já foi explicitado, uma sentença interrogativa em que o constituinte interrogativo e o sujeito ocupam a margem esquerda da oração é agramatical para o português (europeu).

No PB, essa tendência é constatada por Camacho e Brentan (2002) ao analisarem sentenças interrogativas como (235) abaixo e verificarem que a ocorrência do constituinte interrogativo em posição final é motivada pelo fato de, no campo inicial da oração, já haver um constituinte com função pragmática de Tópico (*a passagem*); dessa forma, não é possível que o campo inicial abrigue o constituinte interrogativo focal, que vai para o final da oração.

(235) L2 por exemplo... a passagem você comprava **como**?

(cf. CAMACHO & BRENTAN, 2002, p. 104)

	P ^{pré}	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^F
(235a)	por exemplo	a passagem	você	comprava	como

Ao analisar a ordenação de constituintes em sentenças declarativas e interrogativas do búlgaro de acordo com os postulados da GF, Stanchev (1997) acredita ser razoável postular, além da P1, mais duas posições intraoracionais pragmaticamente salientes, P4 e P0 (cf. (236)).

(236) P2{Tema}P2, P1{Tópico/Foco}P1 P4{Foco}P4 V P0{Foco/Tópico}P0, P3{Atitema}P3

Com base nesse padrão apresentado em (236), Stanchev (1997) prevê as seguintes regras e tendências de ordenação para o búlgaro:

- (i) P1 é a posição não-marcada para constituintes tópicos e a marcada para constituintes focais;
- (ii) P4 é uma posição especial usada para assinalar Foco a constituintes pré-verbais quando P1 já está ocupada por algum constituinte tópico;
- (iii) P0 é geralmente empregada para constituintes com função de Foco ou Tópico Novo.
- (iv) Tópico e Foco podem ser balanceados nos dois pólos opostos da expressão cujo pivô é o predicado verbal, sendo que Tópico tende a posicionar-se no início e Foco no final: Tópico – V – Foco. É possível, também, haver a ordem reversa (Foco – V – Tópico) ou, até mesmo, a realização de ambos em posição pré-verbal: Tópico – Foco – V;

Em (iv), observamos que Stanchev (1997) defende haver, no búlgaro, uma tendência em se equilibrar, na disposição entre as margens oracionais, os constituintes aos quais se atribuem funções pragmáticas, o que também defendemos para o PB. Além do PB, do PE e do búlgaro, essa tendência pode ser percebida em dados do espanhol.

Vidal (1999, p. 3951) defende que o traço mais típico das Interrogativas de Conteúdo no espanhol é o aparecimento do constituinte interrogativo em posição inicial e a subsequente

inversão da ordem sujeito/verbo (cf. (237)). Segundo a autora, tais fenômenos derivam da necessidade de delimitar o âmbito do constituinte interrogativo e de caracterizá-lo como Foco.

- (237) a. ¿**Quién** escribió ese libro?
 b. ¿**Qué** compró **Pedro**?
 c. ¿**A quien** le dio **Pedro** ese dinero?
 d. ¿**Dónde** vive **María**?
 e. ¿**Cuándo** visitó **Juan** a sus padres?
 f. ¿**Cómo** solucionó **Pedro** el problema?

(cf. CONTRERAS, 1999, p. 1939)

Segundo Contreras (1999), no espanhol, o complexo verbal deve seguir diretamente o constituinte interrogativo, assim como em búlgaro, em que há uma tendência de máxima contiguidade entre constituinte interrogativo e verbo (cf. STANCHEV, 1987; 1997). Conforme afirma o autor, nenhum elemento, como sujeito e complementos variados, pode intervir entre o constituinte interrogativo e o verbo, com o risco de a sentença interrogativa tornar-se agramatical (cf. (238)).

- (238) a. *¿Qué libros *Juan* compró ayer?
 b. *¿Qué libros *a su amigo* le ofreció Pedro?
 c. *¿A *quién esos libros* se los dio Juan?
 d. *¿Cuándo *tu padre* te visitó?
 e. *¿Cuándo *en ese país* viviste?
 f. *¿Dónde *tus amigos* viven?
 g. *¿Dónde *los libros* (los) compraste?
 h. *¿Cómo *María* llegó a la fiesta?

(cf. CONTRERAS, 1999, p. 1940)

Os dados dispostos em (237) e (238) mostram que no espanhol, quanto à disposição do constituinte interrogativo e do sujeito em Interrogativas de Conteúdo, há, também, uma tendência em se equilibrar, na disposição nas margens oracionais, esses constituintes marcados pragmaticamente com a função de Foco e Tópico, respectivamente.

Uma exceção, conforme demonstra Contreras (1999), é encontrada no espanhol do Caribe: o sujeito, quando pronominal, em Interrogativas de Conteúdo, deve preferencialmente anteceder o verbo (cf. (239)), o que pode ser explicado pela complexidade estrutural do item.

- (239) a. ¿Qué tú quieres?
 b. ¿Cuándo él fue a la fiesta?

Portanto, ao citar exemplos e análises do PE, do espanhol e do búlgaro, buscamos demonstrar que essa tendência em se equilibrar as margens da oração em relação aos constituintes marcados pragmaticamente, principal motivação que acreditamos estar por trás do surgimento das interrogativas com constituinte interrogativo em posição final, também já foi atestada em trabalhos anteriores em outras línguas.

5.2. A clivagem do constituinte interrogativo numa abordagem diacrônica

Longhin (1999), ao analisar diacronicamente as sentenças clivadas do português, desde o século XIII até o século XX, parte da hipótese de que as clivadas teriam surgido a partir da gramaticalização de construções já existentes na língua, especialmente de construções relativas. Para a autora, alguns exemplos diacrônicos permitem ora uma leitura de clivagem, ora a leitura de relativa comum (cf. (240)) e, algumas vezes, estruturas como *ser* + *constituente* + *que* desempenham um sentido que não o de realçar, enfatizar ou focalizar um determinado constituinte (cf. (241)). Em (240), conforme propõe Longhin (1999), se eliminar a consecutiva *tam triste que se fizesse alguma infinta*, a leitura de clivagem fica evidente. Já em (241), a estrutura *cópula* + *nome* + *que*, como aponta a autora, não apresenta as propriedades de uma construção clivada, mas pode ser uma estrutura que tenha dado origem a elas.

- (240) E esto a confortava que era elle cavalleiro mancebo e, por aquesto o cuidaria acabar mais toste seu desejo. Mas **era em seu cora[ç]om tam triste que se fizesse alguma infinta, que queria amar, que lhe seria a mal teudo, se lho soubessem** (século XIII; *A Demanda do Santo Graal*).

- (241) Ca certas esta aventura nom e senam por vos ‘Non sei’, disse el, ‘mas esto bem querria que meu Deos outorgasse, que **é cousa que de mui grado querria saber**’ (século XIII; *A Demanda do Santo Graal*).

(cf. LONGHIN, 1999, p. 88-89)

Segundo Longhin (1999), relativas como em (240) e estruturas como as apontadas em (241), por meio de um processo de gramaticalização, alteram suas fronteiras e propriedades sintáticas e tornam-se adequadas a funções de natureza mais comunicativa ou interacional, como a de realçar constituintes, o que dá origem às sentenças clivadas.

Conforme demonstram os dados coletados pela autora, as Pseudoclivadas (cf. (242)) e as Pseudoclivadas invertidas (cf. (243)) foram as primeiras alternantes clivadas a aparecer, sendo que a primeira surgiu no século XIV, e a segunda, no século XV.

(242) E elle hya em hua carreta que tiravam duas mullas muy nobres e a carreta era tam nobremente feita que muito de maravilhar, ca em ella nom avya fuste ne ferro **e a mais refece cousa que ella era assy eram ossos de madffym** (Século XIV; *Crônica Geral de Espanha de 1344*)

(242') (...) e a carreta era tão nobremente feita que era de se maravilhar, nela não havia fuste nem ferro e a coisa mais miserável que havia nela eram ossos de marfim.

(243) Mas **o erro que fazeys he o que me da payxam**
oulhay quanto me deueis
nefta foo fatiffaçam. (Século XV; *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*)

(243') Mas o erro que fazeis é o que me dá paixão: olhe quanto me debes nesta só satisfação.
(cf. LONGHIN, 1999, p. 95-99)

Com base em Givón (1979), para quem as construções clivadas do inglês teriam sua origem a partir da sintaticização de estruturas discursivo/paratáticas/pragmáticas, condensados sob o mesmo contorno entoacional e com a eliminação progressiva dos traços morfológicos da oração e da cópula *ser*, Longhin (1999) defende que as Construções Clivadas (cf. (244)) e as Construções É QUE (cf. (245)) teriam emergido a partir das Construções Pseudoclivadas invertidas. Tal processo é demonstrado pela autora por meio dos esquemas em (246). Segundo a autora, é no século XVII que as formas Clivadas, Pseudoclivadas e Construções É QUE se implementam na língua portuguesa de forma a constituir seu sistema linguístico.

(244) Porque os creados dos talentos ao longe do rey **he que** melhor fe experimentaõ (século XVII; *Serman da Dominga*)

(244') Porque os criados de talentos ao longe do rei é que melhor se exprimem.

(245) **É** Sacatrapo em pessoa, **que** te vem trazer um recado de Jason. (século XVIII; *Os encantos de Medeia*)

(cf. LONGHIN, 1999, p. 107-109)

- | | | | |
|----------|--|---|--|
| (246) a. | o erro que fazeys [he o que] me da payxam
o erro que fazeys [he Ø que] me da payxam
o erro que fazeys <u>he que</u> me da payxam | ↓ | PC-INV
perda de morfologia
Construção É-QUE |
| b. | o erro que fazeys [he o que] me da payxam
o erro que fazeys [he Ø que] me da payxam
↑
<u>he</u> o erro que fazeys <u>que</u> me da payxam | ↓ | PC-INV
perda de morfologia &
movimento sintático
CLIV
(cf. LONGHIN, 1999, p. 99-100) |

Acreditamos que o desenvolvimento diacrônico das clivadas, conforme demonstra Longhin (1999) para as sentenças declarativas, esteja muito ligado à implementação desse tipo de estrutura em sentenças interrogativas. Lopes-Rossi (1996), no século XVII e XVIII do PE, encontra exemplos de interrogativa cujo constituinte interrogativo, em posição inicial, vem acompanhado de uma estrutura semelhante às Pseudoclivadas invertidas (cf. (247)).

- (247) a. que é o que fez durar tão pouco em seu principado senão a tacaheza?
b. Sobrinho desalmado, que é o que fizeste?
c. Que é o que quer?

(cf. LOPES-ROSSI, 1996, p. 42)

Embora Lopes-Rossi (1996) procure demonstrar, em sua tese, que tais construções constituem outro tipo de estratégia de focalização diferente da clivagem, neste trabalho, optamos por, seguindo Longhin (1999) e Braga (2009), trabalhos mais recentes de orientação funcionalista, considerar tais construções como uma das formas variantes da clivagem: a Pseudoclivada invertida. Dessa forma, é possível que as Interrogativas de Conteúdo clivadas por meio de *é que* tenham seguido o mesmo percurso diacrônico das Construções É QUE

demonstrado por Longhin (1999): por meio de um processo de sintaticização, com a perda de traços morfológicos, a Pseudoclivada invertida passa a clivar o constituinte interrogativo por meio de uma Construção É QUE, conforme se esquematiza em (248) abaixo.

(248)	Sobrinho desalmado, que [é o que] fizeste?	↓	Interrogativa + PC-INV
	Sobrinho desalmado, que [é Ø que] fizeste?		Perda de traços morfológicos
	Sobrinho desalmado, que <u>é que</u> fizeste?		Interrogativa + Const. É QUE

Segundo Lopes-Rossi (1998), a clivagem em estruturas interrogativas pode ter outra origem. Para tanto, a autora se utiliza das conclusões de Martins (1994 *apud* LOPES-ROSSI, 1998) que apontam, no PE, uma mudança na colocação dos clíticos, decorrência de uma mudança nas estruturas de focalização. Por exemplo, na frase “El Rey o mandou”, a colocação do sujeito focalizado no início da oração e a próclise do clítico eram observadas até o século XVII. Se o sujeito não era focalizado, ocupava a posição pós-verbal. No século XVIII, Martins (1994 *apud* LOPES-ROSSI, 1998) afirma que o decréscimo de próclises está relacionado à pouca produtividade das construções de focalização, o que, no PEM, está praticamente ausente. Isso leva a duas hipóteses: (i) a topicalização em português nasceu de uma reanálise das construções de focalização e (ii) a clivagem surgiu como uma estratégia adicional de marcação de foco no momento em que se processou a reanálise nas estruturas de focalização. Martins (1994), então, argumenta que é nesse contexto que se justifica uma construção marcada como “(foi) El Rey (que) o mandou”. A proposta de Lopes-Rossi (1996) acerca do surgimento da clivagem em português se mostra bastante interessante; entretanto, para se investigar tal hipótese, deveríamos lidar com dados que remontam aos primórdios da língua portuguesa e, dessa forma, expandir nossa atenção para o PE, o que não é o nosso foco.

Voltando ao PB, com os dados aqui analisados, encontramos somente casos de Interrogativas de Conteúdo com constituinte clivado por meio do expletivo *é que*. A clivagem do constituinte interrogativo por meio de *é o que* (Pseudoclivagem invertida) não foi

constatada no *corpus*, e a por meio de *que* (Construção QUE) só foi constatado no *corpus* de língua falada.

Ao analisar a evolução da ordem VS para SV em Interrogativas de Conteúdo, Duarte (1992, p. 49) conclui que “tal mudança se inicia timidamente juntamente com o aparecimento do expletivo *é que* a partir da segunda metade do século XIX”. Em nossos dados, é a partir da primeira metade do século XIX que encontramos ocorrências de clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial por meio o expletivo *é que* (cf. (249) a (252)).

(249) Aninha - **Mas então o que é que há lá tão bonito?** (19TMPa)

	p ^{pré}	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^{M+1}	P ^{M+2}
(249a)	mas então	o que	é que	há	Lá	tão bonito

(250) Aninha - ***Quando é que você pretende casar-se comigo?*** (19TMPa)

	P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M	P ^{M+1}
(250a)	quando	é que	você	pretende	casar-se comigo

(25) Aninha - Minha mãe, ***pra que é que mandam a gente presa para a cidade?*** (19TMPa)

	p ^{pré}	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^{M+1}	P ^{M+2}	P ^{M+3}
(251a)	minha mãe	pra que	é que	mandam	a gente	presa	para a cidade

(252) Maria Rosa - ***E quando é que eu não hei-de perdoar-te? Não sou tua mãe?*** (*Abraçamse.*) (19TMPa)

	p ^{pré}	P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M	P ^{M+1}
(252a)	e	quando	é que	eu	hei-de perdoar	Te

Defendemos, acima, que a presença do expletivo “é que” funciona como uma estratégia de ênfase, ou melhor, corresponde, no Nível Interpessoal, a um operador enfático do Subato Referencial que se deseja salientar, no caso das Interrogativas de Conteúdo, o constituinte interrogativo de forma a chamar a atenção do Ouvinte. Tal análise também se aplica às interrogativas com constituinte interrogativo em posição final à medida que a manutenção do constituinte interrogativo em posição final permite a construção de uma

estrutura diferente, o que chama a atenção do Ouvinte, e, além disso, licencia a aplicação de uma tonicidade ao constituinte interrogativo, reflexo da atribuição de ênfase ao Subato interrogado no Nível Interpessoal. Portanto, as duas formas que começam a apontar na primeira metade do século XIX na estrutura das Interrogativas de Conteúdo são estratégias de atribuição de Ênfase.

A perda de traços morfossintáticos da estrutura *cópula ser + que* ao longo dos séculos analisados para o PB mostra bem a implementação da clivagem nas Interrogativas de Conteúdo. No século XIX, os dados revelam a presença de material interveniente entre a cópula e o complementizador *que*, como o item *então* no exemplo (253), e, além disso, normalmente a cópula varia em tempo de acordo com o tempo em que o verbo ou a locução verbal da interrogativa está. Na verdade, no século XIX, pode-se perceber a seguinte correlação: se o verbo da interrogativa está no passado, a cópula vai para o pretérito perfeito do indicativo (cf. (254)); se, porém, o verbo está no presente ou no futuro, a cópula está conjugada no presente do indicativo (cf. (255) e (256)).

(253) Gouveia. - **Quem foi então que o senhor encontrou aos beijos?** (19TAAa)

(254) João Caetano: **Que foi que aconteceu**, minha senhora? (19TAAa)

(255) O proprietário. – Ora essa! **Por que é que a agência há de cobrar e eu não?** (19TAAa)

(256) [...] "Cor"... Branca. "Defeitos físicos"... "Cego"... Não sou. "Surdo-mudo"... Deus me livre! "Surdo"... Credo! "Idiota"... (*Encara Albino.*) **Por que é que olhas para mim?** Então eu sou idiota? (19TAAb)

Dessa forma, podemos perceber que, nas Interrogativas de Conteúdo do século XIX, o expletivo *é que* não está totalmente gramaticalizado, uma vez que pode sofrer variação modo-temporal e apresentar material interveniente entre a cópula *ser* e a partícula *que*. Um traço morfossintático, entretanto, evidencia já um início de gramaticalização desse tipo de estrutura:

ela não varia em número e nem em pessoa, permanecendo, sempre, na terceira pessoa do singular. Segundo Braga (2009, p. 181):

A restrição à variação sugere que a expressão *É QUE* está constituindo um todo amalgamado, imune à correlação modo-temporal, à concordância número-temporal e à interferência de material linguístico entre os dois itens que a integram. Segue, portanto, que a expressão *É QUE* está se gramaticalizando como uma locução sinalizadora de foco e que os segmentos vinculados por ela não constituem uma estrutura bioracional.

Tal gramaticalização da expressão *É QUE* em Interrogativas de Conteúdo do PB é percebida nos dados do século XX. Já não se encontra mais, nesse período, material interveniente na expressão, porém alguns casos de correlação modo-temporal ainda são encontrados. Há casos em que a cópula *ser* se conjuga no pretérito imperfeito do indicativo (cf. (257)), o que não havia sido constatado no século XIX. Mas os casos que mais mostram esta integração da estrutura *É QUE* são aqueles em que a correlação modo-temporal com o verbo da interrogativa não ocorre mais, como em (258) abaixo.

(257) JUSTINO – Também, **que era que eles tinham de sair tão cedo?** (20TDGa)

- (258) a. Onde é que você esteve? (20TDGa)
 b. Onde é que você foi? (20TDGa)
 c. TÂNIA - Bobagem. **Quem é que não mudou?** Tudo mudou. (20TDGc)
 d. GERENTE – **Que é que você queria?** Ser o dono da agência? (20TDGc)

Com os dados de língua falada, percebemos melhor como esta estratégia de ênfase por meio da clivagem está se gramaticalizando no PB: é somente na modalidade oral que ocorre a clivagem do constituinte interrogativo por meio do expletivo *que* (cf. (259)). Segundo Braga (2009), o item *que* abandona suas propriedades conectoras e passa a funcionar como um marcador gramatical de foco, ou, no caso da Interrogativas de Conteúdo, um marcador gramatical de ênfase. Além disso, há a perda da cópula e, portanto, de traços morfológicos, caminhando, dessa forma, num processo de sintaticização, conforme demonstra (260) abaixo.

- (259) a. **que que eu vou dizer sobre o cumprimento?...né?** (PA-DID-45)
 b. e você **por que que você fez?** (SP-D2-360)
 c. **o que que a senhora faz primeiro?** (SP-DID-234)
 d. **qual que seria o material?...que levaria ahh?** (SA-DID-231)
- (260) Sobrinho desalmado, que [é o que] fizeste? Interrogativa + PC-INV
 Sobrinho desalmado, que [é Ø que] fizeste? Perda de traços morfológicos
 Sobrinho desalmado, que é que fizeste? Interrogativa + Const. É QUE
 Sobrinho desalmado, que [Ø que] fizeste? Perda de traços morfológicos
 Sobrinho desalmado, que que fizeste? Interrogativa + Const. QUE

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Focando as Interrogativas de Conteúdo, objetivamos analisar, neste capítulo, (i) a disposição do constituinte interrogativo e do Sujeito e (ii) a ocorrência de clivagem, por meio dos expletivos *é que* ou *que*, nesse tipo de estrutura interrogativa. Para tanto, traçamos um estudo diacrônico desse fenômeno linguístico para acompanhar, de certa forma, as mudanças linguísticas que atingiram o seu sistema de estruturação. Num estudo com dados de língua falada, observamos melhor o encaixamento das mudanças que defendemos ocorrer ao longo da história das Interrogativas de Conteúdo do PB.

Primeiramente, determinamos a natureza semântica do constituinte interrogativo e suas implicações para a codificação morfossintática e fonológica desse constituinte. Em segundo lugar, caracterizamos a natureza pragmática do constituinte interrogativo, o qual, no Nível Interpessoal, corresponde a um Subato Referencial com a função pragmática de Foco, e observamos que tal natureza licencia seu posicionamento no campo inicial ou final da oração, sendo que, no campo final, ao Subato interrogativo, aplica-se o operador enfático, codificado fonologicamente, no Nível Fonológico, por meio de um acento tônico.

Por sua vez, o Sujeito, quando expresso em interrogativas parciais, corresponde a expressões de uso dêitico ou fórico, o que mostra a sua natureza tópica, ou melhor, no Nível Interpessoal, corresponde a um Subato Referencial com a função pragmática de Tópico. Por fim, destacamos a natureza enfática da clivagem nessas estruturas, ou melhor, seu

funcionamento como um operador enfático aplicado ao Subato Referencial interrogativo pelo Falante para chamar a atenção de seu Ouvinte para o que está sendo interrogado.

A nosso ver, esses diferentes fenômenos que se manifestam ao longo da história do PB nas Interrogativas de Conteúdo estão, de certa forma, interligados: a ocorrência da clivagem por meio do expletivo *é que* e a anteposição do Sujeito implementam-se, nas estruturas interrogativas, assim como acontece nas sentenças declarativas; já a posição final do constituinte interrogativo é um reflexo da implementação desses outros dois fenômenos que atingem as estruturas interrogativas, principalmente da mudança da ordem VS para SV.

A possibilidade de se posicionar o constituinte interrogativo no campo final da oração decorre da mudança quanto à ordenação do Sujeito, que deixa de pospor-se ao Verbo e, assim, ocupar o campo final da oração para antepor-se a ele e, assim, ocupar o campo inicial da oração. Essa necessidade de o constituinte interrogativo ir para o campo final da oração configura uma estratégia de se equilibrar as margens da oração quanto aos constituintes marcados pragmaticamente, ou seja, há uma tendência, no PB, de se distribuir os constituintes marcados pragmaticamente entre as duas margens da oração de forma que uma não abrigue dois ou mais constituintes salientes.

Por fim, a clivagem, outra estratégia de ênfase do constituinte interrogativo, em posição inicial, apresenta um desenvolvimento similar às sentenças clivadas em orações declarativas, conforme mostra Longhin (1999). Seu percurso diacrônico, além de contar com uma perda gradual de traços morfossintáticos e uma gramaticalização crescente, aponta uma tendência de ocorrência com modificadores adverbiais, enquanto as interrogativas com constituinte interrogativo em posição final, expandindo seus contextos morfossintáticos de uso, especializam-se com constituintes em função de argumentos inativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Interrogativas de Conteúdo do PB, sua estrutura e sua história, no âmbito da linguística descritiva, têm despertado, principalmente, a atenção de formalistas de orientação chomskiniana (cf. DUARTE, 1992; MIOTO, 1989, 1994; SIKANSI, 1994; MIOTO E FIGUEIREDO SILVA, 1995; LOPES-ROSSI, 1996; KATO *ET AL*, 2002; KATO E MIOTO, 2005). A linguística funcional, por outro lado, pouco tem voltado sua atenção para essa estrutura linguística e para sua história, restando apenas algumas considerações encontradas em gramáticas descritivas como Neves (2000) e Castilho (2010). Recentemente, trabalhos como os de Pezzati e Fontes (2010), Oushiro e Nasser (2010), Araújo e Freitag (2010) e Oushiro (2011) mostram o interesse, dentro de um quadro teórico sociofuncionalista, em descrever e sistematizar usos, funções e forma das Interrogativas de Conteúdo no PB.

Na pesquisa aqui apresentada, analisamos, com base no funcionalismo de linha holandesa (cf. DIK, 1997a, 1997b; HENGVELD; MACKENZIE, 2008), a estrutura das Interrogativas de Conteúdo na história do PB com base em peças de teatro e cartas pessoais de duas sincronias diferentes: séculos XIX e XX. A investigação foi orientada pelo objetivo principal de se averiguar e demonstrar os condicionamentos discursivo-pragmáticos envolvidos na estruturação morfossintática das Interrogativas de Conteúdo, especificamente (i) na ordenação do constituinte interrogativo e do sujeito, já que ambos os constituintes podem ocupar ora a posição inicial, ora a posição final da oração, e (ii) na clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial por meio dos expletivos *é que* e *que*.

Além disso, com base nas considerações trazidas por Lopes-Rossi (1996), a respeito da sintaxe diacrônica das Interrogativas de Conteúdo, e por Oushiro (2011), que oferece uma análise variacionista para tal estrutura interrogativa, propomos a hipótese de que algumas

formas de estruturação das Interrogativas de Conteúdo consistem em fenômenos inovadores no PB. Na verdade, a ideia central da pesquisa diacrônica aqui desenvolvida é a de que o posicionamento do constituinte interrogativo em posição final e a clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial por meio de Construções *É QUE* e *QUE* são fenômenos inovadores no PB. Acreditamos que, ao final, esse trabalho traz as seguintes contribuições para o campo de estudos linguísticos.

Primeiramente, ao analisar os contextos de uso das estruturas interrogativas e, assim, atentar para a configuração do operador de identificabilidade atribuído ao constituinte interrogativo, que reflete a intenção do Falante ao usar a estrutura interrogativa e a função discursiva da Interrogativa de Conteúdo no dado contexto comunicativo, determinamos que as Interrogativas de Conteúdo podem ser usadas em três contextos diferentes que se definem a partir da conjugação de três fatores pragmáticos envolvidos na interação verbal: (i) aquilo que o Falante assume fazer parte de sua própria informação pragmática, (ii) aquilo que o Falante pressupõe estar ou não na informação pragmática de seu(s) Ouvinte(s) e (iii) a intenção comunicativa do Falante, em relação a seu(s) Ouvinte(s), com o uso da estrutura interrogativa. A partir desses critérios, definimos uma tipologia tripartida para as Interrogativas de Conteúdo: perguntas típicas, perguntas retóricas e perguntas meditativas.

As **perguntas típicas** consistem em pedidos de informação do Falante para o Ouvinte, isto é, o Falante, assumindo que uma determinada informação não faz parte de sua informação pragmática (-s), mas sim da de seu Ouvinte (+id), busca sanar tal lacuna informacional. Já com as **perguntas retóricas**, o Falante assume que a informação sob interrogação faz parte de sua informação pragmática, ou seja, é específica (+s) para si mesmo, porém não está disponível para seu Ouvinte, ou seja, não é identificável (-id) para o Ouvinte. Esse tipo de pergunta funciona como uma maneira de ativar ou acrescentar um determinado conhecimento na informação pragmática do Ouvinte, destacando uma informação para que o Falante aja

argumentativamente junto ao Ouvinte. Por fim, a informação sob interrogação pode estar ausente para ambos, Falante e Ouvinte, e a pergunta funciona como uma tentativa do Falante em expor suas dúvidas e/ou inquietações, colocando o Ouvinte no papel de testemunha, o que se denomina de **perguntas meditativas**.

Com essa tipologia, conseguimos mostrar que a tradicional e comum associação entre *interrogação e solicitação de informação* não dá conta da real funcionalidade das estruturas interrogativas, que podem servir a diversos propósitos comunicativos (cf. LYONS, 1997; VIDAL, 1999) e, assim, são marcadas por uma multifuncionalidade de usos (cf. OUSHIRO E NASSER, 2010; ARAÚJO E FREITAG, 2010; FONTES, no prelo). A natureza da interrogação, neste trabalho, é definida com base em uma característica comum a esses três contextos de uso das Interrogativas de Conteúdo: a ausência de uma informação no estado mental de pelo menos um dos participantes da interação verbal que provoque uma expressão verbal indiciária dessa ausência.

Com base no modelo gramatical em níveis e camadas da GDF proposto em Hengeveld e Mackenzie (2008), atentamos, em um segundo momento, para os diferentes mecanismos de estruturação das Interrogativas de Conteúdo. Demonstramos que esses estão condicionados a propriedades do Nível Interpessoal, ou seja, propriedades de ordem pragmática, o que confirma nossa hipótese central. Para tanto, analisamos as propriedades semânticas do constituinte interrogativo, isto é, suas categorias semânticas e seu estatuto como modificador, argumento ou predicado e explicitamos como essas propriedades semânticas são determinantes na expressão e na codificação, no Nível Morfossintático, desse constituinte, especificamente na seleção do pronome ou proadvérbio correspondente. Além disso, defendemos, com base na tipologia tripartida traçada, que esse constituinte interrogativo é uma informação nova e comunicativamente saliente em seu contexto de ocorrência, o que lhe

atribui, no Nível Interpessoal, a função pragmática de Foco, determinante na sua ordenação no campo inicial ou final da oração, no Nível Morfossintático.

A diferença entre uma interrogativa com constituinte em posição inicial e uma com constituinte em posição final está na atribuição de Ênfase no Nível Interpessoal: enquanto o constituinte em posição inicial é somente focal, o constituinte em posição final é focal e enfático. Portanto, as Interrogativas de Conteúdo com constituinte em posição final são construções enfáticas.

Essa mesma análise se aplica às Interrogativas de Conteúdo cujo constituinte interrogativo em posição inicial vem clivado por meio dos expletivos “é que” ou “que”: são construções também enfáticas, porém essa ênfase se manifesta de forma diferente. Enquanto nas interrogativas com constituinte interrogativo em posição final a ênfase é codificada no Nível Fonológico por meio da tonicidade, nas interrogativas clivadas há um recurso do Nível Morfossintático, os expletivos, para codificar tal matiz pragmático.

Quanto ao sujeito, observamos que, nas Interrogativas de Conteúdo, quando expresso, é uma informação dada e apresenta uma natureza dêitica ou fórica de forma a estabelecer uma relação entre o conteúdo que se evoca no ato interrogativo e o registro que gradualmente se constrói no Componente Contextual, o que mostra a aplicação da função pragmática de Tópico, determinante na sua ordenação inicial, pré-verbal, ou final, pós-verbal, na oração.

Por fim, no que tange à pesquisa diacrônica, defendemos que há três fenômenos inovadores no que tange aos mecanismos estruturais de construção e codificação das Interrogativas de Conteúdo: (i) a possibilidade de se antepor ao verbo o Sujeito, que ocupará a posição inicial da oração, (ii) a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo em posição final e (iii) a possibilidade de se clivar o constituinte interrogativo em posição inicial.

Parece razoável admitir, com base nos dados aqui analisados e nas considerações de Lopes-Rossi (1996), que a possibilidade de posicionar o constituinte interrogativo no campo

final da oração se implementou no PB concomitantemente à mudança que, gradativamente, atingiu o padrão de ordenação do sujeito em relação ao verbo (cf. BERLINCK, 1989; PEZATTI; CAMACHO, 1997). De certa forma, isso se reflete na alta produtividade das interrogativas com constituinte interrogativo em posição final no PB, enquanto, no PE, tal produtividade não se sustenta, já que interrogativas com constituinte interrogativo em posição final se restringem a contextos marcados (cf. LOPES-ROSSI, 1996; KATO; MIOTO, 2005). Tal conjunto de mudanças (com relação à disposição linear do sujeito e do constituinte interrogativo) sustenta a mudança paramétrica, que diferenciaria a gramática do PB da gramática do PE, defendida por diversos gerativistas (cf. TARALLO, 1996).

Tomando o padrão de ordenação oferecido por Hengeveld e Mackenzie (2008), e focando a saliência comunicativa que as posições marginais, especificamente P^I e P^F, apresentam, defendemos que as Interrogativas de Conteúdo com constituinte interrogativo em posição final derivam, diacronicamente, das Interrogativas de Conteúdo com constituinte interrogativo em posição inicial. O condicionamento para tal mudança se encontra na tentativa de se manter um equilíbrio na disposição oracional de constituintes marcados pragmaticamente e informacionalmente já que, com a possibilidade de se antepor o sujeito ao verbo, a margem esquerda, ou o campo inicial, da oração interrogativa passou a ser ocupada por dois constituintes marcados pragmaticamente: o constituinte interrogativo, um constituinte focal, e o sujeito, um constituinte tópico e, dessa forma, a margem esquerda da oração, especificamente o campo inicial, “pesaria” ao abrigar mais de um constituinte marcado pragmaticamente. O constituinte interrogativo, então, passaria a ocupar a posição final de forma a buscar um equilíbrio entre as duas margens da oração ocupadas por constituintes salientes em termos pragmáticos e informacionais. Um estudo com base em dados do PE e com base em dados do português arcaico (séculos XIII a XV) e moderno (séculos

XVI e XVII) nos ajudaria a mostrar melhor essa proposta de análise diacrônica para a estrutura das Interrogativas de Conteúdo do PB.

Por outro lado, os processos de sintaticização e morfologização descritos por Givón (1979) nos ajudam a descrever o desenvolvimento diacrônico da clivagem do constituinte interrogativo em posição inicial, que parece apresentar um desenvolvimento similar à clivagem em sentenças declarativas. Com base em Longhin (1999) e Lopes-Rossi (1996), propomos que a clivagem do constituinte interrogativo por meio da Construção É QUE tem sua origem na sintaticização e na perda de traços morfológicos das interrogativas clivadas por meio de Construções Pseudoclivadas Invertidas. Tal processo, que, de acordo com Givón (1979), é cíclico e contínuo, teria dado origem à clivagem do constituinte interrogativo por meio da Construção QUE, fenômeno típico da língua falada no PB. Novamente, um estudo que abrigasse outros períodos históricos do português nos ajudaria a confirmar tais idéias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, A. S.; FREITAG, R. M. K. 'Quem pergunta quer resposta' - Perguntas como estratégia de interação na escrita. *Via Litterae*, v. 2, p. 321-335, 2010.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, J. B. Questões discursivas na construção de *corpora* para estudos diacrônicos: análise de cartas. *Letra Magna*, ano 06, n. 12, 2010. Disponível em www.letramagna.com.
- BECHARA, E. *Moderna gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1977.
- BERLINCK, R. A. A construção V+SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- _____.; AUGUSTO, M. R.; SCHER, A. P. Sintaxe. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 207-244.
- _____.; BARBOSA, J. B.; MARINE, T. C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 2, p. 169-195, jul./dez. 2008.
- BRAGA, M. L. Construções clivadas no português do Brasil sob uma abordagem funcionalista. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.16, n.24, p. 173-196, 2009.
- BUTLER, C. S. Functionalist approaches to language. In: _____. *Structure and function: a guide to three major structural-functional theories*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003. p. 01-31.
- CAMACHO, R. G. Gramática, formalização e discurso. *Estudos Lingüísticos*, n. 35, São Paulo, p. 3-26, 2006. Disponível em www.gel.org.br.
- _____.; BRENTAN, P. F. C. Atribuição de foco: uma comparação entre o inglês e o português falado. *Alfa*, São Paulo, v. 46, p. 95-110, 2002.
- CARNEIRO, Z. O. N. Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico. *Tese* (Dourado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP/Campinas, 2005.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects and topics. In: LI, C. *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976. p. 26-55.
- _____. A natureza das perguntas. In: _____. *Significado e estrutura linguística*. Trad. de Maria Helena de Moura Neves, Odette E. L. A. de Souza Campos, Sonia V. Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. p. 323-363.
- CONTRERAS, H. Relaciones entre las construcciones interrogativas, exclamativas y relativas. In: BOSQUE, I. DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española*. v. 1. Madrid: Espasa Calpe, S. A., 1999, p. 4217 – 4244.
- DIK, S. C. The interaction of subject and topic in Portuguese. In: BOLKSTEIN, A. M.; COMBÉ, H. A.; DIK, S. C. DE GROOT, C.; GVOZDANOVIC, J.; RIJKSBARON, A.; VET,

C. *Predication and expression in Functional Grammar*. New York: Academic Press, 1981, p. 165-184.

_____. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. *The theory of functional grammar*. Part II: Complex and derived constructions. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

DUARTE, M. E. L. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas-Qu no português do Brasil. *DELTA*, vol. 08, n. Especial, p. 37-52, 1992.

FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. D. O. O par dialógico pergunta-resposta. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 133-166.

FONTES, M. G. As interjeições como Atos expressivos: uma análise das variedades lusófonas à luz da Gramática Discursivo-Funcional. *Domínios da Linguagem*. n. 7, 2010, p. 97-114 (disponível em: <http://dominiosdelinguagem.org.br/dominios/>).

_____. As interrogativas de conteúdo em elocuções formais do português brasileiro. *Guavira Letras*, no prelo.

_____; PEZATTI, E. G. Ordenação de constituintes em sentenças declarativas do português brasileiro. *Veredas* (UFJF. Online), v. 15, n. 1, p. 206-221, 2011a.

_____; PEZATTI, E. G. Atos discursivos interativos nas variedades do português falado. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 40, p. 153-167, 2011b.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

_____. *Syntax: an introduction*. vol. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2 ed. Londres: Edward Arnold, 1994.

HANNAY, M. The focus function in functional grammar: questions of contrast and context. In: DIK, S. C. (org.). *Advances in functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1983. p. 207-223.

_____. Pragmatic function assignment and word order variation in a Functional Grammar of English. *Working papers in functional grammar*, no. 38, 1990, p. 01-23.

HENGEVELD, K. Cohesion in Functional Grammar. In: CONOLLY, J. H.; VISMANS, R. M.; BUTLER, C. S.; GATWARD, R. A. *Discourse and pragmatics in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 01-16.

_____. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, N. de los A. (eds.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2004. p. 01-21.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. Gramática Discursivo-Funcional. Trad. de Marize Mattos Dall'Aglio Hattner, no prelo.

JUBRAN, C. C. S. Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 219-241.

_____.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (orgs.) *Para a história do português brasileiro*. Salvador, EDUFBA, tomo II, 2006.

KATO, M.; MIOTO, C. As interrogativas Q do português europeu e do português brasileiro atuais. *Revista da ABRALIN*, v. 4, Belo Horizonte, n. 1 e 2, p. 171-196, 2005.

KATO, M. A. *et al.* As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado: desenvolvimento*. Vol. VI. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

_____.; MARCUSCHI, L. A. Referenciação. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 381-399.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONOLLY, J. H.; VISMANS, R. M.; BUTLER, C. S.; GATWARD, R. A. *Discourse and pragmatics in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

LAURA, F. I. *A expressão do tema em português: do século XVII ao século XX*. São José do Rio Preto, 2003. Dissertação (mestrado em Análise Lingüística) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas.

LIONG, K. T. Questions in the quasi-productive mode of the Functional Grammar model. *Working papers in Functional Grammar*, Amsterdam, n. 68, 1999.

LYONS, J. *Semantics*. v. 02. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LONGHIN, S. R. *As construções clivadas: uma abordagem diacrônica*. Dissertação (mestrado em lingüística) - Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

LONGHIN-THOMAZI, S. R.; ILARI, R. Uma leitura hallidayiana das sentenças clivadas do português. *Alfa*, Araraquara, v. 44, p. 193-213, 2000.

LOPES-ROSSI, M. A. G. *A sintaxe diacrônica das interrogativas-Q do português*. Tese (doutorado em lingüística) – Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

_____. O surgimento das interrogativas com “é que” e das construções clivadas no Português. *Estudos Linguísticos*, São José do Rio Preto, v. 27, 1998, p. 705-709.

MACKENZIE, J. L. The basis of syntax in holophrase. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. *Functional Grammar and verbal interaction*. Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamins Publishing Company, 1998. p. 267-295.

_____. Content interrogatives in a sample of 50 languages. *Lingua*, In Press, Corrected Proof, Available online 10 July 2008.

MACKENZIE, J. L.; KEIZER, M. E. On assigning pragmatic function in English. *Working papers in functional grammar*, no. 38, 1990, p. 01-33.

- MARTÍNEZ CARO, E. Parallel focus in English and Spanish: evidence from conversation. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. *Functional Grammar and verbal interaction*. Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamins Publishing Company, 1998. p. 215-242.
- MARTINS, N. S. *História da língua portuguesa: século XIX*. vol. V. São Paulo: Ática, 1988.
- MATTOS E SILVA, R. S. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MIOTO, C. Construções interrogativas: elementos para uma análise do português do Brasil. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 17, p. 39-64, 1989.
- _____. As interrogativas no português brasileiro e o critério WH. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 19-33, 1994.
- _____; FIGUEIREDO SILVA, M. C. WH QUE = WH É QUE? *DELTA*, São Paulo, v. 2, n. 11, p. 301-311, 1995.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1986.
- NEVES, M. H. M. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa – Revista de Linguística*. São Paulo, n. 38, p. 109-127, 1994.
- _____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- _____. A referência e sua expressão. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. Descrição, história e aquisição do português brasileiro. São Paulo: Pontes/FAPESP, 2007. p. 241-277.
- OUSHIRO, L. Condicionamento discursivo-pragmático no uso variável de Interrogativas-Q. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, vol. 39, p. 628-639, 2010.
- _____. *Uma análise variacionista para as Interrogativas-Q*. Dissertação (Mestrado em Linguística). São Paulo, SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- OUSHIRO, L.; NASSER, J. A. O par pergunta-resposta em entrevistas sociolinguísticas. In: Congresso Internacional Linguagem e Interação II, 2010, São Leopoldo - RS. *Anais...* São Leopoldo: Casa Leiria, 2010.
- PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 1992.
- _____. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165-218.
- _____. A Gramática Discursivo-Funcional e o contexto. no prelo.
- _____; CAMACHO, R. G. Aspectos funcionais da ordem de constituintes. *D.E.L.T.A.*, v. 13, n. 2, p. 191-214, 1997.
- _____; FONTES, M. G. As interrogativas de conteúdo nas variedades do português falado. *Revista do GEL* (Araraquara), v. 07, p. 171-197, 2010.

- PINTO, R. M. *História da língua portuguesa: século XVIII*. vol. IV. São Paulo: Ática, 1988.
- PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.
- RIBEIRO, I. Sobre a perda da inversão do sujeito no português brasileiro. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. vol. 2. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 91-126.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1960.
- SANDMANN, A. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1993.
- SEARLE, J. R. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.
- SIKANSI, N. S. A estrutura das sentenças com pronome interrogativo no português brasileiro atual. *Dissertação* (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- SIMÕES, J.; KEWITZ, V. Traços lingüístico-discursivos em *corpora* do Português Brasileiro. *Estudos Linguísticos*, no. 35, p. 1018-1027, 2006.
- _____. Recortes temáticos e mapeamentos de Tradições Discursivas no corpus do PHPB. In: DA HORA, D.; SILVA, R. C. (orgs.). *Para a história do português brasileiro: abordagens e perspectivas*. v. VIII. João Pessoa: Idéia, 2010. p. 21-28.
- SOTO, U. *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Niterói: Ed. da UFF, 2007.
- SOUZA, E. R. F. Gramaticalização dos itens linguísticos *assim*, *já* e *aí* no português brasileiro: um estudo sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. *Tese* (Doutorado em Linguística) - IEL/UNICAMP, Campinas, 2009.
- STANCHEV, S. Some observations on the order of constituents in Bulgarian. In.: NUYTS, J.; SCHUTER, G. (orgs.). *Getting one's words into line: on word order and Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publication, 1987, p. 33-43.
- _____. Pragmatic functions and special sentence positions in Bulgarian. In.: CONOLLY, J. H.; VISMANS, R. M.; BUTLER, C. S.; GATWARD, R. A. (eds.). *Discourse and pragmatics in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997, p. 121-135.
- TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- TRAVAGLIA, L. C. O relevo no processamento da informação. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 167-215.
- VIDAL, M. V. E. Los enunciados interrogativos: aspectos semânticos y pragmáticos. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española: entre la oración y el discurso – morfología*. vol. 03. España/Madrid: Espasa Calpe, 1999.
- ZUBIZARRETA, M. L. Las funciones informativas: tema y foco. BOSQUE, I. DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española: entre la oración y el discurso – morfología*. v. 3. Madrid: Espasa Calpe, S. A., 1999, p. 4217 – 4244.

Autorizo a reprodução xerográfica para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 27 de abril de 2012.

MICHEL GUSTAVO FONTES